

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

UÉLITON JOSÉ DE OLIVEIRA

**O USO DE ANGLICISMOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA
ERA DIGITAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS**

Vitória, ES

2018

UÉLITON JOSÉ DE OLIVEIRA

**O USO DE ANGLICISMOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA
ERA DIGITAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos – Mestrado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Linha de pesquisa: Linguística Aplicada. Orientador: Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon.

Vitória, ES

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Bibliotecário: Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

Oliveira, Uéliton José de, 1978-
O48u O uso de anglicismos no português brasileiro na era digital :
políticas e práticas linguísticas / Uéliton José de Oliveira. – 2018.
131 f. : il.

Orientador: Luciano Novaes Vidon.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Língua portuguesa – Estrangeirismos. 2. Política
linguística. 3. Linguagem e internet. 4. Dialogismo. I. Vidon,
Luciano Novaes. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

Ueliton José de Oliveira

**"O USO DE ANGLICISMOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA ERA
DIGITAL: POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Linguísticos.


Aprovada em 03 de agosto de 2018.

Comissão Examinadora:



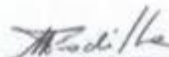
Prof. Dr. Luciano Novaes Vidon (UFES)

Orientador e Presidente da Comissão Examinadora



Profa. Dra. Claudia Jotto Kawachi Furlan (UFES)

Examinadora Titular Interna



Profa. Dra. Simone de Jesus Padilha (UFMT)

Examinadora Titular Externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Luciano Vidon por permitir que eu fizesse parte do seu grupo de orientandos e também do GEBAKH, grupo de estudos riquíssimo que tanto colabora para o desenvolvimento do pensamento linguístico e acadêmico.

Agradeço imensamente aos caros colegas de mestrado dos anos de 2015, 2016 e 2017 que tanto somaram nas discussões em aula.

Agradeço aos professores Daniel Ferraz, Luciano Vidon, Edenize Ponzo, Kyria Finardi, e Klaudia Kawaschi, os quais tive o enorme prazer de cumprir os créditos necessários do PPGEL.

À Erika Vanessa (minha namorada), por ser compreensível com o tempo que sempre precisei para realizar minhas leituras.

E, finalmente, a mim mesmo, por ter conseguido realizar esta pesquisa.

RESUMO

Os chamados estrangeirismos, isto é, os processos que introduzem palavras vindas de outros idiomas na língua portuguesa, já foram temas de acirrados debates entre políticos, linguistas e/ou acadêmicos em várias partes do território brasileiro. Para ser mais exato, a língua do outro incomodou a política já no período conhecido como Brasil Colônia. Nesta dissertação procuramos investigar como os anglicismos (termos especificamente da língua inglesa) têm se incorporado na língua portuguesa do Brasil no atual contexto denominado “era digital” por meio dos *memes* e, como as mudanças sociais e produtivas ocorridas desde a década de 1990 têm dialogado com essa realidade. Para compreender o uso dos anglicismos na língua portuguesa do Brasil na era digital recorreremos à história a fim de demonstrar que a língua portuguesa sempre foi amalgamada pelas línguas dos mais diversos povos com que os portugueses e brasileiros tiveram contato. Valemo-nos também dos trabalhos do sociólogo Zygmunt Bauman e seu conceito de liquidez no mundo moderno e, dos trabalhos do chamado Círculo de Bakhtin que, com o conceito de dialogismo, nos auxiliou a interpretar e distinguir os processos de interação verbal no decorrer da história. Os resultados dessa pesquisa nos auxiliam a conceber o hibridismo como um processo que aconteceu, acontece e sempre acontecerá, pois, os diferentes povos com suas línguas nunca estarão isolados completamente uns dos outros. Outro resultado importante é entender que as mudanças nas relações de produção alteram a consciência linguística dos indivíduos. E, por fim, este trabalho contribui para a compreensão de que os usos da língua e da linguagem não podem ser regulados e decididos pelos poderes oficiais de uma nação e, que, sim, o fenômeno linguístico merece e deve ser debatido pelas mais diversas esferas da sociedade.

Palavras-chave: Anglicismos. Memes. Era digital. Língua portuguesa. Liquidez.

ABSTRACT

The so-called foreignisms, that is, the processes that introduce words from other languages into the Portuguese language, have already been the subject of heated debates among politicians, linguists and / or academics in various parts of Brazil. To be more exact, the language of the other bothered politics already in the period known as Brazil Colony. In this dissertation we seek to investigate how anglicisms (terms specifically of the English language) have been incorporated in the Portuguese language of Brazil in the current context called "digital era" through the memes and, how the social and productive changes that have occurred since the 90s have dialogued with this reality. In order to understand the use of Anglicisms in the Portuguese language of Brazil in the digital era we turn to history in order to demonstrate that the Portuguese language has always been amalgamated by the languages of the most diverse peoples with whom the Portuguese and Brazilians came into contact. We are also interested in the works of the sociologist Zygmunt Bauman and his concept of liquidity in the modern world, and the work of the so-called Bakhtin Circle which, with the concept of dialogism, helped us to interpret and distinguish the processes of verbal interaction in the course of history . The results of this research help us to conceive hybridism as a process that has happened, happens and will always happen, because different peoples with their languages will never be totally isolated from each other. Another important result is to understand that changes in the relations of production alter the linguistic consciousness of individuals. And, finally, this work can contribute to the understanding that the uses of language and language can not be regulated and decided by the official powers of a nation and that, yes, the linguistic phenomenon deserves and must be debated by the most diverse spheres of society.

Key-words: Anglicisms. Memes. Digital age. Portuguese language. Liquidity.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo I: Panorama histórico das influências linguísticas no português brasileiro.....	10
Capítulo II: Políticas e práticas linguísticas na história do português brasileiro.....	27
Capítulo III: Globalização e linguagem – uma perspectiva da <i>indiferença</i>.....	41
Capítulo IV: Metodologia.....	52
Capítulo V: Os anglicismos em enunciados de <i>memes</i>	56
Considerações finais	
Referências.....	102
Anexos.....	109

INTRODUÇÃO

Os anglicismos foram a base temática escolhida para ser analisada nesta dissertação. E o que são os anglicismos? Os anglicismos são termos ou expressões da língua inglesa introduzidos a outra língua quando há necessidade de designar produtos, objetos ou conceitos novos em um contexto social onde a língua oficial ou materna não seja o inglês.

Pensamos ser necessário apresentar alguns elementos que nos motivaram a escolher tal abordagem temática. Foi no ambiente escolar que emergiu uma de nossas primeiras motivações. Uma das professoras de Português da escola propôs aos alunos que escrevessem o que eles pensavam acerca da exorbitância dos termos de língua inglesa usados na língua portuguesa do Brasil na atualidade. Na busca por respostas e/ou opiniões, os alunos foram inquirir a outros professores da escola. Enquanto eles buscavam por opiniões e respostas pudemos perceber que havia divergências entre as pessoas sobre os usos exagerados de anglicismos na língua portuguesa e nem sempre as justificativas dadas pelos entrevistados eram satisfatórias. Foi daí que partiu nosso primeiro interesse em analisar o tema. Posteriormente a esse episódio, veio a segunda motivação. Nos ocorreu que o tema - estrangeirismos – já havia sido explorado em processos seletivos para ingressar nas Universidades Federais do Brasil.

A terceira e última motivação decorreu de mesa de boteco. Como a música é uma de nossas atividades profissionais, fomos questionados por alguns amigos sobre a urgência de mudar um pouco o repertório e encaixar mais música com letras em português, o que realçaria (na visão deles) nosso patriotismo. Colocamo-nos a pensar sobre a proposta dos ébrios naquela noite e sucedeu uma lembrança jocosa: seus carros eram *Audi* e *Peugeot*, suas camisas *Ralf Lauren* e *La Coste*, suas meias *Nike* e *Mizuno*, seus relógios *Citizen* e *Armani*, e seus celulares *Samsung* e *iPhone*. Ou seja, nenhum dos produtos que eles usavam era de fato produto nacional. Por que foi nos cobrado patriotismo?

Os episódios acima nos levaram a compreender que não se tratavam de simples contingências, mas, que havia questões meritórias de análises mais meticulosas que envolviam discussões e decisões políticas em jogo.

Falar sobre a língua ou a linguagem pode parecer tarefa simples, como sentar numa mesa de bar, pedir uma cerveja gelada acompanhada de um bom tira-gosto, numa tarde ensolarada de sexta-feira. Bem, de início aparentou ser fácil, mas, no decorrer da trajetória, os problemas foram aparecendo e, só então nos demos conta do quão árduo é refletir sobre o fenômeno da linguagem.

Esta pesquisa busca entender os processos que nos levam (nós, brasileiros) a absorver os termos de língua inglesa tão rápida e vertiginosamente em nosso vocabulário nos dias atuais por meio dos *memes* na chamada era digital. Por que usamos tantos anglicismos na língua portuguesa atualmente e, quais processos influenciam nos usos dos termos de língua inglesa? Esse avanço da língua inglesa pelo mundo intercorre após a Segunda Guerra Mundial e intensifica-se após a queda do muro de Berlim (RAJAGOPALAN, 2005) e, nos processos históricos anteriores à queda do muro, os meios pelos quais a língua ou as línguas se deslocavam no espaço geográfico eram distintos dos atuais já que, acreditamos, a *internet* ainda não havia se popularizado.

Esta pesquisa se faz pertinente pelo fato de que muitas atrocidades já foram cometidas em nome da língua, esse elemento cultural que caracteriza um povo e, para que os debates em torno do uso da língua e da linguagem sejam realizados com os vários segmentos que compõem uma comunidade linguística e não somente a esfera política oficial

No primeiro capítulo, fazemos um panorama das línguas e povos que contribuíram para formar o português brasileiro. Trata-se de um passeio pela história, em que a preocupação é mostrar o que era Portugal e o Brasil antes do processo de colonização e o que ocorreu a partir da invasão portuguesa em solo brasileiro. Procuramos elucidar como o português do Brasil é um amalgama de línguas, e não simplesmente – português.

No segundo capítulo, continuamos na história, porém, a ênfase é nas políticas linguísticas de governo adotadas no decorrer da história do nosso país e as implicações dessas ações. Vale lembrar que tais políticas trouxeram resultados bastante negativos para os povos que formaram a nação brasileira.

No terceiro capítulo, buscamos desenvolver a ideia de como a globalização e os resultados dela contribuem para mudanças na mentalidade coletiva. A língua estrangeira (nesse caso, os anglicismos) passa a ser, para nós, usada a partir da perspectiva da indiferença (BAUMAN, 2001), dadas as transformações sociais que aconteceram e ainda acontecem com as inovações tecnológicas e o mundo globalizado e o conceito de 'liquidez' trabalhado por Bauman.

No capítulo quatro abordamos o aspecto teórico-metodológico que conduz nossas reflexões em torno do que é pesquisar a linguagem. Discorreremos sobre o dialogismo de Mikhail Bakhtin, o qual entende a linguagem como "imanentemente social", fazendo parte do sujeito e da história e nas "práticas cotidianas". O fenômeno linguístico só é possível com situações concretas entre os indivíduos, sendo a linguagem "constitutiva e constituidora do real, fazendo-se no diálogo com outras linguagens e entre classes, etnias, culturas, significados e significações" (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 9).

Por fim, no capítulo cinco, tratamos de analisar *memes* com a presença de anglicismos como *corpus* da pesquisa. Procuramos conectar o *corpus* com o mundo atual e mostrar que o uso dos termos de língua inglesa atualmente se dá pelo momento histórico que vivemos. Procuramos demonstrar que o emprego descomedido de anglicismos na língua portuguesa do Brasil se dá pelas transformações ocorridas no período histórico que Stuart Hall (2011) e outros estudiosos denominam como pós-modernidade ou, conforme a definição de Bauman (2001) – a modernidade líquida.

CAPÍTULO I:

Panorama histórico das influências linguísticas no português brasileiro

O objetivo central deste capítulo é mostrar os processos sócio-históricos que levaram a língua portuguesa no Brasil a ter sofrido influência de tantas outras línguas. A lógica aqui é a mesma que caracteriza o pensamento bakhtiniano da alteridade: a minha palavra só é possível a partir da palavra do outro; o meu discurso existe porque o discurso do outro existe (PETRILLI, 2013).

Para iniciar o capítulo, é necessário explanar, em poucas palavras, sobre a língua portuguesa do colonizador, a língua que chega com os portugueses na conquista do território que conhecemos como Brasil.

Portugal foi um dos vários locais da Europa que fez parte do “processo de romanização” (BECHARA, 2009, p. 11). Em 409 d.C, o território que hoje pertence à nação portuguesa foi invadido por vários povos como vândalos, suevos, alanos, visigodos, etc. Alguns séculos após esse período, o território português sofreu outra invasão – a dos muçulmanos em 711 d.C (TEYSSIER, 1997; BECHARA, 2009). A reconquista da Península Ibérica tomada pelos muçulmanos se estende até o século XII (BECHARA, 2009). Esses povos contribuíram para formar uma linguagem que resultaria na língua portuguesa, após o advento da criação do Reino de Portugal no século XIII (FARACO, 2016). E, quando esse colonizador chega em terras brasileiras, em 1500, vale lembrar o que nos ensina Gilberto Freyre (2004, p. 66): “A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África.”

No parágrafo acima, é possível verificar que, por séculos, Portugal sofreu muitas invasões, que resultaram num amálgama linguístico-cultural do povo português. Ou seja, ao chegar ao Brasil, o conquistador português já era um indivíduo híbrido, misturado; a língua que os exploradores portugueses trazem consigo já era fruto de séculos de hibridismo, já possuía marcas ou características linguísticas de outros povos com os quais havia tido contato; e, mesmo depois de constituída uma língua oficial para o Estado português,

“o sincretismo verificou-se também entre os imigrantes de diferentes áreas dialetais portuguesas (Alto e Baixo Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Açores)” (WEHLING; WEHLING, 1994, p. 274).

Quando os portugueses iniciaram a colonização em terras brasileiras, havia aqui mais de mil línguas autóctones, segundo Silva (2004). Porém, dentre essas mais de mil línguas, uma se destacava pela semelhança linguística entre as várias tribos que habitavam a costa brasileira quando os portugueses aqui chegaram. Os conquistadores a identificaram e a batizaram com o nome de *língua geral da costa brasileira* ou *língua geral* (também conhecida como tupi-guarani ou apenas tupi); e essa língua “[...] foi o instrumento de comunicação adotado pelos portugueses para integrar a força de trabalho indígena [...]”, conforme afirma Lucchesi (2009, p. 43).

Faz-se pertinente apresentar uma descrição a respeito desses povos que dominavam a costa brasileira no período da chegada do colonizador:

Tupinamba. – This name is applied here to all the Indians speaking a *Tupí-Guaraní* dialect, who in the 16th century were masters of the Brazilian shore from the mouth of the Amazon River to Cananéa, in the south of the State of São Paulo. Though linguistically and culturally closely related, these Indians were divided into a great many tribes that waged merciless war against one another. Most of these groups were given different names by the Portuguese and French colonists, but the term *Tupinamba* was applied to the tribes of such widely separated regions as Rio de Janeiro, Bahía, and Maranhão. Because these are the best-know tribes, we shall, for convenience, apply to all of them the term *Tupinamba*. (MÉTRAUX, 1948, p. 95). (*apud* NOBRE, 2011: 14)¹

Podemos ver, nesse trecho descrito por Métraux², que a proximidade cultural e linguística entre as tribos da costa foi verificada numa faixa de terra

¹ “Tupinamba. - Este nome foi aplicado aqui a todos os índios que falavam um dialecto *Tupí-Guarani*, que no século 16 dominavam a costa brasileira desde a foz do rio Amazonas até a Cananeia, no sul do estado de São Paulo. Embora linguística e culturalmente próximos, esses índios estavam divididos em muitas tribos que travavam guerras implacáveis uns com os outros. A maioria desses grupos recebeu nomes diferentes pelos colonos portugueses e franceses, mas o termo *Tupinambá* foi aplicado às tribos de regiões mais amplamente separadas como Rio de Janeiro, Bahía e Maranhão. Pelo fato de que estas eram as tribos mais conhecidas, achamos, por conveniência, aplicar a todos eles o termo *Tupinamba*.” (MÉTRAUX, 1948, p. 95 *apud* NOBRE, 2011, p. 14) – [tradução nossa]

² Usamos *Apud* porque o texto original não foi encontrado.

bastante extensa. Essa proximidade linguística levou o colonizador a criar um sistema comunicativo comum, a fim de facilitar o contato com os povos gentios. Para que se obtivesse êxito na realização da catequese, era necessário juntar todas as línguas da costa que pertenciam ao tronco linguístico tupi e compactá-las numa só língua comum e assim otimizar a empreitada da Companhia de Jesus que era converter os povos indígenas ao cristianismo (ALVAREZ, 2005).

O posicionamento de Alvarez também é defendido por Freire (2014, p. 45), quando acrescenta que os jesuítas, “[...] traduziram para ela (a língua geral), orações, hinos e até peças de teatro”. Visão semelhante é a de Paul Teyssier (1997, p. 62), compreendendo que a “[...] língua geral é o tupi, principal língua indígena das regiões costeiras, mas um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, destarte, tornado uma língua comum.”

Já Lucchesi (2009) , aponta para cinco possibilidades do que seria o tupi, ou, língua geral:

- (i) a *koiné* empregada na comunicação entre as tribos de línguas do tronco tupi da costa brasileira;
- (ii) a sua versão como língua franca usada no intercurso dos colonizadores portugueses e indígenas;
- (iii) a versão nativizada predominante nos núcleos populacionais mestiços que se estabeleceram no período inicial da colonização; e
- (iv) a versão “gramaticalizada” pelos jesuítas sob o modelo do português e utilizada largamente na catequese, até de tribos de língua não tupi — chamados por estes de *tapuias*, que significa ‘bárbaro’, em tupi.
- (v) língua franca de base tupi utilizada como língua segunda por tribos de língua não tupi (podendo também nesses casos ocorrer a sua nativização). (LUCCHESI, 2009, p. 43)

Percebemos que Lucchesi (2009) expande a ideias de Alvarez, Teyssier e Freire acerca da língua denominada língua geral no início da colonização. Mas, discutir o que era o tupi naqueles tempos não é nosso foco. Essas definições só servem para nos fazer entender que houve alterações dessa língua por parte do invasor português. Esses pormenores históricos nos auxiliam a deixar claro como os colonizadores portugueses influenciaram as línguas indígenas com sua língua e também como a língua dos colonizadores foi influenciada pelas línguas dos povos dominados. O contato

inicial é por si só dialógico, evocando a ideia bakhtiniana de que ocorrem trocas linguísticas constantes, em que indivíduos persuadem e são persuadidos pela linguagem um do outro. Naquele momento histórico as diferenças se desfazem no que tange à troca da palavra que é a voz do outro, a voz do que chega e a voz do que aqui está.

Pactuando com os autores acima, temos ainda o complemento de Silva (2004, p. 79), ao conjecturar que, além de um “[...] português simplificado com interferências de línguas indígenas [...]”, havia ainda a influência de línguas africanas na formação dessa língua geral. Os jesuítas utilizaram a língua indígena comum sistematizando-a, acrescentaram elementos já amalgamados do português que veio de Portugal e outras colônias afora, e obtiveram, no Brasil, uma língua peculiar.

Esses contatos de indivíduos distintos com suas respectivas línguas e linguagens remontam à análise que Bakhtin faz da *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. Nesse estudo, ele enfatiza como os indivíduos, ao frequentarem a praça pública na Idade Média, mesmo sendo de diferentes classes sociais e diferentes áreas geográficas, produziam “[...] novas formas linguísticas: gêneros inéditos, mudanças de sentido ou eliminação de certas formas desusadas, etc” (BAKHTIN, 2008, p. 14). Assim, o colonizador e o colonizado estão em consonância com o estudo de Bakhtin, ou seja, as posições hierárquicas não impediam que dominador e dominado exercem influência mútua no que diz respeito à linguagem e ao construto do encontro de variados usos linguísticos; novas formas de linguagem nasceram, e se refizeram significados desse encontro dialógico, como, por exemplo, “[...] muitos topônimos indígenas perderam seu sentido original” (FREIRE, 2014, p. 45), ou seja, os significados de termos indígenas se refizeram nas mãos do colonizador português.

Os dados a seguir nos apresentam uma ideia da influência de línguas indígenas na língua portuguesa do Brasil: “dos 228 mil verbetes que o *Houaiss* apresenta em uma de suas edições, cerca de 45 mil (19,74%) são oriundas de línguas indígenas” (FREIRE, 2014, p. 44). Apesar do glotocídio causado pelo colonizador português às línguas indígenas, a presença das línguas que desapareceram completamente (em sua maioria), permanece no

nosso vocabulário até os dias de hoje. Os termos das línguas autóctones estão presentes em nomes de lugares (Araraquara, Bauru, Guaçuí, Guarapari), animais (capivara, jabuti, jacaré, sucuri), vegetais (caatinga, capim), ervas (camomila, boldo), nomes de pessoas (Iara, Mayara, Tainara), entre outros³. Enfim, nosso cotidiano é repleto de palavras que foram se misturando no repertório verbal da língua portuguesa do Brasil oriundo das diversas línguas indígenas que nós nem nos damos conta.

Assim como as línguas indígenas contribuíram para formar a língua portuguesa no Brasil com grande relevância, as várias línguas dos povos africanos escravizados pelos portugueses e forçados a rumarem para terras brasileiras a fim de trabalharem sob o estalo do chicote, também o fizeram. Há uma estimativa de 200 a 300 línguas africanas que chegaram em solo brasileiro quando os portugueses decidiram povoar de fato o Brasil (PETTER, 2006, p. 124; *apud* NOBRE, 2011, p. 20). Os povos africanos escravizados chegaram aqui para substituir a mão de obra indígena e, assim, alavancar o projeto do sistema colonial.

Lucchesi (2009) acredita que os africanos quando aqui aportaram, tiveram certo contato com a língua geral; porém esse contato foi interrompido e deu lugar a uma relação maior e mais forte com a língua portuguesa. O autor ainda acrescenta que em certos locais, em agrupamentos mais homogêneos, eles podem ter estabelecido ou desenvolvido um tipo de comunicação comum entre os próprios escravos.

Como vimos nos parágrafos anteriores, os portugueses com as variações regionais da língua portuguesa haviam chegado e influenciaram as línguas indígenas com sua língua; os mesmos portugueses tiveram contato com muitas das mais de mil línguas aqui presentes e receberam, da mesma forma, influências; e em seguida, as levas de tribos africanas escravizadas vieram com suas línguas e força de trabalho ocupar o lugar dos povos indígenas. Imaginamos uma Babel – a mesma dos tempos bíblicos. Um

³ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/10/palavras-indigenas-nomeiam-maior-parte-das-plantas-e-animais-do-brasil> > Acesso em: 06 jun. 2017

encontro quase que abrupto entre línguas não poderia terminar sem deixar suas marcas linguísticas umas nas outras.

O que se instalou no Brasil no início do século XVII, com a vinda dos africanos, foi o modo de produção açucareira e, com ele, a relação entre colonizador e escravo, entre 'Casa Grande & Senzala'; ou seja, "formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde negro – na composição" (FREYRE, 2004, p. 65).

Dentre os povos africanos que vieram para o Brasil estavam Jalofos, Mandingas, Fulos, Haussás, Iorubás ou Nagôs, Achanti e Gaêges ou Ewes; Angolas, Congos ou Cabindas, Benguelas, Cassanges, Bángalas ou Inbángalas, Dembos, Macuas e Anjicos (MENDONÇA, 2012, p. 60). A lista está bem reduzida para efeito de brevidade e exemplificação da pluralidade de povos que foram trazidos para servirem ao projeto português de colônia de exploração. Apesar dessa diversidade, havia um aspecto semelhante ao dos tupis, que os portugueses notaram ao trazer o africano escravizado - aspecto esse que, pelos algozes, não era tão positivo para a política de controle do escravo – que era a existência de uma língua comum, e essa língua seria dos povos "originários da costa de Mina, situada entre Gana e Nigéria; e essa *língua geral* africana, falada em Minas Gerais, seria o resultado do contato das línguas dos escravos vindos daquela região da África" (NOBRE, 2011, p. 20).

No que diz respeito às influências que o português brasileiro sofreu, a contribuição das línguas africanas, trazidas pelos milhares de escravizados negros, foi crucial. Essas contribuições são enfatizadas por Gilberto Freyre ao apontar que "[...] nenhuma influência foi maior que a do negro" (FREYRE, 2004, p. 416). De acordo com esse autor, os contatos dos filhos dos senhores com as amas de leite, mucamas com sinhás moças, etc., durante todo o período colonial, produziram um falar mais lento comparado ao português europeu (FREYRE, 2004, p. 414). Essa fala mais lenta no português do Brasil é mencionada por Mendonça (2012), numa compreensão similar à de Gilberto Freyre.

Nós, brasileiros, percebemos facilmente as diferenças regionais no português brasileiro, se nos deslocarmos do nosso estado (Espírito Santo) para qualquer outro. A dimensão continental do nosso território contribuiu para isso: os diferentes climas, vegetação, acidentes geográficos e, principalmente, o fato de que os povos africanos eram separados estrategicamente para favorecer ao dispositivo da colonização, que buscou evitar levantes e motins contra o colonizador (MUSSA, 1991; *apud* SILVA, 2004). O grande número, então, de línguas indígenas e africanas somados à língua portuguesa do colonizador vinda da Europa, fez com que a variedade brasileira se tornasse o que é hoje – cheia de peculiaridades próprias, se comparada à matriz europeia e às variedades de outras nações também colonizadas por Portugal.

Esse encontro dialógico de tantas origens linguísticas diferentes fez surgir, na variedade do português brasileiro, mudanças fonológicas, morfossintáticas, semânticas e sintáticas. Por causa do projeto colonizador português, índios e africanos entraram cada vez mais em contato e, assim, as influências entre suas línguas e suas culturas foram inevitáveis. Uma língua própria com suas características peculiares foi tomando forma, diferenciando-se cada vez mais da língua do colonizador. As incursões bandeirantes pelo interior do continente brasileiro passaram então a ser documentadas pelos jesuítas, no âmbito da linguagem, em uma larga difusão dessa língua geral aqui falada e que, com o tempo, se difundiu amplamente em várias partes do território brasileiro (SILVA, 2004).

A título de exemplificação das influências de línguas africanas no português brasileiro, temos mudanças na oralidade. O vocabulário foi influenciado na oralidade de diversas maneiras como, por exemplo na vocalização (mulher – *muyé*), aférese (estar – *tá*; você – *ocê, cê*), apócope (supressão dos *l* e *r* em finais de palavras – general – *generá*; esquecer – *esquecê*), na redução de ditongos (cheiro – *chêro*; peixe – *pêxe*; beijo - *bêjo*), e, para finalizar, reduções em modos de conjugação ou ditongo nasal como: fizeram – *fizero*;

amaram – *amaro*; andando – *andano*; vendo – *vêno*, etc (MENDONÇA, 2012).

Há no vocabulário do português brasileiro muitas palavras que usamos constantemente e, normalmente, não damos a devida atenção para suas origens. Para tanto, iremos listar alguns poucos exemplos de verbetes bastante utilizados por nós no dia a dia, como abadá, azoeira (zoeira), babaca, bagunça, cachaça, capenga, dengoso, empacar, encabular, farofa, fuzuê, gandaia, ginga, inhame, jabá, lambança, lapada, macumba, maluco, pendenga, pinga, quilombo, quitute, samba, serelepe, tanga, tribufú, vatapá, xará, xodó, zangar e zombar⁴. Não destacamos a origem de cada uma das palavras citadas porque elas têm diversas origens, pois vieram com os diferentes povos que foram escravizados e trazidos para o Brasil.

O século XVIII foi um período na história do Brasil em que Portugal invadiu, apossou-se e usurpou das terras mineiras uma grande quantidade de ouro. A língua portuguesa se adentrou para a região das minas com muita intensidade, já que o deslocamento do contingente populacional com a descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas atraiu milhares de indivíduos para essas fartas terras. A riqueza do solo era tamanha que há uma estimativa de que aproximadamente 300 mil portugueses tenham vindo para o Brasil, a fim de acumular fortunas a curto prazo. Tudo isso fez o tráfico de escravos se intensificar, levou uma massa de profissionais das mais diversas áreas a se deslocarem para a região das minas e seduziu aventureiros de todas as partes do território, na pretensão do metal precioso (LUCCHESI, 2009; FARACO, 2016).

Os dados acima nos fazem inferir que as trocas linguísticas ocorridas nas regiões das minas foram intensas e plurais. O deslocamento populacional

⁴Disponível em: <https://raizdosambaemfoco.wordpress.com/2015/07/17/palavras-de-origem-africana-no-vocabulario-brasileiro/> > Acesso em: 07 jun. 2017

advindo da Europa e, sobretudo, um número considerável de portugueses trouxeram uma mudança, ou virada, na hegemonia da língua geral no Brasil colônia; nas palavras de Faraco (2016, p. 141), o português entrou “numa curva ascendente como língua de uso geral na sociedade brasileira”.

Já discorreremos brevemente sobre o início da colonização portuguesa no Brasil e o seu contato com os povos autóctones, e também a respeito da vinda da mão de obra africana escravizada. Para dar continuidade acerca da miscigenação linguística no português brasileiro, avançaremos para tratar das imigrações europeias, árabes e asiáticas no Brasil. Esses movimentos aconteceram, destacadamente, durante o período monárquico e republicano, ou seja, séculos XIX e XX, respectivamente, sendo que o período de fluxos descomunais ocorreu entre 1887 e 1930 (PAYER; BOLOGNINI, 2005).

Faremos um passeio sucinto no tocante a essas imigrações para continuar abordando como populações diversificadas colaboraram para legar um caráter ainda mais heterogêneo à língua portuguesa do Brasil. É preciso destacar que só iremos tratar das imigrações de contingente mais substancial. Os imigrantes de número mais expressivo que buscaram uma vida melhor no Brasil foram: alemães, italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e árabes. Também faremos um panorama histórico sobre a vinda das populações que mais influenciaram a língua portuguesa, tentando arranjá-las numa ordem cronológica mas, separadas por etnias, apesar de que algumas populações vieram no mesmo período.

“Entre 1819 e 1940, quase 5 milhões de pessoas migraram para o país, vindos de várias partes do planeta”, de acordo com Dietrich (2011, p.28). Saber sobre esses movimentos migratórios nos ajuda a compreender a nossa sociedade como um todo, assim como pode auxiliar no entendimento do que é a língua portuguesa do Brasil, o que nos conduz a refletir sobre suas transformações já sofridas e as que acontecem em consonância com nossa vivência atual.

A vinda dos imigrantes europeus, asiáticos e árabes para o Brasil deu-se por motivos quase semelhantes. O velho mundo sofria com uma grave crise econômica que era resultado da revolução industrial. Muitos dos povos que vieram para cá também fugiam de sangrentos conflitos internos. “Entre os anos de 1820 e 1939, mais de 233 mil alemães emigraram para o Brasil” (DIETRICH, 2011, p. 44). Os alemães vieram para o Brasil em duas grandes ondas migratórias. A primeira foi depois da metade do século XIX quando povoaram o interior do país onde sobreviviam de atividades agrícolas. A segunda onda foi logo no início do século XX, e eles se instalaram em cidades como São Paulo, Porto Alegre e Curitiba (DIETRICH, 2011).

As primeiras migrações alemãs ocorreram devido à revolução industrial tardia que o país, ainda não unificado, sofreu, fato que gerou uma escassez de terras, produzindo, com isso, uma grande quantidade de desempregados. Já a segunda, foi causada por uma grave crise econômica por causa da reconstrução do país após a Primeira Guerra Mundial.

A contribuição social que os alemães deixaram para o Brasil foi relevante pelo fato de que veio para cá uma variedade substancial de diferentes áreas profissionais, além de que muitos indivíduos abriam algum negócio próprio, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento dos arredores das cidades. Outro momento que levou muitos alemães a saírem de sua terra natal e migrarem para outros cantos foi a quebra da bolsa de Nova Iorque, que produziu milhões de desempregados; porém, essa leva migratória não foi tão grande para o Brasil como as duas primeiras (DIETRICH, 2011; PAYER; BOLOGNINI, 2005)

Essas populações de imigrantes alemães se estabeleceram principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, ou seja, basicamente regiões sul e sudeste. Esses imigrantes também se originavam de regiões diferentes da atual Alemanha, o que revela uma grande heterogeneidade cultural desses imigrantes, dadas as particularidades diatópicas existentes naquele país (GREGORY, 2013). Os alemães que já se encontravam no

Brasil há cinco ou seis gerações já [...] tinham “germanizado” a língua portuguesa ou “abrasileirado” a alemã” (DIETRICH, 2011, p. 47). Como exemplos de vocábulos incorporados à língua portuguesa a partir desse encontro entre as duas línguas temos encrenca, valsa, chope (medida), *hamster*, *blitz*, níquel, cobalto, *leitmotiv*, etc⁵.

Quanto aos italianos que desembarcaram no Brasil vieram em meados do século XIX. Os motivos que levaram esse contingente a emigrar para o Brasil foram a falta de terras para a grande maioria da população, a industrialização do país, que ocasionou no êxodo rural e consequente massas de desempregados nas zonas urbanas, e a oferta de mão de obra que era superior à procura; além disso, a obrigatoriedade do serviço militar desmotivou milhares de jovens a ficarem no país recém formado (HUTTER, 1987). A Itália tinha praticamente acabado de se unificar politicamente e ainda não havia uma identidade nacional bem formada do povo que vivia naquele território. Os povos que viviam no que hoje é a Itália não se reconheciam como italianos, pois a unificação do Estado italiano era recente e as diferenças regionais gritantes. A grande maioria, de início, se instalou em São Paulo para trabalhar nas lavouras de café que estavam em aquecido crescimento (BERTONHA, 2011).

Os destinos principais de imigrantes italianos no Brasil foram as regiões sul, sudeste e o sul da Bahia. Os povos italianos que se instalaram aqui procediam de regiões com características linguísticas peculiares. Essas características próprias de cada língua em contato com o português já mesclado, deu uma cara própria ao português desses imigrantes com o passar das gerações; agregaram diferenças fonético-fonológicas, lexicais e morfossintáticas ao português, podendo ser percebido facilmente se tivermos contato com essas comunidades (PAYER; BOLOGNINI, 2005).

⁵ Disponível em ><https://lusopatia.wordpress.com/2013/09/30/la-vem-o-alemao-palavras-alemas-no-portugues/> < Acesso em: 16 jun. 2017

A cultura das “mil e uma Itálias” (BERTONHA, 2011, p. 32) se mistura com as do Brasil e traz seus traços linguísticos para as nossas mentes e dicionários. A título de exemplificação, uma curiosidade bem particular. Uma dançarina já prestigiada nos palcos europeus trouxe uma palavra que acabou se tornando parte do vocabulário do português brasileiro. Revoltada com alguns empresários da época, que não pagavam os artistas após as apresentações, a dançarina incitava levantes de greve contra os caloteiros, causando, na visão dos representantes da elite, uma tremenda baderna. Seu nome? Marietta Baderna (MALTA, 2011). Para estender a lista, podemos citar algumas também muito corriqueiras como aquarela, bravata, cafona, cantina, caricatura, poltrona, ribalta e tchau.

Em 1908, é a vez dos primeiros imigrantes japoneses chegarem ao porto de Santos em busca de uma vida melhor, de novas oportunidades, e consigo trouxeram não só suas bagagens, mas uma imensa riqueza cultural que nos influencia até os dias de hoje. Os adolescentes de nossas salas de aula são fortemente influenciados por símbolos da cultura nipônica, como os *animês* (AOQUI, 2008).

As migrações japonesas ocorreram por causa do processo de modernização do país, que gerou uma gama elevada de tensões sociais e protestos. O Estado japonês precisou adotar uma política de expulsão das populações rurais do campo para acabar, dessa forma, com as populações excedentes. O governo japonês tinha também a ambição de colocar seu país nos holofotes dos países europeus já em destaque e, por isso, adotou uma política de espalhar sua população para diversos outros continentes a fim de serem uma espécie de propaganda ideológica para o país, levando para outros povos uma imagem positiva do Japão (DEZEM, 2011).

Com mais de um século de influência da língua e do povo japonês no Brasil, não poderiam deixar ausentes suas marcas linguísticas no português. Atualmente, muitas palavras utilizadas por nós no cotidiano são de origem japonesa como *origami*, *xintoísmo*, *kimono*, *hashi*, *sumô*, *judô*, *tatame*, *sushi*, *missô*, *saquê*, *camicase*, *haicai*, etc.

Em relação aos espanhóis, eles chegaram ao Brasil, basicamente, pelos mesmos motivos que os outros povos europeus. Assim como os italianos, os espanhóis vinham de diferentes regiões da Espanha e tinham gritantes diferenças em seus traços linguístico-culturais. Os motivos pelos quais eles vieram foram basicamente dois: escapar da miséria causada pelas políticas que deixavam uma grande massa de camponeses sem terra e, também, para fugir de guerras coloniais nos territórios conquistados pela Espanha durante toda a história desde a expansão marítima (CÁNOVAS, 2011).

A maior parte desses imigrantes veio logo nas primeiras décadas do século XX atraídos pelas políticas de demanda vasta de mão de obra e expansão das lavouras de café. A chamada imigração subsidiada foi fator que trouxe um número elevado de espanhóis, visto que outros países ofereciam essa vantagem. Em termos quantitativos, os espanhóis só perdem para italianos e portugueses, no processo migratório (CÁNOVAS, 2011).

Esse povo também contribuiu para alterar as características da cultura brasileira por meio do processo de interação nas cidades, indústrias, habitações coletivas, etc. A influência do espanhol sobre o português aconteceu muito pela chamada influência dos adstratos: quando uma língua influencia a outra por estarem num contato constante, como numa região de fronteiras, por exemplo (FERNANDES; ALMEIDA; COSTA, 2015, p. 4). A questão da imigração espanhola no Brasil não foi tão explorada dentro da historiografia, dentre outros motivos, “pelo fato de os espanhóis se constituírem num grupo desfavorecido economicamente e socialmente marginalizado e oprimido” (DIAS, 2010).

Quanto aos árabes, é interessante chamar a atenção para o fato de que os primeiros contatos e influência entre as duas línguas – português e árabe – no Brasil, se dá com os africanos escravizados e que há tempos tinham se convertido ao islamismo. Seu contato com o português se deu antes da vinda dos imigrantes sírios, libaneses, palestinos, etc, e trouxeram consigo

termos da língua árabe que acabaram por fazer parte do português (ABREU & AGUILERA, 2010).

Os árabes, quando chegaram ao Brasil se dedicaram, na sua maior parte, às atividades comerciais. Eles foram genericamente chamados de “turcos”, em terras brasileiras, pelo fato de que o Império Turco era responsável pela liberação de documentos oficiais desses povos de língua árabe. Dentre eles estavam principalmente sírios, palestinos e libaneses. A maior parte desses imigrantes era libanês, porém todos comungavam características culturais aproximadas, e a língua árabe era comum entre eles.

Os árabes vieram para o Brasil no final do século XIX e início do XX e o fator principal que levou milhares deles a saírem de sua terra natal foi o domínio do Império Turco-otomano. Uma atividade que foi popularizada pelos árabes foi a de viajar por várias regiões vendendo mercadorias com crédito fácil e preços baixos, além de levarem notícias de outros lugares para as comunidades em que chegavam para comercializar, o que deu origem a uma palavra conhecida e pouco usada nos dias atuais – caixeiro-viajante (OSMAN, 2011).

Os mascates, como eram conhecidos os árabes no Brasil, comercializavam seus diversos tipos de mercadorias em todos os ambientes sociais, desde o campo até a cidade, mostrando sua enorme capacidade de entrosamento e adaptação às adversidades, dadas às que foram enfrentadas por eles em seus países de origem. As atividades comerciais os fizeram ascender socialmente tanto individualmente quanto em grupo e foram também o motivo que possibilitou que a língua árabe contribuísse com mais termos do que outras línguas de imigrantes, como italianos, alemães e japoneses. Esses últimos se isolaram em colônias, formando ilhas linguísticas; já os árabes se lançaram na venda de pequenos produtos em todos os cantos, influenciando e sendo influenciados linguisticamente (ABREU; AGUILERA, 2010).

É importante entendermos que, linguisticamente, a influência árabe na língua portuguesa já começa nas invasões da Península Ibérica no século VIII. Ou seja, a própria língua portuguesa, quando vem com os colonizadores, já vem carregada de arabismos. Mas o intenso fluxo migratório nos séculos XIX e XX fez aumentar ainda mais o repertório lexical do português brasileiro.

Como exemplos de arabismos pelo contato migratório temos alfândega, alcova, algodão, laranja, alqueire, algema, bodoque, alvará, alfaiate, divã, sofá, xadrez, mesquita, cuscuz, malê, *jihad*, açafraão, *sumake*, etc (ABREU & AGUILERA, 2010). Os exemplos lexicais acima são a soma das diferentes vias de inserção do árabe no português brasileiro desde a vinda dos portugueses até as migrações.

Por outro lado, há, entre as línguas que influenciaram e contribuíram para o enriquecimento do português brasileiro, uma que não necessitou de imigrações para que exercesse uma grande influência na nossa língua, trata-se do francês. As relações de brasileiros com a língua francesa começaram nos bancos escolares do século XIX, para os indivíduos mais abastados. Muitos brasileiros do início do século XIX se afrancesaram por meio da literatura francesa e seus grandes clássicos. A partir de 1837 o ensino do francês se tornou obrigatório nas escolas públicas e particulares do Brasil; é claro que somente uma minoria privilegiada tinha acesso a essa educação. São criados, no Rio de Janeiro, em 1885, a Aliança Francesa e, em 1915 o Liceu Francês e, em 1923, o Liceu Francês de São Paulo (SANTIAGO, 2009).

Há toda uma inserção dos francesismos na língua portuguesa do Brasil, na qual “a história dos afetos culturais entre cidadãos brasileiros e franceses se articula e se movimenta predominantemente num jogo entre docentes e discípulos, entre livros e leitores (SANTIAGO, 2009, p. 20). Foi então, durante boa parte do século XVIII, todo o XIX e início do XX que o Brasil (as classes abastadas) toma a França como modelo de civilização, adotando sua moda, poesia e culinária, sendo a literatura francesa muito importante

nesse processo por meio dos movimentos literários que vingaram durante os séculos XIX e início do XX (CARVALHO, 2008).

O vocabulário da língua portuguesa do Brasil é repleta de francesismos que utilizamos no cotidiano e não nos damos conta disso. Exemplos bem conhecidos dessa influência são abajur, ateliê, baguete, batom, bege, bijuteria, bistrô, boate, bufê, buquê, capô, carrossel, cassetete, champanhe, chique, chofer, comitê, conhaque, etc⁶.

Neste capítulo, tentamos traçar um panorama histórico das línguas e povos que contribuíram para a formação do português brasileiro, desde a saída do colonizador português, no início do século XVI, até os decênios iniciais do século XX. Discutimos sobre a chegada dos portugueses e seu contato com os povos indígenas; como esses povos, inicialmente, contribuíram para formar a chamada “língua geral”, uma língua de comunicação comum entre o colonizador e o colonizado que fora sistematizada pelos jesuítas.

Logo depois, discorreremos sobre a chegada das diversas tribos africanas escravizadas pelos portugueses e trazidas para cá como mão de obra do projeto colonizador. As influências dos povos africanos na língua portuguesa do Brasil são, segundo as leituras que fizemos, as de maior significância, se fizermos uma analogia com as outras línguas. E, por fim, tratamos sobre os povos imigrantes que vieram para o Brasil, sobretudo nos períodos que compreenderam as duas grandes guerras, e, cujas línguas, da mesma forma que indígenas e africanos, tanto contribuíram para a formação do português brasileiro.

No capítulo seguinte faremos outro retorno à história, pretendendo dar ênfase às políticas ou discursos adotados, em diferentes momentos

⁶ Disponível em:

><http://www.soportugues.com.br/secoes/estrangeirismos/estrangeirismos3.php> <Acesso em: 17 jun. 2018

históricos sobre a questão da língua portuguesa no nosso território. O itinerário histórico tem início na política linguística de Marquês de Pombal, passa pelos discursos nacionalistas dos séculos XIX e início do XX, a Era Vargas e, finalmente, a contemporaneidade com os Projetos de Lei de Aldo Rebelo do PC do B (Partido Comunista do Brasil) e Raul Carrion (Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul pelo mesmo partido de Rebelo). Vale destacar que nos privamos de comentar sobre o Projeto de Lei de Raul Carrion, uma vez que seu Projeto é uma síntese do Projeto de Aldo Rebelo. Portanto, estendemos os comentários feitos ao Projeto de Rebelo ao de Carrion.

CAPÍTULO II:

Políticas e práticas linguísticas na história do português brasileiro

Antes de evidenciarmos algumas etapas da história das políticas e práticas linguísticas do português brasileiro, é preciso elucidar do que tratam as Políticas Linguísticas. Quando pensamos no termo, o que vem à mente de algumas pessoas é sempre política no sentido oficial, a política formal, o congresso, as assembleias legislativas, os representantes do povo. Porém, para a ciência linguística, as Políticas Linguísticas não se concentram somente na esfera política oficial. Para Rajagopalan (2013, p. 21), [...] “política linguística é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação”. Bernard Spolsky (SPOLSKY, 2016) sugere que a política linguística possui três componentes que se relacionam, mas são independentes: as práticas reais, as crenças e a mudança das práticas linguísticas de uma comunidade.

É perceptível, a partir da ótica desses dois linguistas, que política linguística não faz parte das esferas políticas formais ou oficiais somente, mas, sim, é uma questão que envolve os debates cotidianos, a nação, as comunidades, os menos e os mais abastados, ou seja, é um debate constante, diário, presente nas nossas inter-relações e interlocuções. Na história de nosso país, alguns fatos relacionados à língua portuguesa, passaram pelo crivo da política oficial, em outras palavras, imposições tomadas pelos órgãos oficiais de governo. Retomaremos alguns desses fatos históricos e dois projetos de lei contemporâneos sobre a língua portuguesa. Essas decisões são o que conhecemos como políticas linguísticas de “nível geral e macro” (RAJAGOPALAN, 2013, p. 29).

Os períodos que nos interessam aqui são: i) a proibição da(s) língua(s) geral⁷ (rais) no Brasil Colônia pelo Marquês de Pombal no em 1757; ii) o

⁷ O parágrafo 6 do Diretório dos índios encontra-se em anexo.

projeto nacionalista do período romântico no século XIX; iii) a proibição das línguas de imigrantes na Era Vargas no século XX; iv) o projeto de lei nº 1676/1999 do então deputado federal Aldo Rebelo, do PC do B (Partido Comunista do Brasil), assim como o projeto de lei nº 156/2009 do então deputado estadual pelo Rio Grande do Sul Raul Carrion, do mesmo partido de Rebelo⁸. Vale deixar patente desde já que todos os eventos históricos acima citados tentaram, de alguma forma, estancar, barrar, proibir ou intimidar o uso de uma língua que não fosse a portuguesa.

O *Diretório dos Índios* foi um documento elaborado em 1755 que continha importantes aspectos da política indígena do período da história colonial do Brasil. Em meados do século XVII, O Marquês de Pombal, através desse diretório,

“define o português como língua da colônia, conseqüentemente obriga o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que foi expulsa do Brasil” (SILVA, 2004, p. 20-21).

Pelo fato de o diretório ser um documento muito extenso, não citaremos aqui as suas várias determinações, até porque a questão linguística é abordada apenas no parágrafo 6 do diretório. Assim, teceremos alguns comentários com relação à sexta medida, a qual diz respeito à língua. Logo no início dessa medida (ver anexo), destaca-se que, ao dominar um povo é necessário introduzir a própria língua do dominador, por ter sido essa uma prática inalterada “em todas as nações” (Diretório dos índios, parágrafo 6).

Essa medida explica que tal política “é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes”. O caráter bárbaro, na verdade, não viria do próprio colonizador ao invadir uma porção de terra que não era sua e impor seus hábitos e língua? O autor da medida entendia que, ao impor a língua do colonizador ao gentio, radicaria na mente dele “o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe” (Diretório dos índios, parágrafo 6).

⁸ Os projetos de lei encontram-se em anexo.

Em outro trecho da mesma medida, vemos o teor ignorante e inquisidor da lei por parte dos reinóis a respeito de como atuaram os pioneiros nestas terras, quando relatam “que nesta conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica” (Diretório dos Índios, parágrafo 6).

Ao que parece, as autoridades portuguesas não queriam se ver ou, não se viam (o que achamos menos provável), como abomináveis e “diabólicos” ao se referirem a esses povos e executarem ordens contra eles e suas culturas em nome da corte e da igreja; simplesmente se colocavam como seus civilizadores e salvadores, extirpando-lhes o direito de vivenciarem sua cultura nativa.

A proibição do uso da língua geral no Brasil colônia por Pombal foi, tomando as palavras de Marcos Bagno (2001, p. 54), “marcada pela desconsideração das reais necessidades do povo”, e vale também lembrar que, naquele período, a “*língua geral* ou *nheengatu* era a única conhecida pelos índios, negros, mestiços e brasileiros nativos durante uma longa fase do período colonial” (BAGNO, 2011, p. 54).

Com o teor atroz dessa medida, ficamos a pensar nas consequências da mesma; como terá sido para quem não as cumpriu, tamanha a periculosidade, aspereza, nocividade e intolerância das palavras? Pois, “desobedecer à Ordem Régia era considerado crime e pecado”, segundo Quadros (2001, p. 219).

Na verdade, percebemos, pelos trechos apresentados, que havia uma preocupação em seguir os mesmos passos que países europeus que se lançaram às conquistas. Impor sua língua e exterminar as culturas autóctones. É patente o interesse da colônia em minar ou anular os sentimentos locais e torná-los sentimentalmente efervescentes em prol da nação portuguesa. Para isso era necessário rebaixá-los, demonizá-los, julgá-los como atrasados, era necessário se posicionar como o ser superior que iria levar o auxílio, a providência para quem estava perdido e isolado neste mundo.

Segundo Faraco (2016), o diretório não foi eficaz logo de início devido à falta de uma infraestrutura para a sua devida aplicação; ainda conforme explana o autor, serviu como um evento seminal que conduziu o colonizador a trabalhar uma ideia de homogeneidade linguística no Brasil, e que os efeitos do diretório surtiram resultado mais de um século depois de sua determinação, e que, aos poucos, por fatores socioeconômicos, o colonizador foi substituindo a língua geral pela portuguesa na região onde era mais utilizada – a Amazônia e arredores. Em tom jocoso, ele completa dizendo que “[...] historiadores, sem ponderar suficientemente a complexidade do processo, imputaram ao *Diretório* o poder mágico de impor a língua portuguesa e de garantir a unidade linguística” (p. 102).

A proibição oficial do uso da língua geral imposta por Pombal é motivo de destaque nesta pesquisa, pois, em outros momentos de nossa história, leis semelhantes se repetiram, o que sempre conduziu a acirrados debates entre políticos, intelectuais e literatos. Tais leis impositivas também renderam violências físicas, morais e psicológicas para os indivíduos residentes do solo nacional.

Outro período que produziu debates intensos em torno da língua portuguesa foi logo após a Independência do Brasil, em meados do século XIX até o início do século XX. Havia ainda, no Brasil, em todo o Segundo Reinado, um forte elo afetivo e econômico com Portugal, o que gerou as contendas linguísticas naquela fase histórica. Em sua tese, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (2002) coloca que a tupifilia foi um aspecto das discussões linguísticas peculiar à segunda metade do século XIX, quando houve uma apropriação do índio e “exaltação do tupi”. A partir do decênio de 80 do mesmo século, o interesse pelo tupi decaiu e quem toma o seu lugar é o “negro, principalmente o mestiço”. Procurou-se dar atenção a um falar nacional, uma busca por uma identidade em que estivessem marcadas as contribuições de brancos, índios e negros.

Rodrigues (2002) relata que não havia uma ideia coesa da distinção que havia surgido entre a língua portuguesa do Brasil e a de Portugal e, uma vez que o país se tornara independente, era preciso estabelecer uma diferenciação entre as nações.

Não havia um sentimento nacional coeso ainda, devido à recente independência. Levantes populares, guerras de secessão ou civis eram constantes dadas as fragilidades do recente corpo institucional. Os debates e críticas daquele período surgiram pelo fato de escritores, como José de Alencar (que também atuou como senador do império), usarem formas populares na sua literatura. Os críticos puristas da época acusavam Alencar e outros escritores brasileiros de não saberem gramática e de inventarem incorreções – se é que isto é possível. A fim de afirmar a autonomia do país como pátria independente, através de escritores como José de Alencar, “o tupi foi reapropriado como modelo mitológico de uma pretensa formação étnica e cultural no Brasil” (RODRIGUES, 2002, p. 9).

Prevaleceram, alguns anos após a independência até o final do século XIX e início do XX, “discursos metalinguísticos” (LEITE, 2006, p. 15) inovadores e conservadores, a fim de advogarem cada um a seu favor. Alencar recebeu duras críticas por ser completamente a favor do uso de neologismos, entendendo que a língua portuguesa do Brasil deveria representar sua natureza. Sobre os estrangeirismos, Alencar foi mais ponderado; achava que careceria de se aplicarem alguns critérios na hora de usá-los. Essa relação política com a língua portuguesa falada no Brasil também o levou, apesar de tudo, a cair em algumas contradições como, por exemplo, criar neologismos com base em tradições lusitanas ou clássicas (LEITE, 2006).

Alencar se dedicou com extremo esforço a adotar uma escrita literária valorizando o já extinto tupi com os chamados romances indianistas. Sua literatura recebeu ásperas críticas de personalidades como as “do historiador português Manoel Pinheiro Chagas, do filólogo Antônio Henrique Leal e do escritor Franklin Távora” (RODRIGUES, 2002, p. 110). Tais críticas o forçaram a produzir uma série de discursos em prol da língua brasileira “e

sua relação com a literatura”. “O discurso metalinguístico sobre o português do Brasil é uma voz que se opõe às investidas contra ele feitas por críticos e filólogos” (LEITE, 2006, p. 68).

Ainda segundo Leite (2006), o que levou José de Alencar a tão acirradas querelas em torno da linguagem foi a bravura de registrar sua forma de representar a escrita em relação à antiga metrópole, e não seus neologismos, estrangeirismos ou marcas dos discursos populares em sua obra. José de Alencar, com o tempo, não se mostrou realmente preocupado com as questões de afirmação da língua *brasileira*, mas com sua própria escrita. Além disso entrou em contradição com seu próprio discurso por muitas vezes.

Outros nomes, como Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro, isso já por volta dos anos de 1900, também entraram em esquentadíssimos debates entre a defesa da língua portuguesa falada no Brasil e as tentativas de manter a pureza do idioma. Esses dois nomes teceram severas críticas ao que se pode considerar, segundo Leite (2006, p. 76), como “o maior símbolo do purismo linguístico do português do Brasil [...], o Projeto do Código Civil, elaborado por Clóvis Beviláqua”. Vale lembrar que ambos caíram, também, em ideias contraditórias a respeito de sua própria visão de não puristas, pois produziram discursos metalinguísticos valendo-se de linguagem rebuscadíssima, para não dizer arcaísmos.

Dando outro salto na história, é de extrema validade destacar a Era Vargas e sua política contra as línguas dos imigrantes. O chamado Estado Novo⁹

⁹ **Estado Novo** foi um regime ditatorial arregimentado por Getúlio Vargas, instituído em 10 de novembro de 1937. Desde 3 de novembro de 1930, Vargas governava o país. O primeiro período foi o Governo Provisório (1930-1934) que perdurou até a reconstitucionalização do país. Com a decretação da Constituição de 1934 iniciou-se o Governo Constitucional. A previsão das eleições presidenciais era para o ano de 1938, e em 1937 iniciaram as campanhas dos candidatos ao cargo. Candidataram-se às eleições o integralista Plínio Salgado, o governador de São Paulo Armando Vieira Sales, e o candidato situacionista José Américo Almeida. Getúlio Vargas não havia se candidatado, pois pretendia dar continuidade

procurou combater o analfabetismo, principalmente nas áreas de imigrantes, instituindo o ensino primário em todas as regiões de populações. A preocupação com esses povos se deu devido ao forte movimento nazi-fascista na Alemanha e Itália e a possível associação ou simpatia que os imigrantes originários desses países pudessem nutrir (PAYER, 1999).

Os alemães trouxeram consigo referências românticas, nacionalistas, nazistas ou imperialistas, além de uma tradição político-filosófica muito expressiva, que os fez manter vínculos muito firmes com sua cultura de origem, e que acabou resultando em medidas muito rígidas contra esses povos por parte do governo de Vargas. Era necessário, então, criar todo um sentimento de brasilidade que neutralizaria a carga cultural que se fazia presente no seio desses povos.

Havia, de modo implícito, a intenção de integrar ao ideal nacional, isto é, à agenda das políticas do Estado Novo, os vários povos recém-chegados, como alemães, italianos, japoneses e árabes, dentre outros. Todo esse contingente já tinha tido contato com lutas operárias, sindicatos e partidos políticos com a presença de diferentes representantes das classes sociais, o que provocava receio na mente dos líderes governistas, pois o Brasil não era uma nação coesa em identidade nacional (PAYER, 1999).

Por parte do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, então sede do governo federal, uma preocupação patente foi com o crescimento populacional e a prosperidade econômica em que se encontrava Santa Catarina, estado formado por um grande contingente de descendentes alemães. O governo temia que o sucesso dos imigrantes daquele estado pudesse contaminar o restante do sul; houve também o fato de que nas escolas dos imigrantes alemães, a educação era bem superior às que o Estado estava implantando, o que certamente causou um certo incômodo ao governo (CAMPOS, 1998).

Tudo isso fez com que Getúlio Vargas sancionasse leis de proibição das línguas de imigrantes em âmbito federal, estadual e municipal; ficou explicitamente censurado o uso oral e escrito (pela escola, mídia, etc.) das línguas de imigrantes em qualquer local do território nacional. Essa lei também contou com uma fiscalização rigorosa por parte dos órgãos oficiais responsáveis. O país acabara de sair (poucos anos antes) de acirrados debates sobre a língua portuguesa no Brasil frente à Portugal; a vinda dos imigrantes desde a metade do século XIX para substituir a mão de obra escrava e também as levas de imigrantes que vieram com as duas grandes guerras acabaram por colocar o país num retrocesso na questão da afirmação da identidade nacional devido à soma de mais etnias distintas na, já miscigenada, população que vivia no Brasil naqueles tempos. (PAYER, 1999).

Por trás de dois objetivos, o Governo Vargas classificou alemães, italianos e japoneses como “súditos do eixo” e os confinou em campos de concentração, mas não nos moldes nazistas. O primeiro objetivo era concretizar o projeto de Estado Nacional, e o segundo, ganhar uma certa projeção internacional. Esses cidadãos imigrantes foram perseguidos, vigiados em suas rotinas, tiveram bens confiscados e o acesso a informações restringidos; eram levados a prisões e lá permaneciam o tempo que o governo achasse necessário. O Estado Novo, nos decênios de 1930 e 1940, procurou a todo custo ditar condutas e modos de se viver, a fim de homogeneizar a pluralidade cultural que havia no Brasil. As perseguições serviam para todos os estrangeiros ou filhos de estrangeiros, naturalizados ou nascidos no Brasil, destituindo-lhes dos traços culturais que carregavam, “abrasileirando-os” (PERAZZO, 2009; FÁVERI, 2009).

Discutia-se a ideia de um suposto perigo alemão e que os países americanos seriam anexados ao *Reich*. Havia, na mentalidade das autoridades, o medo de uma invasão alemã na América do Sul para, assim, consolidar os planos de Hitler de tornar a Alemanha um imbatível império. Houve até casos de violência por parte da população com os imigrantes. Em várias cidades do Sul, como Florianópolis, Joinville, Blumenau e outras,

alemães tiveram suas casas apedrejadas por nacionalistas fanáticos, que, também com palavras de ordem, pediam vivas ao Brasil e a Getúlio Vargas (FÁVERI, 2009). As comunidades alemãs eram obrigadas a utilizar o português em todas as instâncias da vida social como trabalho, imprensa, igrejas (missas em português), conversas em público, etc. (CAMPOS, 1998).

Depois de 1942, o Brasil rompe com os países do Eixo, ficando mais complicada a situação dos imigrantes alemães, italianos e japoneses. Os japoneses, por exemplo, ao se locomoverem para fora de seus locais de habitação dependiam do chamado “salvo-conduto”, que era uma espécie de autorização para que o imigrante originário ou descendente de um dos países do Eixo pudesse circular sem ser detido, caso contrário, o indivíduo era levado sob suspeita de espionagem (DAIGO, 2008).

Pelo exposto, podemos ver que na Era Vargas a situação para os imigrantes não foi muito confortável, em absoluto, sobretudo na questão da comunicação, no uso da sua língua, na sua produção impressa, nas suas manifestações religiosas em língua materna, etc. Os imigrantes tiveram seus direitos subtraídos, assim como bens, o que provocou todo um clima de terror e medo dentro dessas comunidades vindas de outros continentes para fugir de mazelas sociais. O governo de Getúlio Vargas nos mostrou como políticas nacionalistas e xenófobas podem causar injustiças e destituição de direitos dos povos.

Para finalizar esta parte do trabalho, passaremos para a contemporaneidade, destacando dois projetos de lei que tramitaram no país, um em nível nacional e outro em nível estadual. Estamos falando dos projetos de lei nº 1676/1999, do deputado federal Aldo Rebelo, e do projeto de lei nº 156/2009, do deputado estadual pelo Rio Grande do Sul Raul Carrion, ambos do PC do B.

Ao que parece, os dois projetos seguem a mesma ideia central e, por isso, trataremos dos dois ao mesmo tempo. O projeto de Rebelo gerou, à época, uma enxurrada de críticas de vários linguistas e fez vir à tona um debate que

há muito não se fazia no Brasil sobre questões de nacionalidade e soberania.

Evidenciaremos algumas críticas que o projeto de Rebelo recebeu por parte de estudiosos, pesquisadores, professores universitários, e, claro, os problemas do texto base do projeto de lei. As produções críticas que o deputado enfrentou foram, em sua ampla maioria, negativas, visto que historicamente políticas linguísticas imputadas pelos órgãos governamentais desrespeitaram as necessidades do povo e sua pluralidade cultural.

O professor John Robert Schmitz (2000), elenca alguns tópicos relacionados à lei a fim de explicá-la sucintamente. Como primeiro ponto ele mostra que o projeto prevê que a utilização exagerada de estrangeirismos no campo midiático pode acabar em multa ao órgão, empresa ou instituição que assim o fizer, “sendo considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei” (PL 1676/1999).

O projeto dá ênfase principalmente às palavras de língua inglesa, já que atualmente é a língua que mais acrescenta palavras na língua portuguesa do Brasil e talvez do mundo. O professor defende que há um equívoco no projeto a esse respeito, já que o texto trata o Brasil como um país subserviente ao poder dos Estados Unidos em decorrência do poderio econômico e tecnológico daquele país; porém relata que, em muitos outros países como Japão, França, Alemanha e China, os jovens fazem uso constante de termos da língua inglesa sem comprometer aquelas culturas e soberanias. Ele lembra que nós usamos inúmeros termos da língua francesa, mas o fato de aquele país não representar uma ameaça econômica para o Brasil, não encoleriza os ânimos políticos.

Ponto importante ressaltado por Schmitz é a questão da preservação da identidade nacional presente no texto do projeto. Ele coloca que a identidade é uma construção social, e que, portanto, não existe uma identidade pura. O professor resgata, com muita pertinência, que a Inquisição e o Holocausto existiram em nome da pureza. Ele ainda acrescenta que não há necessidade

de uma preocupação política exagerada por parte de representantes do povo, haja vista que o português é a sexta língua mais difundida no mundo, justamente pelo fato de Portugal ter chegado ao Brasil. Entende que o país está situado no mundo ocidental e, por isso, naturalmente terá uma influência da língua inglesa no seu léxico.

Schmitz ainda questiona se os “garranchos amargos” de que o deputado Rebelo tanto se queixa, incomoda ao restante dos brasileiros. Enfatiza que existem palavras registradas nos mais importantes dicionários brasileiros que não são objeto de perseguição do deputado, como, por exemplo: *lebensraum*¹⁰ e *laissez-faire*¹¹. Na sua apresentação dos tópicos, acresce que todos nós usamos estrangeirismos no nosso dia a dia, nas mais diversas atividades profissionais, como cientistas, médicos, advogados, engenheiros, economistas, professores universitários, mecânicos de automóveis, artistas, donas de casa, locutores, etc.

O fator que mais influencia no uso dos estrangeirismos é o fator midiático, lembra Schmitz. Todos temos contato diariamente com os mais variados meios de comunicação: revistas, jornais, TV, rádio, internet, o que nos coloca na maior parte do tempo em convívio com tais termos. Após esse contato, ao dar sequência às suas atividades, comunicando-se com outros grupos, as palavras novas são lançadas e, por consequência, fixadas no idioma – relembra o professor.

O projeto de lei de Aldo Rebelo foi tão polêmico que se tornou, por várias vezes, questão de vestibular, colocando acadêmicos e professores de escolas regulares em constantes debates, além de ter rendido um livro

¹⁰ Lebesraum, palavra alemã que significa espaço vital, significando o tamanho físico, e populacional e possuidor de vastos recursos naturais necessários para que um Estado-nação possa ser uma potência. O termo foi criado pelo geógrafo Friedrich Ratzel no século XVIII.

¹¹ Laissez-faire é hoje expressão-símbolo do liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

organizado por Carlos Alberto Faraco. Nesse livro, linguistas discutiram vários trechos controversos do projeto proposto por Rebelo. Seria apropriado realçar algumas das várias críticas que o projeto de lei recebeu dos estudiosos, pesquisadores e professores que contribuíram na produção desse livro tão elucidativo sobre a questão dos estrangeirismos na língua portuguesa.

Abrindo esse trabalho organizado por Carlos Alberto Faraco, Garcez e Zilles (2001) iniciam com uma questão interessante a respeito da mentalidade dos indivíduos:

Por exemplo, os falantes do português brasileiro, tendo em mente a representação que fazem de certos falantes de inglês, associam a eles e, por extensão à língua inglesa, valores que vão desde dinamismo progressista, consumo e comodidade, avanço tecnológico e poder vigoroso, valores aos quais desejam se associar, até conservadorismo retrógrado, grosseria, artificialidade insensível e poder nocivo, valores que desejam combater. (GARCEZ & ZILLES, 2001, p. 16)

Os valores positivos citados no recorte acima vêm como ornamento de produtos culturais com que temos contato diariamente. Constantemente vemos filmes, seriados e *shows* de artistas (geralmente ingleses ou americanos) famosos mundialmente que, quase sempre, artificialmente ou não, apresentam um certo grau de vantagem evolutiva (no âmbito tecnológico) comparado com muitos países como o Brasil, por exemplo. Garcez & Zilles (2001) explicam que

Embora o debate em si seja movido, no fundo, pelas posições políticas e sociais dos diferentes grupos, ele trata, na superfície, de questões linguísticas, de modo que a arena de discussão se torna também terreno fértil para a produção de discursos superficiais e equivocados sobre a natureza da linguagem, sobre o uso prestigioso e 'correto' da língua da comunidade e sobre a própria vida social da linguagem. (GARCEZ ; ZILLES, 2001, p. 16)

Sobre o item de cunho purista de que trata a lei em alguns pontos, os autores questionam: “No português, língua de tantas invasões em cinco continentes, invadida e invasora, o que seria puro?” (p. 20). Outras indagações muito pertinentes são feitas pelos autores a respeito do título do

projeto de lei, o qual diz que o mesmo “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências” (Projeto de Lei 1676/1999). Essa premissa, que inaugura o texto de Rebelo, recebe problematizações capciosas como: “defesa de quem contra quem? Defesa da pura língua portuguesa, naturalizada como nacional num território invadido e usurpado de povos falantes de outras línguas?” (GARCEZ; ZILLES, 2001p. 25).

Carlos Alberto Faraco (2001) traz ao tema o objeto da política linguística. Faraco defende que se deve colocar esse debate no seio da sociedade, no meio do espaço público, já que se trata de algo que perpassa e atinge diversos níveis da vivência social; o autor entende que essas discussões devem passar também pelo crivo dos personagens que produzem a língua e que são os discursos tradicionais que têm voz e vez em nosso país; coloca os promotores de tais leis como ignorantes na matéria da linguagem por não compreenderem que há diferenças na fala, na escrita, na formalidade e na informalidade, e que a língua jamais obedece a um padrão, um cercado, um conjunto de regras que se passa somente na abstração.

Marcos Bagno (2001) nos lembra que a língua possui uma natureza instável e autorreguladora, porque nós, seres humanos, fazemos a língua para nos fazer entender. Somos nós que produzimos os enunciados e os modificamos conforme nossas necessidades.

Quando Rebelo enfatiza o fato de a língua inglesa representar o império norte-americano, Bagno adverte que em toda a história a humanidade sempre houve uma língua franca. Ele recorda que o Novo Testamento não foi escrito em hebraico, aramaico ou latim primeiramente, e sim em grego – língua que representava a grande cultura e que alcançava mais povos de diferentes culturas. Além desse fato lembrado por Marcos Bagno, queremos também advertir que outros países tentaram ser a língua hegemônica e o foram em determinadas circunstâncias: o português em suas colônias, o francês e o inglês na África, o russo nos países que faziam parte da ex-União Soviética. Aliás, é bom que se esclareça que o francês foi a língua

utilizada pela aristocracia no século XIX em detrimento à muitas línguas nacionais conforme mostra Bagno; e também o francês, convém destacar, foi a língua que mais massacró suas colônias com sua obrigatoriedade, “nenhum país foi tão longe quanto a França na unificação etnolinguística e na eliminação autoritária das variantes regionais, [...] apesar das resistências ou das ressurgências de bolsões identitários linguísticos” (GUISAN, 2011, p. 144).

No segundo capítulo, procuramos fazer um resgate das medidas tomadas por poderes oficiais em relação ao uso da língua no Brasil, iniciando por Portugal como colonizador do Brasil e, depois, o Brasil Império e República. Tais períodos históricos começaram com o *Diretório do Índios* de 1757, passaram por vários decênios do Brasil oitocentista, com o Brasil recém independente, tentando se afirmar diante de Portugal, chegaram aos primeiros anos de República, à Era Vargas e, finalmente, culminaram nos Projetos de Lei de Aldo Rebelo (1999) e Raul Carrion (2009).

No próximo capítulo, demonstraremos como pensamos o uso de estrangeirismos, principalmente anglicismos, no Brasil atual a partir de bases teóricas de vários pensadores das ciências humanas e da linguagem como Zigmunt Bauman, Milton Santos, Mikhail Bakhtin, David Crystal e outros . Todo o processo sócio-histórico construído após o fim da ex-União Soviética desencadeou uma série de mudanças e agendas políticas que afetaram e afetam o mundo até hoje. A mentalidade da coletividade se transformou com a quebra abrupta de barreiras econômicas, minando a ideia de um Estado forte e regulador como havia antes do fim da Guerra Fria.

CAPÍTULO III:

Globalização e linguagem – uma perspectiva da *indiferença*

Neste capítulo, intentamos expor nosso pensamento a respeito dos motivos pelos quais os anglicismos são usados na língua portuguesa atualmente com tanta frequência e facilidade de assimilação, como se fossem elementos que fazem parte da própria língua portuguesa. Para contextualizar o início de tais mudanças de cunho linguístico, seria interessante lembrar alguns fatos culturais.

Na era pós-moderna, a língua que se projeta mundialmente com muita força é a língua inglesa. Segundo Giblin (2005), esse *boom* dos anglicismos começa, poderíamos dizer, após a Segunda Guerra quando a Europa, uma vez destruída e culturalmente estagnada, tentou buscar novas maneiras de manifestação. Inicialmente, o *jazz* e o *blues* encantaram os ouvidos europeus e posteriormente o *rock'n roll*. Essas novas manifestações artísticas ganharam uma atenção exagerada principalmente da juventude, que desejava mudanças após o advento das duas grandes guerras e, também, da Guerra do Vietnã. A princípio, pensava-se que esses movimentos artísticos seriam boicotados de forma massiva pela Europa, dada a postura política norte-americana diante do mundo e também diante da guerra do Vietnã. Mas não, pelo contrário. Os artistas dessas novas tendências culturais (americanos e ingleses) se mostravam totalmente contra as políticas norte-americanas ou britânicas com relação ao resto do globo e foram hostilizados por seus respectivos governos, fatores que lhes deram respaldo global.

Junto a isso, veio a força estrondosa do cinema americano, que conseguiu adentrar nos mais longínquos territórios e levar em seus enredos os hábitos estadunidenses. Após esse período, com a chamada modernidade tardia (HALL, 2011), uma nova fase se inicia, gerando transformações na vida das sociedades globais – a era digital.

Gostaríamos de colocar a seguinte assertiva, a fim de tentar compreendê-la com a base teórica: com a era digital, passamos, em muitos casos e locais, a usar a linguagem sob a mentalidade da *indiferença*. Tal afirmação se faz pelos aspectos que iremos abordar daqui em diante.

Primeiro, urge que se faça uma elucidação do sentido atribuído à palavra 'indiferença'. Dentre as definições e sinônimos presentes no Dicionário do Aurélio¹², a que cabe para a nossa interpretação é a que representa a ideia de 'desapego'. O 'desapego', para pormenorizar mais o termo e facilitar o entendimento das nossas reflexões, se relaciona com a falta de simpatia, a falta de afeto, de sentimento, de admiração e ligação.

Para Bauman (2013), o conceito original de "cultura foi atribuído a uma missão proselitista, planejada e empreendida sob a forma de tentativas de educar as massas" (p.12). O sociólogo complementa argumentando que a "cultura tornou-se o nome de funções atribuídas a estabilizadores, homeostatos ou giroscópios. Os homeostatos são aparelhos que conservam o estado de harmonia ou preservam o estado de estabilidade interna de algo. Já os giroscópios, são aparelhos nos quais um corpo se move em torno de um eixo, que, por sua vez, pertence a um segundo sistema também em rotação, e que é usado na estabilização dos aviões e dos navios.

Bauman (2013) nos mostra que "dissolver tudo o que é sólido tem sido a característica inata e definidora da forma de vida moderna desde o princípio" (p. 16). Os processos de transformações sociais sofridos com a globalização estão ligados ao desenvolvimento descomunal e desigual da economia, política e cultura. As forças de mercado estão livres do controle político e são, em muitos casos, extraterritoriais, influenciando e modificando as sociedades, suas culturas e línguas.

Em *Identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2011, p. 7) entende que "as velhas identidades estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno". Esse entendimento de Hall sobre o indivíduo na pós-modernidade é essencial para se refletir sobre

¹² <https://dicionariodoaurelio.com/indiferenca>

nossa assertiva inicial. Com um ponto de vista semelhante a respeito dos territórios, Milton Santos (2008, p. 94) compreende que com “o impulso da competitividade globalizadora, produzem-se egoísmos locais ou regionais exacerbados”, egoísmos esses gerados pelo poder hegemônico em locais diversos a fim de se aproveitarem desse indivíduo fragmentado de Hall; e que “esse caldo de cultura pode levar à quebra da solidariedade nacional e conduzir a uma fragmentação do território e da sociedade” (SANTOS, 2008).

O sociólogo Zygmunt Bauman, em entrevista a Benedetto Vecchi, a qual acabou se tornando um de seus inúmeros livros¹³, explica que:

A globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação. [...] Tendo transferido a maior parte de suas tarefas intensivas em mão-de-obra e capital aos mercados globais, os Estados têm muito menos necessidade de suprimentos de fervor patriótico. (BAUMAN, 2005, p. 34)

Algumas recordações nos vêm à mente quando Bauman sustenta que atualmente há uma “menor necessidade de fervor patriótico”. Na década de 1990 houve uma grande abertura econômica no nosso país, período que promoveu uma gama elevadíssima de importação de automóveis e presenciamos também a chegada do computador para o uso doméstico com acesso à internet, revelando o atraso industrial pelo qual passava o Brasil. Isso produziu um sentimento de que tudo o que é de fora é melhor. Ora, os produtos que aqui chegaram (e até hoje chegam) traziam consigo palavras, que já usávamos sem nos preocuparmos com o significado ou a tradução – a questão era usar o que era ‘melhor’.

Bauman (2001, p. 49) cita Tocqueville, o qual dizia que “libertar as pessoas pode torná-las indiferentes”. Nós ganhamos a liberdade, do ponto de vista da política que se implantava, porém - é bom não nos esquecermos disso -, essa tal “liberdade” era a liberdade para consumir, para nos preocuparmos com nossas vidas individuais. Bauman continua, ainda lembrando Tocqueville, ao afirmar que o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, já que o

¹³BAUMAN, Zygmunt. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

cidadão pensa no seu próprio bem a partir do bem comum, enquanto o indivíduo pensa no seu bem e por consequência despreocupa-se com o que é coletivo.

O aspecto muito bem observado por Bauman é o da “modernidade como história do tempo” (2001, p. 140). O sociólogo afirma que “a história do tempo começou com a modernidade” e a dividiu em três momentos: o *wetware*, o ‘hardware’ e o ‘software’. O *wetware* era o período em que as distâncias eram percorridas em certo tempo; e tempo era o que se precisava para percorrê-lo. “Os humanos, cavalos e bois é que punham os limites” [...] “o *wetware* tornava os humanos semelhantes” (p. 142).

“Com o advento do vapor e do motor a explosão a igualdade fundada no *wetware* chegou ao fim” (p. 142). Quem tivesse mais condições financeiras de se locomover pelo espaço tinha vantagem frente ao outro. O *hardware* distanciou mais os homens uns dos outros tornando-os diferentes. “Quem viajasse mais depressa podia reivindicar mais território e controlá-lo” (p. 143).

Nós, da modernidade recente, vivemos o “capitalismo de *software*” (p. 148). O mundo se transformou nessa fase no que tange à ideia de espaço/tempo. Acontece, diz Bauman, que hoje “a mudança é a nova irrelevância do espaço”, a comunicação se tornou instantânea; conseguimos fazer um pedido a uma empresa do outro lado do mundo via net; nos comunicamos ou conhecemos qualquer pessoa que esteja conectada à rede. Conclui Bauman que “a quase instantaneidade do tempo do *software* anuncia a desvalorização do espaço” (p. 149).

O tempo do *software* nos colocou mais atrás das paredes de nossos quartos, isolados da comunidade, distantes dos sentimentos coletivos. Esse tempo colocou pessoas próximas, distantes e pessoas distantes, próximas. Esse tempo também nos tornou obesos embriagando-nos com *brownies*, *cheeseburgers*, *milk-shakes*, praticando esporte nos nossos *playstations* ou *x-boxes* vivendo um *slow motion* cerebral. O tempo do *software* nos fez buscar grupos (via *net*) com os quais nos identificamos, para fugir do enclausuramento de nossos lares.

O sociólogo Zigmunt Bauman destaca algumas palavras do historiador Eric Hobsbawn quando afirma que “homens e mulheres procuram grupos que possam fazer parte, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo o mais se desloca e muda, em que nada mais é certo” (BAUMAN , 2001, p. 214). Se observarmos com um pouco de cuidado, percebemos que nossa realidade pode ser descrita da forma feita por Hobsbawn. As tribos urbanas estão cada vez mais evidentes em nosso meio, como *emos*, *nerds*, *hipsters*, periguetes, *funkeiros*, *indies*, artistas urbanos, *skatistas*, ciclistas, *vegans*, *plocs*, *clubbers*, etc.; muitas dessas tribos são influências de outros países e carregam seus nomes originais, ou seja, mantêm a expressão oral ou gráfica do país de origem.

Esses renomados pensadores, dentre outros, refletem e concordam com aspectos de uma sociedade pós-moderna fragmentada. Essa fragmentação tem sua origem com o processo de globalização, em que a competitividade não se dá mais entre nações, e sim entre empresas que arrastam o Estado e seu poder consigo (SANTOS, 2008).

Pensar esse mundo fragmentado, com o domínio de uma ideia de competitividade e de consumo, é o que nos faz considerar que o uso da linguagem no mundo globalizado, da era digital, da pós-modernidade, se refaz a partir da *indiferença* dos indivíduos. Neste sentido, Bauman (2001) nos adverte de que a nossa “tarefa é o consumo, e o consumo é um passatempo absoluta e exclusivamente individual”. Partindo então do pressuposto de Bauman, se consumir é uma atividade estritamente subjetiva, que nos leva à solidão, acarreta, por consequência, a despreocupação com o outro. Se eu tenho para consumir, porque me preocupar com o que é alheio a mim?

É bom que fique claro desde já que o ponto chave deste capítulo é a questão do uso da linguagem (sobretudo o português atual) sob a ótica da *indiferença*. Tal *indiferença* está atrelada, no nosso modo de pensar, ao processo de globalização. O geógrafo Milton Santos elucida de forma radiante a nossa percepção:

Pode-se dizer então que, em última análise, a competitividade acaba por destruir as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. (SANTOS, 2001: 85)

A lógica da verticalidade citada por Santos seria a da fluidez, sequiosa de velocidade, a mesma que Bauman (2001) chama de “Modernidade líquida”; já a lógica da horizontalidade seria a do princípio de contiguidade, proximidade, vivência (SANTOS, 2001). Por um outro viés, Manuel Castells (1999) trabalha o conceito de *verticalidade* substituindo-o pelo *espaço de fluxos*; e o conceito de *horizontalidade* é sucedido por *espaço de lugares*. Claro que os três autores pormenorizam seus conceitos de formas distintas; porém, há entre eles uma certa convergência que nos permite compará-los.

A indiferença no uso do português na era digital, na nossa pesquisa, se dá com a entrada dos chamados anglicismos – termos oriundos da língua inglesa. Esse ponto de vista por nós defendido seria o reflexo das condições postas pelo capitalismo moderno conduzido pelo processo de globalização através do desenvolvimento da comunicação digital – a internet. Entendemos que a indiferença ao entorno pela(s) empresa(s) hegemônica(s), por meio da coação à competitividade e ao consumo, em conformidade com Santos (2001), engendrou na mentalidade coletiva uma certa indiferença. E, para o nosso interesse, essa indiferença se reflete, também, além de outras coisas, no uso do português nessa sociedade em rede.

Bauman (2001) faz uma análise muito pertinente sobre o tempo/espaço em sua obra *Modernidade líquida*, onde ele destaca a *Place de La Défense* em Paris:

O que chama a atenção do visitante de *La Défense* é antes e acima de tudo falta de hospitalidade da praça: tudo o que se vê inspira respeito e ao mesmo tempo desencoraja a permanência. Os edifícios fantásticos que circundam a praça enorme e vazia são para serem admirados, e não visitados, cobertos de cima a baixo de vidro refletivo, parecem não ter janelas ou portas que se abram na direção da praça; engenhosamente dão as costas à praça diante da qual se erguem. São imponentes e inacessíveis aos olhos – imponentes

porque inacessíveis, essas duas qualidades que se complementam e reforçam mutuamente. Essas fortalezas/conventos hermeticamente fechadas estão na praça, mas não fazem parte dela – e induzem quem quer que esteja perdido na vastidão do espaço a seguir seu exemplo e sentimento. Nada alivia ou interrompe o uniforme monótono vazio da praça. Não há bancos para descansar, nem árvores sob cuja sombra esconder-se do sol escaldante. [...] A segunda categoria do espaço público mas não civil se destina a servir aos consumidores, ou melhor, a transformar o habitante da cidade em consumidor. (BAUMAN, 2001, p. 124)

A descrição que Bauman faz desse espaço chega a ser soturna. Ao lermos, temos a sensação de jamais querer estar lá. A “falta de hospitalidade da praça”, da qual fala Bauman, remete para falta de atenção do indivíduo que ali passa; permanecer no local não vale a pena, pois nada de fato nos retém naquele espaço; ele cita os prédios de costas para a praça, o que nos torna desprezíveis nesse plano; a ausência de ornamentos ou atrativos também nos impede de querer permanecer nesse local que seria um lugar de aconchego e fraternidade em outros tempos. Esse relato de Bauman logo nos trouxe à mente locais familiares, mas dentre eles, gostaria de citar um que é bem familiar pelo fato de estar localizado no estado do Espírito Santo: a praça do Papa, em Vitória. O espaço que compreende essa praça é ausente de árvores que produzam algum tipo de sombra. O pouco verde que existe ali se resume a alguns poucos coqueiros e umas áreas com um gramado ressecado na maior parte das estações. A área calçada contém uma espécie de caminhos que conduzem ao centro que levam a um simples globo prateado de tamanho médio e que não representa tanta coisa ao observador. É incrível como encontramos tanta proximidade com a leitura espacial proposta por Bauman. É exatamente esse sentimento que temos ao passar pela Praça do Papa. Sentimento de evasão dada à inexistência de atrativos, já que um grande *shopping* se encontra a poucos metros dela.

O fenômeno da globalização, as pressões ao consumo e o incentivo à competição redesenharam os espaços, assim como transformaram e vêm transformando a nossa mentalidade. Quando nossas relações mudam, nossa mente automaticamente muda. Como muito bem nos lembra Robins (1997 *apud* RAJAGOPALAN, 2003, pg. 57), “as culturas e a vida econômica

estão cada vez mais interligadas – processo que vem sendo chamado de transnacionalização”.

A ideia de uma sociedade de consumo como a norte-americana está imbuída em nossa realidade. Pensamos que esse consumo perpassa todos os âmbitos socioculturais, como ir ao supermercado, ir à loja de eletrodomésticos, ir ao *shopping*, usar a *internet*, as redes sociais (*Facebook, Twitter, Whatsapp, Instagram*), comprar um carro, etc.

A respeito desse novo tipo de sociedade que se forma a partir dos fenômenos citados, gostaríamos de fazer menção a um grupo soviético que pensou profundamente sobre a linguagem: o círculo de Bakhtin. Em uma das obras do grupo conseguimos encontrar suporte para o que falamos até agora:

A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. A consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um inquilino do edifício social dos signos ideológicos. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 36)

Ao que parece, a compreensão que Bakhtin/Volochínov têm do uso da linguagem é, no mínimo, profética, no que diz respeito ao interesse de nossa discussão. Nossa consciência se transforma conforme a realidade que nos circunda. A afirmativa no final da citação parece se encaixar perfeitamente com o que queremos defender. Compreendemos, com essa citação, que, se nossa realidade socioeconômica se modifica, nossa consciência também o faz, alterando nossa linguagem, as formas com as quais nos expressamos.

O advento da internet colocou as relações entre as pessoas em um patamar sem precedentes. Se antes o acesso às informações de todos os tipos era impossibilitado por barreiras territoriais e logísticas, hoje essas barreiras deixam de ser empecilhos com a era da informação, com a era digital. A queda dessas barreiras com o desenvolvimento da comunicação digital

ocasionou também a queda das máscaras identitárias. Coupland adverte que a “volatilidade e instabilidade tornaram-se as marcas registradas das identidades no mundo pós-moderno”, em que “as línguas estão se desenvolvendo e se espalhando cada vez menos como sistemas linguísticos uniformes coerentes (COUPLAND, 2010, p. 11 *apud* MOITA LOPES, 2013, p. 101).

Sobre essa difusão diminuta, minguada da língua como sistema no mundo, há algo que é interessante destacar como exemplo. Em sala de aula, passamos por situações que fazem jus à assertiva de Coupland - os sistemas linguísticos. Há, entre nossos alunos de ensino médio, uma palavra que é muito utilizada para substituir a palavra brasileira ‘paquera’, que é - *crush*. Houve, em uma das aulas, uma aluna que se aproximou e perguntou o que seria *crush* em inglês, ou seja, para a aluna que fez a pergunta, a palavra faz parte da língua portuguesa. Mas essa é apenas uma palavra dentre várias que os alunos constantemente perguntam sem se atentarem para a origem do termo.

Esse exemplo acontece com muita frequência, o que nos deu motivo, com base nos teóricos que vimos citando até agora, a compreender o uso de anglicismos na língua portuguesa na era digital pela perspectiva da indiferença.

Para não correr riscos em dizer que a língua está envolvida nesses processos (globalização, era da informação) que vêm há algum tempo transformando as sociedades, recorro novamente a Rajagopalan:

Estamos vivendo na era da informação – hoje somos o que sabemos. E a linguagem está no epicentro deste verdadeiro abalo sísmico que está em curso na maneira de lidar com as nossas vidas e as nossas identidades. Se a identidade linguística está em crise, isso se deve, de um lado, ao excesso de informações que nos circunda e, por outro lado, às instabilidades e contradições que caracterizam tanto a linguagem na era da informação como as próprias relações entre os povos e as pessoas. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 59)

Rajagopalan chama de abalo sísmico as transformações sociais e tecnológicas as quais vivenciamos, e ainda completa que a língua é o “epicentro”, ou seja, o núcleo dessas mudanças identitárias que vêm

acontecendo. O linguista entende que a crise nas identidades se deve pela veiculação generalizada de informações que temos hoje com o desenvolvimento dos meios de comunicação em massa; recebemos linguagem de todos os cantos do planeta na forma de bens de consumo, serviços, música, filmes – tudo isso pela *internet* - rede de comunicação das mais utilizadas pelas sociedades urbanas.

Da mesma forma, Luís Paulo da Moita Lopes corrobora a premissa de Rajagopalan acerca da era da informação, de que “as pessoas cada vez mais têm acesso a repertórios de discursos e artefatos culturais construídos em outras línguas que nos chegam de várias partes do mundo” (MOITA LOPES, 2013, p. 102).

As relações entre as pessoas e os povos é de troca constante. Vemos as identidades instáveis, das quais Rajagopalan comenta, pelo fator de incompatibilidade entre os atores que detêm a força econômica.

Após as duas grandes Guerras Mundiais, os Estados Unidos da América assumem a posição de maior potência econômica mundial, determinando a expansão de seus produtos e serviços e a consequente exportação da sua língua pelos diferentes cantos do globo.

Essa fase que vivenciamos na contemporaneidade nos remete à cultura na Idade Média analisada por Mikhail Bakhtin no livro *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. E por que afirmamos isso? Porque o que presenciamos nos dias de hoje, no que tange à linguagem e seus usos, assemelha-se ao que Bakhtin estudou sobre os usos da linguagem na praça pública no contexto de François Rabelais.

Sobre isso, Bakhtin sustenta que havia, na praça pública da Idade Média, “formas especiais do vocabulário e do gesto da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência” (BAKHTIN, 2008, p. 9). Ora, nos nossos dias a praça pública é a internet, as redes sociais, Uma praça virtual, as quais nos comunicamos das mais

diversas formas, “sem restrições”. Eliminamos distâncias hierárquicas de classes, muitas vezes; afinal, podemos nos comunicar com qualquer um que esteja conectado à rede. Eis a nossa “praça pública virtual”, que comparamos à da Idade Média do estudo desse ilustre pensador da linguagem chamado Mikhail Bakhtin.

David Crystal nos lembra que a internet começou a ser usada em massa em 1991. A partir daí, “as pessoas adotaram e dominaram a tecnologia e, enquanto o faziam, conheceram, adaptaram e expandiram sua linguagem tão diferente” (CRYSTAL, 2005, p. 75). A internet surge nos Estados Unidos, e a língua que a acompanha é, obviamente, a língua inglesa. Sendo ela (internet) o meio de comunicação muito utilizado nas zonas urbanas, não é estranho conceber que as culturas globais iriam, inevitavelmente, assimilar os elementos dessa língua em um nível jamais visto anteriormente.

Neste capítulo, mostramos o nosso entendimento sobre como se dá o uso de estrangeirismos, sobretudo os anglicismos, com o processo de transformação da mentalidade coletiva pelas mudanças ocorridas com as políticas mercadológicas e globalizantes da Era da Informação e da internet. Expomos nossa ideia com base em vários teóricos, principalmente das Ciências Sociais e Linguística. Adotamos a perspectiva da indiferença dos indivíduos para o uso de estrangeirismos e, sobretudo anglicismos, como consequência das transformações sociopolíticas verificadas nas últimas três décadas.

A seguir, no quarto capítulo, apresentaremos a abordagem metodológica que conduz esta dissertação e, por fim, culminaremos na parte da análise do *corpus* selecionado.

CAPÍTULO IV:

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter sócio-histórico com uma perspectiva interpretativista (FREITAS, 2007). O suporte teórico-metodológico deste trabalho norteia-se pelas ideias do teórico e filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin e do Círculo do qual fazia parte. A ideia central, que converge com as discussões aqui apresentadas, é a do *dialogismo*. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* há um trecho que parece ser o objeto seminal desta perspectiva, quando Volochínov (2014, p. 127) coloca que “a verdadeira substância da língua” [...] é sua constituição [...] “pelo fenômeno social da interação verbal realizada através da enunciação ou das enunciações.” Esse pequeno recorte representa tudo que será falado, proposto ou apresentado adiante, considerando, é claro, outros vetores teóricos que alicerçam a pesquisa aqui desenvolvida.

A abordagem dialógica envolve também interagir com outras ciências, a fim de encontrar saídas para o fenômeno linguístico aqui problematizado. A visão de que a Linguística Aplicada está ainda presa à aplicação de teorias advindas da linguística já perdeu vez. A linguística teórica (somente) não dá conta de desvendar os problemas que observamos e, por isso, “passou-se a argumentar na direção de um arcabouço interdisciplinar” (MOITA LOPES, 2006, p. 18-19).

Esse dialogismo também focaliza, como propõe Fabrício (2006, p. 48), “a linguagem como prática social, [...] imbricada em ampla amalgamação de fatores contextuais”. A autora também completa ao falar do sentido da palavra quando ela (a palavra, o signo, a expressão) não carrega em si significados, porém, os têm quando estão em uso e em determinados contextos de interlocução. Os sentidos das palavras estão relacionados em como os indivíduos as utilizam no dia a dia e que elas não possuem um significado único, mas que esse significado é mutante, instável e célere.

O dialogismo proposto pelo Círculo de Bakhtin¹⁴ não traz uma ideia positiva, tampouco negativa, e sim uma ideia na qual o encontro de enunciados se faz e produz efeitos. Nesse encontro de enunciações, pode haver convergência, acordo, entendimento, contiguidade nos discursos, assim como também pode haver divergência, desacordo, desentendimento e distância. O que mais importa no dialogismo é o efeito produzido pelos enunciados (FARACO, 2009). A linguagem é, portanto, um amálgama de matéria verbal e não verbal, em que elas se encontram, interagem, transformam-se. O construto da linguagem é heterogêneo, resultando na mistura da palavra e não-palavra, e os sentidos se fazem e se refazem a todo momento (PETRILLI, 2013).

A proposta trazida neste trabalho é entender o *corpus (memes)* como um diálogo entre a palavra, a palavra estrangeira (aqui – os anglicismos) e as imagens localizadas num contexto histórico-social que gera significados compreensíveis pela coletividade, lembrando que os efeitos dessa influência e “contaminação” entre a heterogeneidade da matéria são dialógicos e engendram significados por se tratar de material semiótico. Para Bakhtin/Volochínov (2014), quem domina e orienta toda e qualquer enunciação é o meio social, por tratar-se de interações entre indivíduos que articulam ideias, discursos que marcam os sujeitos. Para ele, “a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua” (p. 127).

Bakhtin propõe uma ordem metodológica para o estudo da linguagem assaz pertinente a esta pesquisa, a saber:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.

¹⁴O atualmente denominado Círculo de Bakhtin foi um grupo de estudiosos soviéticos, do início do século XX, que se reuniam para discutir, principalmente, temas ligados à filosofia, literatura e linguística. Entre esses estudiosos, destacam-se Mikhail Bakhtin, considerado por muitos o líder do grupo, Valentin Volochínov e Pavel Medviédev.

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, 128-129)

Segundo o Círculo, a língua, suas transformações, sua evolução se fazem nessa ordem; e é assim que devemos compreender o fenômeno linguístico e sua natureza cambiante. Para a nossa proposta, a palavra estrangeira tem um papel imprescindível, no que tange à adoção ou apropriação dos anglicismos pelos falantes. Bakhtin/Volochínov (2014) alertam para o grau de importância que a palavra estrangeira sempre exerceu durante toda a história, a qual “fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a ideia de poder, de força, de santidade, de verdade, [...]” (p. 104-105). Essa associação com a língua inglesa da sofisticação, da modernidade, da força, da glamourização, da beleza (GARCEZ; ZILLES, 2001), feita por falantes da língua portuguesa no Brasil atualmente, se mostra no uso desenfreado de anglicismos em todos os espaços de interação social; em qualquer meio, temos anglicismos como se fizessem parte da língua portuguesa.

Petrilli (2013) elucida com muita propriedade o dialogismo entre a alteridade e a identidade em Bakhtin. A palavra, o enunciado ou o signo, segundo sua leitura, jamais será neutra, mas sempre carregada de múltiplas vozes, vozes do outro e de outros, vozes de outras épocas que se fazem atuais concomitantemente, vozes de significados reproduzidos, vozes que se misturam, somam e emitem novos enunciados, novas palavras, novos signos.

Essa visão também é tratada da mesma forma por Freitas:

A observação, numa pesquisa de abordagem sócio-histórica, se constitui pois em um encontro de muitas vozes: ao se observar um evento depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. São discursos que refletem e refratam a realidade da qual fazem parte construindo uma verdadeira tessitura da vida social. (FREITAS, 2007, p. 33)

Assim, a língua é a matéria intrinsecamente instável que sofre processos evolutivos constantes; e as leis de sua transformação são regidas pela

interação ou interlocução dos indivíduos no meio social. Sua criatividade é e sempre está ligada aos fatos sociais e tem um caráter essencialmente livre; e o enunciado e sua estrutura também são puramente sociais (BAKHTIN, 2014). Isso configura toda a atmosfera e o tom dialógico da linguagem e suas produções.

O *corpus* elencado para a realização desta pesquisa foram os *memes*. Os motivos que nos levaram a escolher os *memes* aqui presentes se deram pelo fato de termos observado muitas ocorrências dos mesmos anglicismos em diferentes *memes* e, é claro, pelo fato de termos percebido os mesmos *memes* sendo muito utilizados na linguagem oral. Os *memes* escolhidos para as análises foram buscados no Google depois que observamos a ocorrência dos anglicismos no cotidiano dos falantes.

CAPÍTULO V

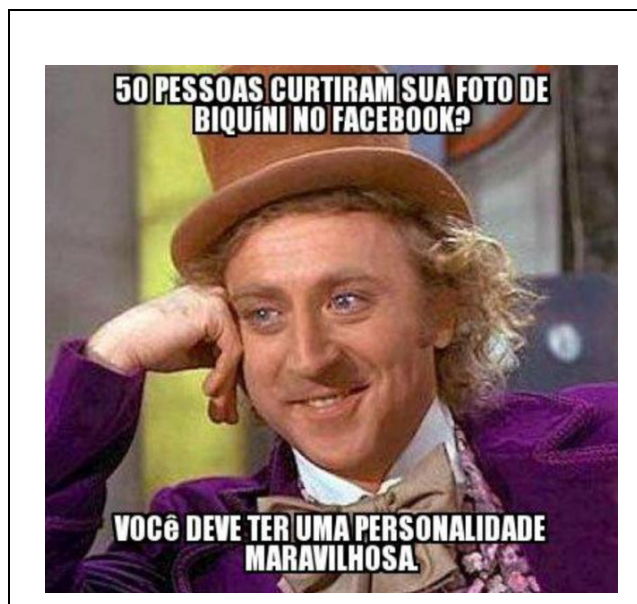
Os anglicismos em enunciados de *memes*

A palavra *meme* surgiu com o etólogo Richard Dawkins, quando ele associa a transmissão cultural nos dias atuais comparando-a com a replicação dos genes. Dawkins, em seu livro ‘O gene egoísta’, comenta que o termo foi pensado a partir da raiz grega *mimeme*. *Meme* tem uma relação com a palavra *memory* (memória), ou *même* (mesmo) em francês e, por sonoridade, o cientista pretendeu cunhar um termo que se assemelhasse a gene. Dawkins afirma que há uma unidade de transmissão cultural dos povos hoje em dia que se baseia na imitação, “desprezando o gene como a única base de nossas ideias a respeito de evolução” (DAWKINS, 2007, p. 328).

No contexto comunicativo das redes sociais, os *memes*, segundo Fontanella (2009b, p.8 *apud* HORTA, 2015), seriam “ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral”. A escolha do *corpus* está ou tem, ao que nos parece, íntima relação com as proposições teóricas escolhidas.

Optou-se por adotar os *memes* como o *corpus* do trabalho por alguns motivos que seriam relevantes mencionar: 1) é uma forma de exteriorização do pensamento de um indivíduo por meio de signos (BAKHTIN, 2014); 2) é um “fenômeno social de interação verbal [...] de uma enunciação ou enunciações” (BAKHTIN, 2014, p. 127); 3) representa uma maneira de um indivíduo se mostrar ou se apresentar diante do outro ou de outros, posicionando-se político-ideologicamente; 4) o conteúdo veiculado pelos ‘memes’ são de absoluta inter-relação social, estando eles localizados nos debates, preocupações ou consciência coletiva (BAKHTIN, 2014).

Passemos, então, a fazer as análises de *memes* que possuem anglicismos em seus conteúdos.

Meme 1¹⁵

Esta é uma imagem do ator Gene Wilder quando atuou como Wonka no filme 'A fantástica fábrica de chocolates'. A imagem circulou em *memes* do mundo todo e com uma mutabilidade incrível. Ela fora utilizada em inúmeros contextos sempre com um tom jocoso. No caso acima, não podemos precisar qual foi o contexto, mas é possível fazer inferências, dada a composição do *meme* e os usos da mesma imagem em outras situações.

Como o próprio texto diz, alguém postou uma foto de biquíni no *Facebook* e recebeu 50 curtidas. Em tom sarcástico, o amigo ou amiga criou o texto exaltando sua personalidade. A imagem por si só já soa como zombaria, visto que a roupa de Wonka lembra algo circense: uma cartola bege, o

15

Disponível

em:<https://www.google.com.br/search?q=meme+50+peessoas+curtiram+sua+foto&tbm=isch&imgil=PYy-rBaUqD88iM%253A%253Bccn5wHJAz240JM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fzh.clicrbs.com.br%25252Frs%25252Fentretenimento%25252Fgente%25252Fnoticia%25252F2016%25252F08%25252Fwilly-wonka-ironico-relembre-memes-com-o-personagem-interpretado-por-gene-wilder-7349290.html&source=iu&pf=m&fir=PYy-rBaUqD88iM%253A%252Cccn5wHJAz240JM%252C &usg=__NP72NsMrlPbpGG38kphfMcXJK0k%3D&biw=1024&bih=506&ved=0ahUKEwi7g7u9ktfVAhUFWpAKHeRqCKkQyiclRQ&ei=ts-RWbvQD4W0wQTK1aHICg>Acesso em: 30 de junho de 2017.

smoking roxo e gravata borboleta com seu cabelo bagunçado e sorriso forçado.

O anglicismo *Facebook* presente no *meme* é o que nos interessa. Nome próprio da rede social, o termo já faz parte do nosso dia a dia há um bom tempo. Assim como a chegada e conseqüente popularização do computador e da *internet*, os termos de redes sociais chegaram e logo se inseriram no vocabulário do português do Brasil.

Algo que chama a atenção sobre os *memes* e, sobretudo em relação ao uso de anglicismos (que é o nosso interesse), é sua transitoriedade e mutabilidade. Essas duas características remetem ao pensamento do sociólogo Zygmunt Bauman (2007) ao dizer que, mundialmente, ocorre uma mudança no âmbito das instituições sociais (política, cultural, língua, economia, Estado/nação) que acarreta em uma outra e, por conseqüência, traz desafios para as vidas individuais. Trata-se da transição da “modernidade ‘sólida’ para a ‘líquida’”, fase que se caracteriza por não manter as formas estáveis das instituições ou organizações, padrões de comportamento e escolhas individuais de uma maneira geral.

Com as instituições sociais solapadas pela “fase líquida” da modernidade, as ações políticas que fortificam a ideia de unidade coletiva se enfraquecem e passam a ser um “obstáculo a ser eliminado”. Os espaços que possam demarcar qualquer noção de organismo, de conjunto coeso, são quebrados pela dinâmica “fluida” do mundo moderno. Toda a esperança de totalidade deve ser descartada na modernidade fluida. O ser social não é mais definido dentro de uma totalidade, mas sim, orientado por uma agenda individual que define sua própria identidade. A modernidade líquida é marcada pela apresentação dos membros da sociedade como indivíduos colocando-os responsáveis pela rede de entrelaçamentos e negociações com o coletivo. As instituições e os indivíduos se tornaram voláteis, não permanecem parados por muito tempo numa mesma forma. (BAUMAN, 2001; BAUMAN, 2007).

As observações feitas por Bauman a respeito da sociedade comungam com as que o linguista David Crystal (2005) faz com relação à linguagem. Crystal nos lembra que em 1991 a internet chega e, ao tomar posse dela, os indivíduos aprendiam, dominavam o seu uso e, com ele, transgrediam também a linguagem, usando jargões, gírias, neologismos, etc, revolucionando a forma de fazer linguagem. A *internet* promoveu a autonomia dos indivíduos deixando a seu cargo decisões e difusões dos usos linguísticos como nunca se vira antes. Veremos, com outros exemplos, as “transgressões” feitas por pessoas das mais distintas classes e com total liberdade de uso da língua, não estabelecendo limites para o uso dos anglicismos.

Ao utilizar um anglicismo sem preocupação com bandeira ou território, temos as identidades que nos definem evaporando-se, e o sentimento de unidade nacional, de povo, se esvai. Dá-se, dessa forma, a construção de uma subjetividade fabricada, como propõe Geraldi (2010, p. 153), “já que cada um de nós faz um distinto percurso de contatos com a alteridade e por isso mesmo internaliza os signos constitutivos de sua consciência em ordens distintas”. Ora, o *meme*, contendo anglicismo, e sendo, por si só, um enunciado heteroglóssico, por interagir com a vida dos indivíduos em enunciados compatíveis com suas realidades, faz a língua entrar na vida e a vida entrar na língua (BAKHTIN, 2011).

Outro aspecto que vale destacar sobre os usos linguísticos é que todo uso de uma determinada forma linguística é uma escolha e, portanto, um ato político (FABRICIO, 2006). Se toda escolha é inerentemente um ato político, um indivíduo, ao usar um léxico específico, está fazendo política linguística. Garcez e Schulz (2016) esclarecem o significado de empregos de formas linguísticas promovidos pelos esforços dos indivíduos que usam a língua:

Esses esforços deliberados para influenciar o comportamento de outros no que concerne a usos da linguagem podem se dar mediante leis e portarias, mas podem ser vistos também de modos mais sutis nas famílias, nos grupos de amigos, em locais de trabalho, em empresas e, por certo, em escolas. (*ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016, p. 2)

Os usos cotidianos da linguagem produzem marcas linguísticas que acarretam em transformações. Esses contatos se estabelecem no nosso dia a dia, no nosso cotidiano, através das enunciações que trocamos com outros indivíduos que, nos trazem outras formas de linguagem e, assim incrementamos aos nossos discursos. Participamos de diferentes grupos sociais e aprendemos e dividimos ideias com todos, e das mais diversas maneiras. São nessas trocas diárias de material verbal que se fazem as mudanças linguísticas (GARCEZ; SCHULZ, 2016; BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

Atualmente sofremos influências estrangeiras, como de uma maneira indireta, como nunca antes. A “desterritorialização” causada pelos processos globalizantes fizeram sucumbir as barreiras entre países; estamos mais próximos uns dos outros, o que contribui para influências linguísticas de várias partes do globo. Claro que há um jogo de forças nas relações internacionais que sempre continuará ganhando quem tiver mais poder (RAJAGOPALAN, 2003). Sabemos que a internet foi desenvolvida nos Estados Unidos e, por isso, é o país que exporta mais língua pelo mundo se comparado a outras nações poderosas.

Facebook chegou e fez parte rapidamente do léxico da língua portuguesa e de várias línguas modernas. Acontece que, o encurtamento do tempo/espço com o desenvolvimento das tecnologias da informação ocasionou muitas mudanças nas vidas dos indivíduos. Tais mudanças produziram reconfigurações linguístico-culturais por todo o globo, tamanha é a velocidade com que se difundem produtos, ideias e informação no mundo contemporâneo (KAMARAVADIVELU, 2006).

No âmbito dessas modificações globais, *facebook* é o signo que chega “e refrata a realidade em transformação”. São as mudanças despontadas pelos processos globalizadores e o desenvolvimento tecnológico alterando as práticas linguísticas dos sujeitos. Num futuro não tão distante, a palavra *facebook*, e outras que surgiram com a internet e redes sociais sejam o demarcador das alterações que ocorreram nos meios de produção neste

momento histórico em que vivemos. Os encontros ocasionais entre pessoas por essa rede social contribuíram para difundir o termo e, assim, fixá-lo em nossas mentes e vocabulário. *Facebook* é a palavra ‘termômetro’ das alterações sociais de nosso tempo pois, “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 42).

O uso exagerado de anglicismos com o começo da era digital, a popularização do computador e *internet*, e, conseqüentemente, difusão das redes sociais, parece relacionar-se com os vínculos humanos estabelecidos na Idade Média e Renascimento analisados por Bakhtin no contexto de Rabelais. Segundo Bakhtin, os contatos humanos apresentavam ter uma segunda vida, fora da hierarquização da vida feudal, o que proporcionava aos sujeitos correspondências reais e condizentes com a realidade de seus semelhantes. A palavra era usada sem protocolos ou critérios de classe (BAKHTIN, 2008). Quando alguém usa um anglicismo nos dias atuais, esse está entrando em contato com seu mundo, seu tempo e sua realidade. As transformações tecnológicas trouxeram também diferentes tipos de relações entre as pessoas que, por sua vez, agem conforme as práticas vigentes.

Meme 2: ¹⁶

Crush, palavra que está na ‘modinha’, principalmente entre os adolescentes, significa uma paixão, uma pessoa com quem alguém está se relacionando. Na imagem, a jovem, ao que nos parece, se lamenta por saber que é o *crush* do seu próprio *crush*, ou seja, ela gosta de uma pessoa, a qual também nutre um sentimento por ela. A imagem da jovem com a mão no peito, somada ao texto, dá uma impressão de fato que é fala da personagem da foto. Essa relação de texto e foto são fundamentais nos *memes*, pois lembra os gibis e quando era comum compra-los para se debruçar nas imagens conjugadas com suas histórias.

16

Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=meme+imagina+que+louco+voc%C3%AA+descobrir+que+voc%C3%AA+%C3%A9+crush+do+seu+crush&tbm=isch&imgil=EYm00Ifkmhe5qM%253A%253BwQjLXuJyZOqNVM%253Bhttps%25253A%25252F%25252Fvidainsensata.wordpress.com%25252F2016%25252F06%25252F09%25252Fcomo-descobrir-se-ha-um-crush-em-sua-vida%25252F&source=iu&pf=m&fir=EYm00Ifkmhe5qM%253A%252CwQjLXuJyZOqNVM%252C&usg=__XfClYdcTt53tOAKP5TsL_8z1WRE%3D&biw=1024&bih=506&ved=0ahUKEwj7xYnImNfVAhWGGZAKHQHjCEYQyjcINQ&ei=F9aRWbveB4aDwqSBxqOwBA#imgrc=EYm00Ifkmhe5qM>

Acesso em: 30 de junho de 2017.

Acreditamos que a palavra *crush* foi introduzida na língua portuguesa porque algum indivíduo a usou em uma determinada situação real. Segundo Michael Holquist “o que importa a Bakhtin em relação aos corpos não é só a sua presença, mas que eles estão vivos – eles manifestam a realidade da vida naquele lugar particular” (p. 56). O uso de anglicismos reflete, dessa forma, a interação dos corpos, da palavra viva, que se manifesta por um sujeito que vive e interage com seu semelhante e, por consequência exerce algum tipo de influência nele. Susan Petrilli realça a questão do dialogismo de maneira que se faz pertinente à nossa análise dos *memes* e a presença de anglicismos:

Tanto a palavra quanto o eu são dialógicos no sentido de que são passivamente implicados na palavra e no eu do outro. O dialogismo é a condição de intercorporiedade. Essa condição de recíproca implicação e envolvimento torna-se particularmente evidente justamente quando ostenta indiferença em relação ao outro, à opinião do outro, à avaliação do outro. (PETRILLI, 2013, p. 53)

Ao que nos parece, há dialogismo em várias esferas na imagem 2. A começar por composição textual e imagem. A garota da figura parece respirar por estar surpresa de que o seu *crush* sempre compartilhou de um sentimento recíproco sem ela nunca ter percebido. Texto e imagem são interdependentes em diálogo, que por sua vez dialogam com o usuário da rede. Quem tiver contato com a composição ‘memica’ responderá positiva ou negativamente. Mesmo que o eu do outro não se manifeste concretamente, a resposta ficará ao menos guardada com alguma implicação de valor, em termos bakhtinianos.

Todo ato expressivo possui dois lados ou, duas “facetas”. A expressão ou enunciado ocorre quando há uma conjugação do “psiquismo do indivíduo” com “a ajuda de algum código de signos exteriores”. A enunciação acontece pelo movimento constante dessas duas partes – o interior do indivíduo e o exterior a ele. O que organiza nossa atividade mental, segundo Bakhtin/Volochínov, é o material semiótico que se localiza no exterior ao sujeito. O psiquismo individual absorve o que há de materialidade exterior e a converte em signo, dá-lhe índice axiológico, para posteriormente

transformá-la em enunciado, em expressão (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

O termo *crush*, portanto, não começou, não se formou dentro da psique humana, a partir do nada. Ele surgiu dentro da mentalidade dos falantes da língua portuguesa do Brasil como consequência dos usos que outras pessoas fizeram dele em filmes, séries, redes sociais, *memes*, etc. “Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 116). Tudo o que dizemos é, partindo da assertiva de Volochínov, resultado dos processos de influências e interações dos membros de uma comunidade. Uma palavra em uso como *crush* só pode existir porque há um interlocutor em contato constante com outros interlocutores. O (a) compositor (a) do *meme* não mede esforços ou timidez em produzi-lo e difundir seu pensamento, demonstrando, como diz Petrilli (2013), indiferença ao que o eu do outro irá pensar; além dessa indiferença, há da mesma forma, e é o que se filia a esta pesquisa, a indiferença na aplicação frequente do anglicismo *crush*. O que temos aqui é uma situação, uma “conversa do cotidiano” [...], “um convite à aplicação do diálogo para a compreensão da linguagem verbal como um todo, de modo a considerá-la sempre como um acontecimento entre sujeitos” (MARCHEZAN, 2016, p. 117).

A presença estrangeira de *crush* talvez nem se faça notar, como já foi citado em capítulo anterior, quando relatamos o caso da aluna que veio nos inquirir sobre como se dizia *crush* em inglês. Isso representa uma indiferença total ou não à palavra estrangeira? Durante a pesquisa da inserção dos anglicismos em língua portuguesa, esse caso se repetiu com vários alunos e de várias séries. Ou seja, percebemos que há uma indiferença no uso da palavra *crush* e sua origem passa despercebida. O uso despreocupado ou, indiferente de *crush* denota, em nossa visão, que a consciência de “pertencimento” e “identidade” não estão enraizados, firmes ou equilibrados (BAUMAN, 2005). No mundo líquido-moderno, a linguagem é

completamente “negociável e revogável”, ou seja, cabe ao indivíduo decidir sobre suas formas expressivas, principalmente depois do advento das redes sociais, que deram às pessoas poder para exteriorizarem seus enunciados e serem, ao menos, lidos ou ouvidos.

Não dá para impor limites ou regras linguísticas num mundo cada vez mais fracionado. O Projeto de Lei de Aldo Rebelo citado em capítulo anterior faz lembrar o trabalho de Bauman – ‘Modernidade e ambivalência’ (1999). Ao coagir limites e tentar proibir o uso de estrangeirismos na língua portuguesa do Brasil, Rebelo deixa mais evidente quais são as ambivalências que antes não eram (talvez) percebidas pela maioria dos usuários da língua. Naquele momento em que atua como Deputado Federal, Rebelo atuava politicamente no período que se deu a chegada e popularização da informática e da *internet* e, portanto, instante em que se difundiam os produtos e ideias relacionados ao mundo das tecnologias digitais. Na era líquido-moderna, quanto mais se tenta derrotar ou destruir uma ambivalência presente numa comunidade, mais força conferimos a ela.

A modernidade forjou a ideia de língua como sistema que conhecemos hoje. Antes do surgimento do Estado-nação a realidade linguística do mundo era bem diferente e complexa quando comparamos com a atualidade. Não havia uma língua definida para um território específico. A nobreza europeia, por exemplo, falava o francês, enquanto a massa se comunicava com uma grande quantidade de dialetos não sistematizados. A realidade das comunidades antes do advento do Estado-nação era o plurilinguismo, a heteroglossia (FIORIN, 2013). O que queremos dizer com isso é que a modernidade líquida, a qual Bauman (2001) tanto se debruçou, retoma (de alguma forma) aquela realidade anterior ao território demarcado, ao país constituído.

É claro que devemos considerar que a ideologia imperialista norte-americana tem um papel crucial no que diz respeito à formação da mentalidade dos falantes de língua portuguesa do Brasil. O inglês parece garantir maior prestígio a quem o domina e promove um acesso mais rápido

às redes de informação e conhecimento (SIGNORINI, 2013). Assim sendo, os falantes buscam usar termos ligados à cultura anglo-saxã para pleitear um *status* superior dentro de uma comunidade ou dentro dos contextos de uso das tecnologias da informação.

É fato inconteste que o avanço da língua inglesa no mundo provoca e já provocou mudanças nas línguas locais de vários países e não é diferente com a língua portuguesa no Brasil. Rajagopalan ressalta que nenhuma língua está livre da “mestiçagem” hoje em dia.

Uma das maneiras pela qual as identidades acabam sofrendo o processo de renegociação, de realinhamento, é o contato entre as pessoas, entre os povos, entre as culturas. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 69)

Meme 3: ¹⁷



O terceiro exemplo de ‘meme’ com anglicismo que trazemos se dá com o famigerado Chapolin Colorado, personagem cômico criado e representado pelo mexicano Roberto Bolaños. A sincronia do texto com a imagem remete

¹⁷

Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=meme+chapolin+stalkeando&tbm=isch&imgil=mUYdgSKuDcuqoM%253A%253BLaEp-QlzHu8ZhM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fgeradormemes.com%25252Fmeme%25252Fr82uki&source=iu&pf=m&fir=mUYdgSKuDcuqoM%253A%252CLaEp-QlzHu8ZhM%252C&usq=B8zf4Mu-kwPB2FmCANiijSf1hM%3D&biw=1024&bih=506&ved=0ahUKEwi83tPgmNfVAhXFC5AKHRQ_DV4QyicIMQ&ei=StaRWbyRKcWXwASU_rTwBQ#imgsrc=mUYdgSKuDcuqoM; > Acesso em: 30 de junho de 2017.

às explicações sem sentido do personagem com bastante fidelidade. *To stalk*, em inglês, pode significar rondar, perseguir, assediar, tocar, etc. O anglicismo *stalk* tem sido muito utilizado pelos jovens assim como *crush*. O ato de quem criou esse *meme* já é um ato de resposta, pois ele está, podemos deduzir, respondendo a algum comentário anterior.

A imagem com o texto verbal já se apresenta numa situação de movimento, como se a conversa estivesse acontecendo previamente. O estrangeirismo utilizado está na sua grafia inglesa, porém o locutor adapta a forma do verbo em inglês à de gerúndio da língua portuguesa quando adiciona a desinência '-ando'. Aqui, a palavra estrangeira começa a tomar as formas segundo o funcionamento gramatical da língua portuguesa, neste caso, o funcionamento morfossintático dessa língua.

A nuance cômica trazida pela imagem do Chapolin, o texto verbal e a apropriação da palavra inglesa com adaptação para o gerúndio em português ocorrem naturalmente. A palavra, segundo Volochínov (2014, p. 117) “comporta duas faces”. Ele elucida que da palavra sai o produto da interação do locutor com o interlocutor; antes de se tornar um produto dessa interação ela procedeu de alguém e se dirigiu para outro alguém.

A utilização e conseqüente transformação da palavra estrangeira que se realiza pelos usuários é livre e improvisada, o que caracteriza a cultura popular. A expressão e improvisação vocabular constituída nos *memes* e nas redes sociais em geral, aludem para o espaço da cultura popular na Idade Média e Renascimento de que fala Bakhtin (2008). O espaço das redes sociais e aqui – os *memes* – relacionam-se com aquele analisado por Bakhtin no contexto de François Rabelais, onde as transformações na comunicação entre indivíduos ocorria libertamente, sem etiqueta, pudor, limite e censura, no ambiente da praça pública.

Exemplos como *stalkeando* trazem à baila a análise de Hirschkop (2010) sobre Bakhtin. O poder que sai do bastidor (no nosso caso o poder da palavra e suas formas padrões) e cai em uso popular, “é a sustentação dos

valores democráticos e progressistas” (p. 93). Por que democrático? Porque qualquer indivíduo se apropria; e após essa apropriação o anglicismo que sofreu mutação passa então a fazer parte do repertório de todos. Por que progressista? Porque é a palavra que chega e não permanece estagnada, já é logo barganhada, negociada e convertida conforme a necessidade de quem a emprega.

O artigo 3º do Projeto de Lei 1676/1999 de Aldo Rebelo decreta que:

É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no país há mais de (1) um ano, nos seguintes domínios socioculturais:

- I – no ensino e na aprendizagem;
- II – no trabalho;
- III – nas relações jurídicas;
- IV – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;
- V – na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;
- VI – nos meios de comunicação de massa;
- VII – na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;
- VIII – na publicidade de bens, produtos e serviços;

§ 1º A disposição do **caput**, I- VIII deste artigo não se aplica:

- I- a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

Pelo que podemos perceber, o projeto de lei de Rebelo beira ao exagero. Como é possível cobrar de um estrangeiro residente no país o domínio da língua em apenas um ano? Como exigir de alguém o uso obrigatório da língua portuguesa em diversos domínios (inclusive a jurídica) se o próprio projeto não o faz quando usa a palavra *caput* em sua forma latina? E o que dizer dos meios de comunicação de massa, que se apropriam da audiência e do conhecimento linguístico dessa para atingir seus objetivos financeiros? Sem falar nos dias atuais, em que os meios de comunicação são a própria massa que se utiliza das redes sociais e difundem suas vontades, interesses e anseios?

Ao que parece, Rebelo, ao elaborar seu projeto de lei tenta remontar a ideia do “estado jardineiro”. No início do que conhecemos como modernidade, o Estado moderno e a filosofia crítica intencionaram planificar a vida do

homem na sociedade. A questão era eliminar todas as formas de ambivalência existentes e moldar uma sociedade livre da desordem. A questão central das intenções daquele momento histórico era expurgar tudo que fosse ambíguo, tudo que ficasse em cima do muro. A linguagem foi um dos domínios que passou pelas “correções” do Estado e da filosofia (BAUMAN, 1999). Aldo Rebelo tentou fazer exatamente o mesmo com seu projeto, deportar os estrangeiros, execrar o uso da palavra estrangeira, banir os estrangeirismos da boca do povo.

No caso de *stalkeando*, corroboramos com o pensamento de Canclini (2008), quando define o conceito de hibridação: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos ou práticas” (p.XIX). *Stalk* é uma prática discreta que, combinada com a desinência do gerúndio em português gerou uma nova prática. Essa nova forma gerada passa a se tornar então outra prática discreta e assim o ciclo se mantém. Quantas combinações não foram geradas dessa maneira?

No capítulo primeiro deste trabalho apresentamos um histórico das influências que o português sofreu de outras línguas; lá vimos como outras práticas discretas da linguagem se amalgamaram dentro do território brasileiro e modificaram as características do português que chegou com o colonizador. Isso nos faz pensar que, reivindicar uma pureza linguística, como quis Rebelo, é cometer um equívoco no mínimo obtuso, poderíamos assim dizer.

Rajagopalan (2003) reconhece que é difícil sustentar o conceito clássico de língua e, que esse conceito é insuficiente nos tempos de globalização e interação de culturais. Ele reitera que todas as comunidades de fala estão marcadas por heterogeneidades produzidas pelos intensos fluxos migratórios no período pós-guerra e, também, com a popularização e massificação da informática, que resultou num contato maior e mais vertiginoso entre os povos.

Susan Petrilli aborda a questão do diálogo bakhtiniano de forma bem congruente à nossa pesquisa. Para ela o diálogo não existe enquanto instrumento para se chegar ao conhecimento da verdade, e sim, para se chegar ao conhecimento e, a partir dele, construir a verdade na relação com o outro.

Não se trata da verdade absoluta, mas a verdade da relação com o outro. Por isso, contrariamente à concepção de verdade abstrata, o diálogo responde a uma dimensão vital dos signos, a uma experiência de vida que encontra o próprio sentido no inevitável entrelaçar-se da vida do eu com a vida do outro, no inextricável emaranhado de corpos – esse é o dialogismo. (PETRILLI, 2013, p. 55)

Independente de um termo como *stalk* pertencer a um outro sistema linguístico, sua constituição semântica só toma forma para os usuários da língua portuguesa no Brasil porque ele está “em um terreno interindividual”. Um conjunto de pessoas socialmente organizado passou a usá-lo e, assim, deu feição à palavra que, sendo passada de um indivíduo para outro ou, de um grupo para outro, começou a significar. Os homens com seus diferentes grupos sociais interagem entre si e formam a consciência dos indivíduos desse grupo. A matéria que forma nossa psique são os signos e, são nos signos que se dão a lógica e as leis da relação estabelecida entre os indivíduos. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014).

Imagem 4: 18



Ramón Valdés, o sempre exasperado, desjeitoso e maltratado Seu Madruga e seu semblante raivoso da foto familiarizando-se com o enunciado do *meme*. Essa combinação do abespinhado personagem com a pergunta 'Pau de selfie?' e a resposta 'Te sento a vara' são muito harmoniosas do ponto de vista da construção do personagem. A pergunta, que já é uma reação de um enunciado anterior, remete à dúvida gerada pela desprovida sapiência de seu Madruga, intendendo que seja uma alusão ao objeto sexual masculino, podemos concluir.

Selfie é um termo que viralizou com a chegada dos modernos telefones celulares, *iphones* e *smartphones*, que funcionam à base do *touchscreen*. Os inovadores aparelhos permitiram que seus usuários, ao efetuarem um leve toque na tela, fotografassem a si mesmos; pois *selfie* é a corruptela de *self* – si mesmo. Esse anglicismo, ao que tudo indica, logo fará parte do

18

Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=meme+pau+de+selfie+te+sento+a+vara&tbm=isch&imgil=ktDCEfmuDFEkOM%253A%253BqQUgTcdG9O-74M%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fgeradormemes.com%25252Fmeme%25252Fyk8fd5&source=iu&pf=m&fir=ktDCEfmuDFEkOM%253A%252CqQUgTcdG9O-74M%252C&usg=__BE8RwetTNE_7VyTnBAiq7wc133U%3D&biw=1024&bih=506&ved=0ahUKEwiZvqyqmdfVAhWLE5AKHeQjAZUQyicIMQ&ei=5daRWdm3DYunwATkx4SoCQ#imgsrc=ktDCEfmuDFEkOM> Acesso em: 30 de junho de 2017.

vocabulário dos dicionários, tamanho é o número de pessoas que empregam o termo.

A expressão *self* já fazia parte do nosso vocabulário há tempos no ramo dos restaurantes onde as pessoas se servem, os conhecidos restaurantes *self-service*, expressão que se fixou na nossa língua. Mas *selfie* chega com as transformações tecnológicas digitais, que trouxeram dezenas de outras palavras de uso cotidiano no Brasil. Essa “hibridação”, para usar os termos de Canclini (2008), “funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas” (p. XXII). Segundo Canclini, as “hibridações” acontecem naturalmente ou como consequência de processos sócio-históricos (migrações, viagens, intercâmbios econômicos e comunicacionais). Em todas as áreas da nossa vida, o hibridismo é produto da nossa criatividade combinada com o desenvolvimento tecnológico. O sociólogo se interessa pelos processos de hibridação e entende que esses processos são de interesse tanto dos setores hegemônicos quanto populares como estratégias de conversão. “Busca-se reconverter” e com isso “apropriar-se dos benefícios da modernidade” (2008).

O Círculo de Bakhtin muito trabalhou a questão da interação social, a palavra como construto da interrelação entre indivíduos e, nesse sentido, Ribeiro e Sacramento interpretam de forma bem elucidativa essa ideia do Círculo:

A comunicação é concebida, assim, como um terreno das interações, conflitos e disputas sociais entremeado por pressões, determinações e balizamentos próprios de uma dada época e lugar. Não é, portanto, nem um sistema de regras a ser transmitido e decodificado (como pensaram os “objetivistas abstratos”), nem um espaço para a ação de sujeitos livres para “expressarem” suas vontades (como imaginaram os “subjetivistas individualistas”). (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2008, p. 15)

Na atualidade, o fator que exerce influência expressiva sobre a linguagem é a *internet*; estamos conectados o tempo todo em nossos dispositivos e podemos ter contato com quem quisermos. As novidades tecnológicas não tardam em chegar ao nosso conhecimento. Cada invenção pode ser pesquisada ou solicitada de qualquer parte do mundo se assim o pudermos

ou quisermos. O termo *selfie* chega até nós balizado pelo desenvolvimento tecnológico e, assim nós rapidamente assimilamos o termo que chega com a era digital.

Não podemos nem devemos compreender a linguagem como um fenômeno pertencente à “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p.32). A linguagem não existe enquanto matéria palpável, não conseguimos tocá-la, apenas produzimos seu som e sua grafia. Como controlar algo que não se vê ou toca?; poderíamos dizer que a linguagem funciona de uma forma semelhante às ondas do rádio, controlamos os ruídos adequando a sintonia, mas dependendo do lugar não há controle (regiões montanhosas, por exemplo); com a linguagem seria algo do tipo, controlamos os ruídos (informalidades, estrangeirismos, neologismos) mas, somente em determinados lugares (discurso acadêmico, discurso político, textos formais de diversas áreas). Neste sentido, a linguagem, no presente estudo, se situa em ‘regiões montanhosas’. Como controlar a linguagem nos *memes* e os anglicismos presentes neles? O fenômeno linguístico nunca se fixou nas fronteiras nacionais, não se fixa e jamais se fixará.

O que mais marca a atual fase da globalização, conforme Kamaravadivelu (2003), é a comunicação via *internet*. Vários domínios da sociedade já são regidos por ela como a economia, a cultura e a língua. A língua inglesa é um dos alvos linguísticos mais explorados pela Linguística Aplicada pelo fato de ela representar a língua da globalização. Quando termos da língua inglesa se difundem com muito mais facilidade e velocidade que termos de outras línguas é pelo fato de que

a globalização contribuiu somente para a contração do espaço, tempo e fronteiras, não para a expansão da harmonia comum ou valores compartilhados entre as pessoas do mundo (KAMARAVADIVELU, 2006, p 133).

Sempre que *selfie* e os vários outros léxicos de língua inglesa chegam a ser usados massivamente por falantes de português, compreendemos que há

uma assimetria no processo globalizante. É de se compreender, com base em outros momentos históricos, que um país, ao se apresentar econômico e belicamente superior a todos os outros, tem mais força em, também, difundir sua língua e cultura. Os anglicismos e tantos outros estrangeirismos que surgem no vocabulário da língua portuguesa no Brasil estão inseridos no contexto da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001).

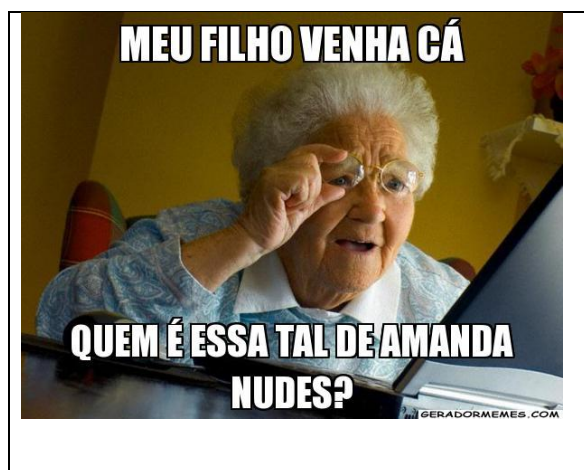
No início da era moderna, a chamada “modernidade pesada/sólida/condensada/sistêmica da teoria crítica” (p. 36), a vicissitude, a imprevisibilidade, a “ambivalência”, não eram bem vistas pelos seus artífices. A modernidade que hora vivenciamos colocou as decisões coletivas como tarefas individuais. “A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna” (p. 43).

O uso de anglicismos em qualquer que seja a língua de chegada envolve escolhas e as escolhas nunca são neutras, e sim, permeadas por pretextos ideológicos ou políticos que produzem ressonâncias na linguagem e na sociedade. Todo o enunciado que produzimos vem de uma associação com o outro e, portanto, podemos dizer que surge de convenções, já que os indivíduos e sua consciência são resultado de interações, de diálogo. O enunciado é convencional porque ele não carrega o sentido em si, mas sim, significa devido à sua passagem pelos terrenos interindividuais de comunicação (FABRÍCIO, 2006).

A palavra *selfie* presente nesse *meme* já estava na boca do povo e, por isso surge na composição do *meme*; afinal, na história da linguagem e não diferente aqui, antes da escrita veio primeiro a fala. *Selfie* é o material verbal presente na “superfície”, resultado das trocas linguísticas entre indivíduos na vida cotidiana; é a exteriorização da palavra, do gesto, do ato; é a “psicologia do corpo social” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 42). Anglicismos como *selfie* refletem a psicologia do corpo social de que trata Volochínov. As relações de produção e consumo determinam a materialidade e a especificidade do signo.

O que define *selfie* como um anglicismo é uma abstração parida no início da era moderna. O arquétipo da modernidade foi desenhado pela razão legislativa iluminista associada com as práticas proselitistas do Estado-nação. As populações deveriam ser conduzidas para o caminho da ordem em vários domínios da sociedade (língua, cultura, etnia, fronteira territorial). Essa era a prática do “Estado jardineiro”. O intuito era constituir um projeto racional com a ideia de totalidade (BAUMAN, 1999). Segundo Canclini (2008), depois disso tudo definido, sempre houve a tendência em desconsiderar que as culturas sempre foram miscigenadas durante o processo sócio-histórico da humanidade. A consequência de se criar tais abstrações, como as que o Estado moderno criou, é que a existência ou manifestação de heterogeneidades correm o risco de sofrerem grande rejeição.

Imagem 5: ¹⁹



A quinta imagem revela a mistura de gerações, a senhora idosa que se debruça em seu dispositivo eletrônico para ler alguma mensagem que chega e, que no seu pensamento inocente, é alguém que se chama Amanda.

19

Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=amanda+nudes+meme&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=Zj2u7qjklX3QM%253A%252CAQBIfbVPq9177M%252C&usg=__a9PclOnKnoynTaLkly--JzoEuws%3D&sa=X&ved=0ahUKEwjB1avavI3aAhUFIZAKHfCIBCUQ9QEILzAB&biw=1131&bih=558#imgrc= Acesso em: 08 de janeiro de 2018

Talvez por falta de contato constante com os novos e modernos dispositivos, a senhora teima em saber quem é a tal mulher e não percebe que se trata de um pedido libidinoso por parte do remetente. Por ser já uma senhora de idade avançada, não está acostumada com os aparelhos e termos que os acompanham ou surgem e, ao mesmo tempo, com a velocidade de mudanças ou transformações recorrentes na linguagem nos dias atuais.

O que nos interessa nesse *meme* é o termo *nudes*. *Nudes* tem origem no latim ‘*nudus*’ (estado daquele ou daquilo que se acha nu); porém a palavra foi utilizada em nosso meio na sua forma inglesa *nudes*. Ninguém está livre do contato com outras línguas se tiver o mínimo de contato com recursos tecnológicos (dispositivos eletrônicos, *internet*, etc.). Rajagopalan (2003, p. 62) afirma que “o traço mais visível da identidade linguística nesses tempos pós-modernos é a mestiçagem, da qual nenhuma língua escapa hoje em dia”. Novamente é importante lembrar o estudo de Bakhtin sobre a obra de Rabelais:

Dessa forma, a cultura popular não oficial dispunha na Idade Média e ainda durante o Renascimento de um território próprio: a praça pública, e de uma data própria: os dias de festa e de feira. Essa praça entregue à festa, já o dissemos várias vezes, constituía um segundo mundo especial no interior do mundo oficial da Idade Média. Um tipo especial de comunicação humana dominava então: o comércio livre e familiar. (BAKHTIN, 2008, p. 133)

A *internet* com suas ferramentas é, hoje em dia, esse “segundo mundo especial” do qual fala Bakhtin. A rede é, por comparação, a praça pública no contexto de Rabelais; o que ocorre em tempos atuais é uma situação semelhante do ponto de vista da quebra das amarras oficiais, padronizadas, segregacionistas. Para Bakhtin o espírito carnavalesco aproxima dois mundos – o formal e o informal – onde os homens oprimidos tomavam consciência desses mundos distintos (BERNARDI, 2016). A diferença é que os “dias de festa e de feira” são todos os dias em nossos tempos.

Esse segundo mundo de que fala Bakhtin é um “território heteroglóssico”, “plurilíngue” (FIORIN, 2013), que não está sujeito às regras da gramática normativa. Os usuários da rede criam seus *memes* se apropriando dos termos que lhes sejam mais cabíveis para o momento e contexto. É

importante compreender que a linguagem utilizada nos *memes* é e provavelmente sempre será (enquanto existir) de cunho informal, não acadêmico, não oficial e, portanto, não cabe aos criadores seguirem ou se pautarem por regras padronizadas da linguagem.

Bauman (2001, p.8) lembra que “os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo”. Ele descreve diversas mudanças de esquemas cognitivos que ocorreram no campo individual e coletivo. A linguagem é parte do indivíduo, o qual integra o coletivo. O indivíduo integra e interage com seu grupo que, por sua vez, interage com outros grupos, fazendo da linguagem um fenômeno “fluido”, “líquido”, que não permanece fixo, preso; os indivíduos a transformam balizados por elementos da criatividade humana (tecnologias que surgem com o desenvolvimento histórico).

As modificações que se mostram na língua portuguesa do Brasil na atualidade através do *corpus* aqui escolhido ocorrem por causa dos processos de “globalização, pós-modernidade, pós-estruturalismo, pós-colonialismo” (MOITA LOPES, 2013) e, devem, no entendimento de Moita Lopes, estar “atrelados” às teorizações ou epistemologias do século XXI. Vivemos hoje a chamada “sociedade do conhecimento” que teve sua gênese depois do fim da Guerra Fria. Esse período se destacou pelo desenvolvimento, crescimento e expansão das tecnologias da informação (2013). Estamos cada vez mais usando o multilinguismo nas nossas comunicações uns com os outros.

O mundo contemporâneo está tão interconectado que tudo o que foi um dia sedimentado como raça, etnia, cultura, língua não se mantém mais estáveis. Tais domínios passam constantemente por processos que transgridem as classes, fronteiras e práticas, reestruturando-se e assumindo coletâneas identitárias heterogêneas. Na atual fase da globalização, conceitos como hibridismo e mestiçagem são bastante explorados e estudados com uma razão lógica. O tempo presente não permite que as culturais se preservem com rigidez ou estabilidade; as fronteiras levantadas na invenção do estado

moderno tornaram-se “porosas” (CANCLINI, 2008). A ‘porosidade’ das fronteiras de que fala Canclini permite que *nudes* se insira no português do Brasil sem relutâncias e, como já viemos defendendo o trabalho, com indiferença.

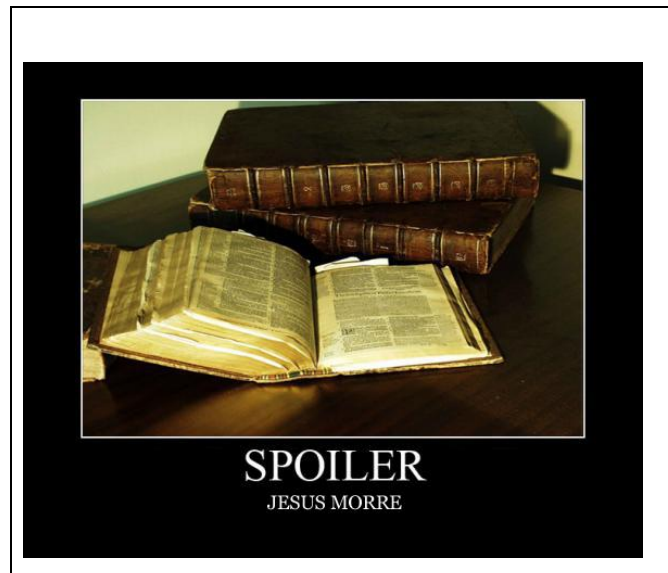
As condições de organização social dos indivíduos, nesse momento da globalização, alteram o consenso que a coletividade tem do signo verbal. *Nudes* é um objeto ou material verbal que faz parte de uma realidade concreta de todos nós que experimentamos o presente. A expressão está amarrada à conjuntura econômica e social. Se o signo *nudes* está em uso é porque adquiriu um índice axiológico dentro de um movimento que promoveu maiores relações interindividuais (VOLOCHÍNOV, 2014). A palavra estrangeira *nudes* só tem valor para nós falantes do português devido à sua sedimentação pelo curso das iterações entre os sujeitos.

Tudo o que nos circunda, o mundo objetivo, tem sua existência porque sofreu interferência da linguagem. As coisas significam para nós pelo fato dos indivíduos se inter-relacionarem e trocarem experiências concretas de coisas da vida. A prática social produz os significados em nossa consciência e assim compreendemos o que nos circunda. *Nudes* é um signo que significa algo pelo fato de ter sido utilizado em um contexto real e, a partir daí, foi passado de sujeito para sujeito até tornar-se uma palavra conhecida do meio de todos. Conhecemos *nudes* porque faz parte de experiências anteriores tanto de um indivíduo quanto da coletividade.

Consoante a Spolsky (2016), pensamos que o uso de termos de outra língua, no que conhecemos como língua nativa, é um ato político pois, trata-se de uma prática real que envolveu o esforço ou escolha de sujeito para construir o enunciado com uma expressão que não pertence, digamos assim, ao seu sistema linguístico. Quando um termo de um sistema linguístico passa a ser usado em outro, ocorre uma mudança de uma prática precedente e, por isso, podemos considerar tal processo como política linguística. Políticas linguísticas também são fenômenos sociais porque dependem do consenso e das crenças entre pessoas de uma comunidade

de fala. Por comunidade de fala, devemos entender grupos de amigos, do trabalho, religião, escola, uma região específica em uma cidade, estado ou país. Cada um desses domínios dispõem de suas políticas linguísticas exclusivas, controladas de dentro desses domínios; contudo, tais decisões ou escolhas linguísticas podem sofrer influências de fora, já que todos nós, indivíduos, estamos sujeitos ao diálogo com o que está alheio a nós (2016).

Partindo das colocações de Spolsky, compreendemos que quando um indivíduo utiliza a expressão *nudes* ele se afirma na sua comunidade de fala. O *meme* que elencamos faz parte de uma prática real, um evento social. Os membros de um grupo convencionaram que o corpo despido de alguém seria representado pela palavra *nudes* e assim o foi. As redes sociais como *whatsApp*, *Facebook* e os *memes* neles compartilhados foram, talvez, os canais em que mais esse termo se mostrou visível. Em algum momento um *mememaker* (produtor de *meme*) escolheu tal léxico e o difundiu nas redes. Os usuários logo resolveram, podemos deduzir, que esse seria de fato a expressão que melhor representasse a nudez, até porque a semelhança com a morfologia portuguesa facilitou tal adesão ao uso do léxico.

Imagem 6:²⁰

O *meme* acima carrega um anglicismo muito utilizado no campo cinematográfico. Palavra conhecida para quem é cinéfilo, *spoiler*, com a desinência ‘er’, deriva do verbo *spoil* (estragar); a desinência transforma o verbo em substantivo, do verbo ‘estragar’ ele se torna aquele que promove o estrago, o que destrói, o que sabotagem. Portanto, *spoiler* é a pessoa que já assistiu a um filme ou leu um livro e revela seus detalhes incluindo o final, o que acaba por desestimular quem irá, porventura, fazê-los.

Por vivermos no mundo ocidental, de maioria cristã, é de se supor que sabemos as histórias da bíblia e, principalmente, a história de Jesus Cristo, cujo nome está no *meme*. O autor do *meme* “alerta” os religiosos adeptos e assíduos do cristianismo que Jesus morre, dando ao texto um tom sarcástico pois, provavelmente, ele entende que os seguidores de Cristo sabem o que aconteceu no final da história de Jesus e, muitos o sabem desde que eram crianças.

²⁰ Disponível em:

>https://www.google.com/search?biw=1366&bih=635&tbm=isch&sa=1&ei=FS8wW47-IsGbwATT-oKYCQ&q=meme+spoiler+jesus+morre&ogq=meme+spoiler+jesus+morre&gs_l=img.3...0.0.0.2776965.0.0.0.0.0.0.0.0...0...1c..64.img..0.0.0....0.m7T4CgThXm8 < Acesso em: 08 de janeiro de 2018

A maioria dos cristãos vão à igreja pelo menos uma vez por semana e ouvem as mesmas histórias. Ao lerem a bíblia também têm contato com as mesmas narrativas que já tiveram há anos em toda a vida. O sarcasmo do autor desse *meme* está, podemos deduzir, em alertar a maioria dos cristãos sobre uma história tantas vezes lida e ouvida por todos; se eu sei a história e já a ouvi ou li em tantas ocasiões, por que ler tudo de novo? O alerta do autor teria um tom de “ei, você já sabe do começo, meio e fim, pra quê ler de novo?” O criador desse *meme* talvez queira dizer que não há nada de novo na bíblia sobre a história de Cristo que necessite de uma releitura. O *spoiler* nesse *meme*, na verdade, é uma ironia do autor. Ele não estraga nada do final, não sabota a história para os leitores da bíblia, apenas zomba das reiteradas leituras feitas pelos fiéis. O trabalho do autor aqui, ao que parece, é revelar com seus olhos o olhar do outro, é lembrar o outro algo que ele já sabe (no caso os cristãos que lêem a bíblia ou qualquer um que já conhece o desenrolar da vida de Jesus).

A cultura e sociedade modernas se diferenciam das “tradicionais ou pré-modernas” porque as últimas eram orientadas pela ótica da coletividade e cosmovisão pré-determinada dos eventos humanos, em que “tudo já está significado” (AMORIM, 2016, pg. 29). Numa perspectiva da prenúncia de eventos futuros, o que não falta na bíblia são *spoilers*. O próprio nascimento e morte de Cristo são antecipados em livros do Velho Testamento como Isaías, Zacarias e Miquéias, por exemplo. Assim, podemos conceber esse *meme* como uma espécie de paródia aos *spoilers* bíblicos dos livros do Velho Testamento.

Como já afirmamos anteriormente, *spoiler* é um termo bastante recorrente no nosso dia a dia. Na maioria dos casos, aparece associado ao cinema. O termo ainda mantém sua grafia inglesa original, sem marcas do português. *Spoiler* está inserido em nosso cotidiano ainda como - o outro -, por manter sua forma anglofônica. Aos poucos, todos que usam ou têm contato com esse anglicismo se dão conta do seu significado sem recorrer à tradução, pois “a consciência adquire forma e existência no signos criados por um grupo organizado no curso de relações sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV,

2014, p. 36). A linguagem não é um fenômeno que tem “a solidez de uma rocha” e, por isso, tem suas formas e sentidos “negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17). A língua portuguesa, ou qualquer outra língua, não é um objeto que se pode proteger, como se fosse a nossa casa quando a trancamos na hora de dormir para impedir a entrada de pessoas indesejáveis. Ninguém controla o fenômeno linguístico e, por isso, as negociações com outros sistemas irão fatalmente acontecer, sempre.

Spoiler é um produto ideológico porque faz parte de uma realidade social, um corpo físico que reflete e refrata uma realidade fora de si, representa algo exterior. Utilizamos o termo *spoiler* porque ele significa para nós, é um signo, possui valor semiótico e, por possuir valor, é ideológico. *Spoiler* não vale por si só como palavra, ele significa por meio das interações de indivíduos que o utilizaram e utilizam (BAKHTINVOLOCHÍNOV, 2014). A palavra só pode fazer sentido porque é um corpo que existe no meio social, pela organização social; ela só conserva valor porque “surge no terreno interindividual”. Os significados engendrados pela realidade material da linguagem devem ser compreendidas e estudadas de maneira interssistêmica pois, “a ideologia existe sempre como uma relação entre aqueles que falam e aqueles que ouvem e, por conseguinte, nos grupos sociais ou entre grupos sociais” (EMERSON, 2010, pg. 68).

Temos consciência de que o que fazemos neste trabalho também é uma atividade segregatória, pois estamos atribuindo uma categoria a um objeto – os anglicismos. O que praticamos aqui, nas palavras de Bauman (1999, p. 9), é o *alter ego* da linguagem, pois praticamos o ato de nomear e classificar, atitude que engendra, paradoxalmente, ambivalências. *Spoiler* ainda é o “caos” que penetra na “ordem”, é o “estranho” que se faz presente e futuramente poderá ser “assimilado” (BAUMAN, 1999, p. 78). Seria pertinente nos indagarmos se seria realmente viável ou condizente com outras necessidades dos brasileiros, a preocupação e devoção extremas que Aldo Rebelo depositou no seu Projeto de Lei 1676/1999. O termo *spoiler* conserva sua grafia inglesa com a mesma força que as políticas de exibições das produções do cinema americano imputam suas regras ao

Brasil e ao mundo; e mais, com a mesma força produtiva, incomparável mundialmente, do cinema americano.

Nas últimas duas décadas, com a chegada da internet, TV a cabo e outros recursos tecnológicos, as classes sociais como um todo do Brasil passaram a consumir muito da produção cinematográfica norte-americana e, o uso constante do termo *spoiler* revela que “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 42). A fácil utilização dessa expressão no nosso dia, ao nosso ver, está ligada à passagem da modernidade “sólida” para a “líquida”:

O derretimento dos sólidos levou à progressiva libertação da economia de seus tradicionais embaraços políticos, éticos e culturais. Sedimentou uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. Essa nova ordem deveria ser mais “sólida” que as ordens que substituíam, porque, diferentemente delas, era imune a desafios por qualquer ação que não fosse econômica. A maioria das alavancas políticas ou morais capazes de mudar ou reformar a nova ordem foram quebradas ou feitas curtas ou fracas demais, ou de alguma outra forma inadequadas para a tarefa. Não que a ordem econômica, uma vez instalada, tivesse colonizado, reeducado e convertido a seus fins o restante da vida social; essa ordem veio a dominar a totalidade da vida humana porque o que quer que pudesse ter acontecido nessa vida tornou-se irrelevante e ineficaz no que diz respeito à implacável e contínua reprodução dessa ordem. (BAUMAN, 2001, p. 11)

A linguagem foi um dos objetos solidificados pela “razão legislativa” na formação do Estado/Nação (BAUMAN, 1999). A linguagem faz parte dos embaraços políticos, éticos e culturais por ser a ferramenta de comunicação do indivíduo e da sociedade. A língua, depois do advento do liberalismo econômico e globalização, sofreu transformações. A ideia do liberalismo econômico produziu a extinção da ordem antiga (sólida), fragmentando a sociedade e substituiu a coletividade pela individualidade. Com a ordem da totalidade enfraquecida, a noção de grupo se desfaz. Uma sociedade “líquida” é uma sociedade de indivíduos que tomam suas próprias decisões para os mais diversos temas que envolvem a comunidade. O indivíduo é aquele que toma o lugar do cidadão (2011), é aquele que, por ser indivíduo, é indiferente.

eram apresentadas com os dois últimos dígitos apenas - 1985 seria apresentado como 85 e -, por isso, temia-se que os dois últimos dígitos “zero” do ano de 2000 seriam compreendidos, pelos micro processadores, como o ano de 1900, o que poderia acarretar em grandes danos aos sistemas financeiros do mundo todo. *Bug* foi usada pela primeira vez com Thomas Edson, o inventor da lâmpada incandescente, quando um inseto (*bug*) danificou um aparelho que ele utilizava – um fonógrafo²².

Desde a década de 1990 essa palavra é usada sempre relacionada a qualquer falha que possa acontecer nos sistemas operacionais de computadores. No nosso cotidiano, *bug*, pelo menos na oralidade, se refaz conforme a morfologia da língua portuguesa. Qualquer um, acreditamos, já deve ter ouvido termos como *bugar*, *bugado* ou *bugando*, denotando a absorção desse anglicismo pelos usuários da língua portuguesa no Brasil, uma vez que as desinências do radical *bug* seguem os padrões do português. Kroskity (*apud* MOITA LOPES, 2013) trabalha o conceito de ideologia linguística abarcando cinco dimensões. Vejamos uma delas:

A quarta dimensão se refere ao fato de as ideologias linguísticas fazerem a mediação entre as estruturas sociais e a linguagem em uso. Tal mediação é marcada pelas indexicalizações linguísticas e discursivas no uso da linguagem que se referem às experiências socioculturais dos falantes e escritores, ou seja, índices das *performances* identitárias e das práticas discursivas em que eles estão envolvidos. Isso significa que, com base em suas ideologias linguísticas, as pessoas indicam sua consciência das escolhas das indexicalizações que fazem. Como diz Kroskity (2000: 7), “muito do significado e, portanto, do valor significativo que as formas linguísticas têm para seus falantes está nas conexões ‘indexicais’ entre os signos linguísticos e os fatores contextuais de seus usos – suas conexões com os falantes, ambientes, tópicos, instituições, e outros aspectos de seus mundos socioculturais” e, claro, com base nas experiências sociais compartilhadas. (MOITA LOPES, 2013, p. 25)

O personagem do *meme* acima (Jesus) não quer se responsabilizar por “filho bugado” de ninguém. *Bug*, aqui, se (re)significou, deixando sua aplicação ao campo da tecnologia e estendendo sua dimensão semântica a

22

Disponível em: <https://www.infoescola.com/informatica/bug/> Acesso em: 27 de março de 2018

uma pessoa, um indivíduo. O *bug*, para nós brasileiros, não é mais uma falha restrita ao domínio da informática, mas uma parada, defeito ou desarranjo que afeta um sujeito. A estrutura social modificada pela chegada da era digital acarretou numa mudança do signo (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014). Assimilamos um anglicismo e atribuímos a ele outra acepção.

O aportuguesamento de *bug*, em bugado, reflete esses “índices das *performances* identitárias” (2013), quando o vocábulo é forjado com a forma do particípio em língua portuguesa. Há uma relação de respeito ao outro, à palavra estrangeira. A palavra estrangeira existe, é assimilada e transformada num envolvimento passivo do eu com o outro (PETRILLI, 2013). O usuário da língua nas suas relações com o ambiente em que surge o vernáculo, sua esfera de uso e suas conexões com outros usuários se apropria da língua do outro e a adapta, lapida, para dar sentido à sua realidade.

O que acontece com o léxico ‘bugado’ é a “hibridação” (CANCLINI, 2008) linguística, por se tratar de uma prática que realiza a amalgamação de elementos culturais diferentes para construir novos modelos e, assim continuar nos chamados “ciclos de hibridação” (2008). Nesses ciclos, formas ditas homogêneas se misturam dando início a formas heterogêneas, que por conseguinte se tornam homogêneas, e o ciclo nunca acaba (2008). Essas fusões de práticas linguísticas surgem de forma planejada ou naturalmente através da criatividade individual ou coletiva, afirma Canclini. Vemos, com a transformação da palavra *bug* em bugado, a apropriação do “benefício da modernidade” pela classe popular. A expressão inglesa é modificada como “estratégia de reconversão” (2008).

As transformações ocorridas com certos termos de língua inglesa quando recorrentes em enunciados da língua portuguesa no Brasil parecem estar de acordo com a escola de pensamento defendida pelo crítico cultural Arjun Appadurai e pelo sociólogo Roland Robertson dentre outros. Esses pensadores compreendem o mundo sob o prisma da homogeneização e heterogeneização cultural, simultaneamente. O que acontece é uma ruptura

parcial com o que é externo e uma consequente acomodação por parte do que é local. O elemento hegemônico recebe uma transmutação, uma influência de características locais e, assim, se integra nas comunidades de menor poder econômico para ser aceito naquele espaço (KAMARAVADIVELU, 2006). Na verdade, muitas vezes a cultura local se apropria da global para fazer parte dos arquétipos da modernidade. Nós, falantes de língua portuguesa o fazemos constantemente com os anglicismos e, o termo *bug* nos apresenta um bom exemplo.

Na grande maioria dos casos, as palavras inglesas ligadas à tecnologia ou ao mundo digital já são rapidamente absorvidas pelos usuários no Brasil, como *bug* – por exemplo. Outro aspecto que vale a pena ser destacado é que os produtos (como *softwares*) criados por brasileiros priorizam o uso de língua inglesa como “suporte linguístico se quiserem atingir um grande mercado”. Outros países, desenvolvidos ou não, também “pagam tributo notável ao inglês” devido às oportunidades e facilidade que surgem com o uso dessa língua e, “essa atitude é consciente” (LE BRETON, 2005, p. 22 – 23).

Esse e outros usos linguísticos concernentes a estrangeirismos refletem as novas relações que derrubaram barreiras culturais, comerciais, econômicas que antes eram intransponíveis e, portanto, permitiram a livre circulação de produtos, pessoas, bens e ideias das mais diversas esferas. Um novo indivíduo se surge nesse mundo pós-moderno; um indivíduo que faz trocas constantes com outros indivíduos negociando e renegociando suas culturas e chocando suas identidades (RAJAGOPALAN, 2003).

Uma característica muito peculiar da globalização na atual fase é o fato de um grande número de pessoas estabelecerem a comunicação via internet. A era digital, a fase das relações à moda virtual, dissolveu as fronteiras não somente dos domínios tradicionais como comércio, capital e informação, “mas também em relação a normas ideias culturas e valores” (KAMARAVADIVELU, 2006, p. 131). Usar *bug* na língua portuguesa é, concordando com Moita Lopes (2006), vivenciar o externo, experimentar o

que está externo ao local, é nos deslocarmos do nosso espaço e aproximar o outro para o nosso convívio. A modernidade expõe os sujeitos a uma pluralidade cada vez maior de identidades.

Meme 8: ²³



Nós, brasileiros, sabemos que em matéria de problema somos pródigos, principalmente com os embates sociais e políticos que colocaram o Brasil nos holofotes da imprensa nacional e mundial na última década. O criador desse *meme* descreve um *mememaker* (criador de *memes*) americano espantado com a capacidade criativa dos brasileiros: “*Fuck, look the gods bro*” (Puts, se liga nos deuses mano). O anglicismo nesse caso é *mememaker*, a soma de *meme* + *maker*. *Maker* é a derivação do verbo *make* (fazer, produzir, criar); portanto, é aquele que produz ou cria um *meme*.

Se nós, brasileiros, realmente somos *experts* na produção e criação desse gênero, não podemos afirmar com firmeza, mas, que temos uma fonte

²³

Disponível em:

https://www.google.com.br/search?biw=1131&bih=558&tbm=isch&sa=1&ei=1sLCWu2kGMbFwATR8IK4Bw&q=eis+que+um+mememaker+americano&oq=eis+que+um+mememaker+americano&gs_l=psy-ab.3...21549.29312.0.29557.52.29.0.1.1.0.389.3002.0j4j4.13.0...0...1c.1.64.psy-ab..38.6.1138.0..0i0i67k1j0i24k1.456.RJrlkvQtv58#imgsrc=h80CVJhNZbR5YM: Acesso em 28 de março de 2018.

inesgotável de problemas que inspiram um número ilimitado de *memes*, isso temos de fato.

A visão do autor desse *meme* vai até a dimensão que não pertence ou não está próxima a ele. Ele simula captar o olhar do norte-americano para o brasileiro, a sua complacência diante das criações de *memes* dos brasileiros. A foto é de um norte-americano surpreso, um texto superior que contém um anglicismo, um outro texto inferior com um enunciado em inglês e, por fim, uma figura adicionada do que seria um *meme* brasileiro sendo observado. Podemos dizer que a intenção do autor é captar o que o outro pensa, qual é sua impressão de quem produz *meme* no Brasil. Essa mistura de vários elementos em um *meme* evoca uma cena carnavalesca. As “brincadeiras verbais” com a presença do anglicismo e o enunciado em inglês prenuncia o espírito jocoso do autor. A mescla das línguas, figuras e a menção à visão do outro, do estrangeiro, conecta mundos diferentes, mundos não oficiais, que fogem da língua normativa (BERNARDI, 2016, p. 78).

O autor desse *meme* opta pelo vocábulo *mememaker* em sua grafia inglesa, talvez intencionalmente, ou, mais provavelmente, pelo fato de ser usado dessa forma, pelo menos para uma grande maioria de jovens brasileiros vidrados em redes sociais. A escolha em manter a palavra estrangeira representa “o ponto de tensão entre o eu e o outro, entre círculos de valores, entre forças sociais” (MARCHEZAN, 2016, p. 122). Esse *meme* tem outro aspecto interessante que merece um certo ressaltado: o enunciado em português possui um anglicismo e a construção do *meme*, como um todo, está parte em português parte em inglês. “O uso transidiomático” revela por onde esse autor transita, as negociações que ele realiza e o emprego da língua liberta de fronteiras nacionais, presa a um estado-nação” (MOITA LOPES, 2013, p. 114). Os avanços tecnológicos, a partir do desenvolvimento dos computadores, *softwares*, *games*, difusão das redes sociais e, também, barateamento de provedores globais de filmes e séries de televisão como a *netflix*, possibilitaram um contato maior e constante das pessoas, em geral, com produtos culturais de outros países, como jamais se vira antes. Esses avanços nos colocam em concordância com Moita Lopes

(2013, p. 102), quando afirma que: “as pessoas cada vez mais têm acesso a repertórios de discursos e artefatos culturais construídos em outras línguas que nos chegam de várias partes do mundo, e até mesmo do próprio Brasil”.

Essa mistura de diferentes sistemas linguísticos num mesmo enunciado e, a apropriação do anglicismo *mememaker* na língua portuguesa remete ao conceito que Deleuze e Guattari (1995) desenvolvem sobre a linguagem. Para os autores, a linguagem funciona como um rizoma, o qual é conhecido como caule subterrâneo, cheio de ramificações e reservas nutritivas. Suas ramificações se entrecruzam e, cada ponto do rizoma pode ser conectado a outros pontos. O rizoma se diferencia da raiz, pois essa, se fixa num único ponto. Por assim dizer, a linguagem é análogo à estrutura rizomática, em que vários modos de codificação estão conectados a encadeamentos semióticos de natureza ampla. Deleuze e Guattari não acreditam na existência de uma língua-mãe, mas sim, na apropriação política de um conjunto de variedades linguísticas como: dialetos, gírias, expressões, etc.

As relações interpessoais, as trocas linguísticas e culturais, “hibridações de público e privado”, a diminuição de tempo-espço, a oferta dos produtos de consumo e bens culturais, foram algumas das mudanças sofridas com a globalização (FABRÍCIO, 2006, p. 47) e também com a chegada da era digital. Essas alterações acarretaram em modificações linguísticas em muitas partes do globo. A crença de que as línguas (pelo menos na Europa) pertençam a indivíduos ou a grupos distintos principiou com a revolução lexicográfica (ANDERSON, 2008). A globalização e a era digital, com seus recursos ilimitados, não extinguiu por completo a ideia de que as línguas sejam patrimônios intocáveis de certos grupos sociais específicos, mas, atrofiou essa perspectiva.

A globalização produziu na coletividade experiências diferenciadas com relação ao uso da linguagem como: a aumento da interação entre indivíduos. Os conceitos de linguagem herdados do século XIX foram, ou, estão sendo esfacelados pelas consequências que a globalização causou neste milênio. A ideia de língua pertencente a um território e, cultura pertencente a um povo, aos poucos está sendo desfeita (RAJAGOPALAN, 2003).

O uso de anglicismos se relacionam com os avanços tecnológicos na informática, cibernética e outros eletroeletrônicos. Tais avanços possibilitaram uma maior velocidade em vários domínios da sociedade que permitiu um intercâmbio virtual com o mundo (MOITA LOPES, 2006). *Mememaker* usado em língua portuguesa é, para harmonizar com o pensamento de Bauman, a reverberação desse mundo amalgamado de identidades globais e locais. As identidades locais fazem uso das globais por serem, essas últimas, fluidas ou líquidas (BAUMAN, 1999; *Apud* MOITA LOPES, 2006).

Nossa pesquisa se filia consoante a PennyCook (2006), no sentido de que o discurso do sujeito se constitui na multiplicidade e heterogeneidade, um discurso que é conflitante. O sujeito e a linguagem estão envolvidos em perspectivas amplas em que as identidades são reflexos das forças produtivas da linguagem.

Cada período histórico e cada grupo que compõe a sociedade detém seu conjunto de palavras, enunciados e gêneros que o caracteriza. A variação nas formas de discurso são amplas como os diferentes grupos sociais que as utilizam. Todas as palavras devem sempre ser associadas com seus locais de enunciação e, por isso, estão sujeitas às formas de comunicação que acontecem em um dado ambiente. A palavra estrangeira ou o anglicismo expressado dentro de nosso contexto linguístico só se sedimenta porque adquire uma apreciação pela interação dos indivíduos. O anglicismo para ser aceito e assimilado deve estar associado às “condições socioeconômicas essenciais” do grupo que o reproduz como enunciado (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014, p. 37).

Os anglicismos surgem, são assimilados e se transformam em nosso meio não porque já são intrínsecos a nós falantes do português, mas, porque seu índice axiológico é determinado fora do nosso psiquismo, numa atmosfera interindividual (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2014). A consciência humana é moldada pelos contextos em que está inserida. A consciência de qualquer indivíduo não pode ser determinada por fatores genéticos, por exemplo. A palavra e sua significação só tem sentido dentro de uma atmosfera de uso, onde seus índices significarão para a comunidade que a utiliza.

Emerson (2010, p. 68-69) esclarece alguns fatores sociais, pressupostos pelo Círculo de Bakhtin, que possibilitam a compreensão entre os indivíduos. Segundo Emerson, “as ideologias geradas pela realidade material da linguagem devem ser estudadas de forma interssistêmica, não como fenômenos independentes e isolados”. A compreensão entre indivíduos acontece pela relação daqueles que falam, ouvem, gesticulam e visualizam²⁴, pela interconexão dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade. Os valores e experiências trocadas entre os indivíduos envolvem o que Emerson chama de: “ato de traduzir”. Vinculamos a proposta no enunciado no *meme* em questão a esse pressuposto do Círculo sublinhado por Emerson. O enunciado do *meme* 8 traz vocábulos que já foram muitas vezes compartilhados em vários canais comunicativos como filmes, séries e redes sociais diversas e, por isso se encaixa, presumimos, à hipótese apresentada nesse parágrafo.

Um enunciado “transidiomático” (LOPES, 2013, p. 113) como o da imagem 8, ao nosso ver, foi ou, está, ocupado de índices valorativos. E, por que dizemos isso? Porque de acordo com Maher (2013, p. 121), “o estabelecimento de políticas linguísticas não são nunca processos neutros, apolíticos ou isentos de conflito”. É preciso deixar claro que política linguística, para Maher, é “a manipulação das identidades dos falantes de uma dada língua, seja no sentido de enaltecê-las ou de denegri-las” (2013, p. 120).

²⁴ Aqui, refiro-me à língua de sinais.

Meme 9: ²⁵



Assim como *Facebook*, *Whatsapp* é outro anglicismo que chegou com a popularização das redes sociais. O nome do aplicativo é, na verdade, um trocadilho com a expressão *What's up?*, que significa 'Como vai?'. A pronúncia de *up* assemelha-se à de *APP* (*Application Program*) e, por isso, foi juntada à *Whats* sem apóstrofe com *APP* para remeter à ideia da expressão original. A expressão é muito utilizada pelos norte-americanos para estabelecer um início de comunicação com algum conhecido. Essa expressão que deu origem ao nome do aplicativo pode ser escrita, também, das seguintes maneiras: *wassup*, *what up*, *waz up*, *wazzup* e *whassup*²⁶.

Esse *meme* traz o ator Jim Parsons que interpreta o personagem Sheldon do famoso seriado norte-americano *The Big Bang Theory*. Entretanto, a composição do enunciado refere-se a um intertexto com outra produção *hollywoodiana*, o filme 'Se beber não case' – quando quatro amigos dizem a

²⁵

Disponível em:

https://www.google.com.br/search?biw=1131&bih=558&tbm=isch&sa=1&ei=1sLCWu2kGMbFwATR8IK4Bw&q=meme+regra+da+vida&oq=meme+regra+da+vida&gs_l=psy-ab.3...125444.131854.0.132088.44.24.3.0.0.0.369.3541.0j12j2j3.18.0....0...1c.1.64.psy-ab..24.14.2442.0..0j0i67k1j0i8i30k1.197.AMvRuS7juXA#imgsrc=dULc_T6kxCFSOM: Acesso em 28 de março de 2018.

²⁶

Disponível em:

<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/07/o-que-significa-whatsapp-conheca-o-aplicativo-mais-usado-do-brasil.html> Acesso em: 28 de março de 2018.

frase que marca o longa (“o que acontece em Vegas, fica em Vegas”) ao iniciarem a despedida de solteiro do amigo Doug, interpretado pelo ator Justin Bartha.

Esse *meme* faz mais sentido quando conhecemos ao que o texto remete e, assim, aplicamos sua (re)significação para outro contexto. Um enunciado mistura-se em outro, replicando-se conforme seus interesses. É o entrelaçamento da “vida do eu com a vida do outro, no inextricável emaranhado de corpos – esse é o dialogismo”. Todo enunciado é em si uma resposta a um enunciado anterior. Ele é parte de um pressuposto, de uma existência ou experiência prévia “que tornam possíveis inferências interpretativas” (PETRILLI, 2013, p. 55 e 67).

Uma característica bem peculiar dos *memes* é sua forma semelhante à do diálogo face a face, pois, quase sempre temos a impressão de que se trata realmente de uma conversa conosco. A palavra nos *memes* parece sempre estar em movimento, dialogando com alguém que está ali para ouvir e responder. A ‘regra da vida’ enunciada não é uma frase isolada e específica, mas, uma realidade material que está ligada a outro discurso já conhecido. Há, aqui, uma “experiência compartilhada”, “um fenômeno de inter-relação e interação” entre um discurso existente e outro que o traduziu. “As palavras nos discursos sempre remetem a contextos de usos anteriores; de outro modo, nada poderiam significar. (EMERSON, 2010, p. 68).

Todo falante é, antes de tudo, alguém que responde a uma fala anterior. Sempre há um discurso anterior do qual o falante organiza suas ideias, sua crítica, sua forma de ver o mundo e, assim libera seu discurso linguístico. O discurso linguístico de qualquer indivíduo é uma réplica de um outro, uma resposta a um outro previamente existente.

Ademais, todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2011, p. 272)

Quando os quatro amigos do filme ‘Se beber não case’ destacam sua proposição (“o que acontece em Vegas, fica em Vegas”) eles se fazem lembrar do sigilo para com as algazarras que criarão na cidade de Las Vegas. A releitura do *meme* resgata a mesma ideia para com o aplicativo do *Whatsapp* e as possíveis mensagens comprometedoras que possam aparecer. O enunciado ali é uma paródia a um enunciado do filme, uma extensão da ideia representada nele. Portanto, esse enunciado só passa a significar mais em virtude da existência do anterior. As ligações significativas só se fazem mais claras se conhecermos a fonte que gerou o texto desse *meme*.

Meme 10: ²⁷



Esse *meme* é uma resposta hilária a uma decisão política um tanto quanto obtusa, poderíamos dizer. Trata-se do veto dos *memes* pelo Presidente da República Michel Temer em meados de 2017. *Blogueiros* e internautas conhecidos receberam notificações do Planalto por criarem *memes* com fotos oficiais do Presidente e não darem os devidos créditos. Como está muito bem representado no *meme* acima, a decisão atrapalhada logo virou

²⁷

Disponível em:

https://twitter.com/Zanfa/status/867024784521121792/photo/1?ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Ftecnologia%2Fnoticia%2Fpresidencia-da-republica-faz-alerta-a-sites-que-criam-memes-com-fotos-de-temer.ghtml Acesso em: 03 de abril de 2018.

motivo de piada. A imagem representa o Presidente impedindo a produção de *memes* e logo abaixo um personagem famoso das trilogias 'O Hobbit' e 'O Senhor dos anéis' – o feiticeiro Gandalf – rindo do veto impetrado por Temer e dizendo: “You have no power here” (você não tem poder aqui). De fato, quem é capaz de regular, de forma efetiva, a velocidade com as quais as informações se 'viralizam', a inteligência e as mentes dos *blogueiros*, internautas ou *hackers*? Hoje os dispositivos eletrônicos estão muito populares, muitas pessoas os possuem, o que dificulta muito qualquer ação abrupta de impedir que as trocas de informações sejam realizadas e, principalmente, o tino cômico dos brasileiros. No final da querela, o veto já era um *meme* por si só.

A imagem acima traz o termo que utilizamos como *corpus* deste trabalho – *memes*. Anteriormente elucidamos que essa palavra fora cunhada por Richard Dawkins no livro 'O gene egoísta'. Dissemos que viera da raiz grega *mimeme* e abreviada para *meme* com o intuito de rimar com 'gene'. Portanto, é uma palavra adaptada para o inglês por Dawkins e que incorporamos no português através das redes sociais. Os *memes* caracterizam-se pela rápida replicação e constantes mudanças e adaptações, como o próprio Dawkins afirma: “A transmissão do *meme* parece estar sujeita à mutação e a misturas contínuas”. (DAWKINS, 2007, p. 334).

Dawkins diz que a cultura é transmitida de geração em geração. Os indivíduos ou grupos recebem um tipo de informação qualquer, como a ideia de Deus, por exemplo. Essa ideia é passada de um para outro, sendo que sempre acontecem transformações na maneira de pensar sobre Deus ou a fé. Deus, então, se replica pela palavra escrita, cantada, pelos quadros e etc. As canções populares também são passadas de uma geração a outra e são criadas novas a partir da influência das primeiras. É claro que Dawkins trabalha a ideia mais abrangente de *meme* como transmissão cultural de um sujeito para outro e aqui, neste trabalho, nós trabalhamos os *memes* como réplicas de enunciados somente.

A atitude do Presidente satirizada nesse *meme* gerou o que Bauman (1999) chama de “a construção das ambivalências”. Ao ir em “busca da ordem”, como efeito, ele optou pela desordem produzida pelos internautas. A ambivalência está na produção de mais *memes* após a instituição do veto. A afirmação de Bauman parece se enquadrar perfeitamente no contexto: “As consequências da ação se tornam imprevisíveis, enquanto o acaso, de que supostamente nos livramos, parece empreender um retorno indesejado” (p. 10). A ambivalência está, também, no uso do próprio anglicismo que, como tal, não pertence à classificação ‘língua portuguesa’.

Os *memes* chegam como ambivalência de duas maneiras: 1) como réplica irreverente dos eventos sociais; algo que cada criador ordena à sua maneira; e 2) como a palavra estrangeira que entra na língua portuguesa, trazendo um pouco de desordem na “ordem”. “A nova ordem” definida em termos econômicos destituiu barreiras que antes eram intransponíveis (BAUMAN, 2001, p. 11). As estruturas político-econômicas que existiam na fase da “modernidade sólida” se desfizeram dando lugar à fluidez. Os “poderes de derretimento” da humanidade transformaram “os padrões de dependência e interação” (p. 15).

As gerações passadas desfrutavam de formas que permaneciam fixas por muito tempo; agora nada pode durar muito, tudo deve ser maleável, inconstante (BAUMAN, 2001, p. 33). Com a linguagem não é diferente, já que essa é parte integrante do indivíduo. Afinal, “as instituições sociais estão mais que dispostas a deixar à iniciativa individual o cuidado com as definições e identidades, e os princípios universais contra os quais se rebelar estão em falta”. Deixar as decisões aos indivíduos é, podemos entender com as palavras de Bauman, torná-los indiferentes.

Bernardi (2016) destaca sua visão sobre o carnavalesco em Bakhtin. Ele aponta que Bakhtin, em seu trabalho sobre Rabelais, procura evidenciar os dois mundos vividos pelo povo na Idade Média e no Renascimento. Pela linguagem “o homem do povo tomava consciência crítica da existência de dois mundos” (p. 78) – o oficial e o não oficial. O oprimido, no carnaval, se tornava o opressor pelo riso e pela bufonaria; a igreja e a aristocracia

perdiam seu poder diante do espírito carnavalesco. Relacionamos aquele caráter sarcástico com esse *meme* da proibição sancionada pelo Presidente Michel Temer. Sua posição enquanto líder político no Brasil de nada valeu para os *mememakers* que, atentos aos escândalos políticos e deliberações anti-populares em que o nome do Presidente estava envolvido, procuraram logo tratar com jocosidade a tentativa arbitrária de Temer em querer proibir a produção dos *memes*.

Vimos, no capítulo dois desta dissertação, que o Estado em alguns momentos da história do Brasil, impeliu leis que proibissem o uso de um determinado tipo de linguagem. O Presidente Temer, ao propor o veto, usa o que Garcez e Schulz (2016) chamam de “políticas linguísticas explícitas”

O Estado, com efeito, é talvez o mais destacado agente de políticas linguísticas. Ainda assim, é importante lembrar que o Estado se move pelos atos de pessoas de carne e osso. Nessa ótica, portanto, as políticas linguísticas oficiais são também resultados das ações de gente que usa a linguagem e que disputa recursos com outros indivíduos e grupos. Políticas linguísticas implícitas, portanto, andam juntas com políticas explícitas. (GARCEZ; SCHULZ, 2016, p. 4)

O caso do Presidente não se assemelha às proibições do passado, que destituíam as línguas gerais, as línguas dos povos imigrantes e os estrangeirismos em momento mais recente de nossa história. Mas isso não faz do ato presidencial um ato inofensivo; impor uma lei que proíba a livre expressão dos indivíduos é calar esses indivíduos. A figura do político é pública, ele é um representante do povo e, por isso nunca deixará de ser alvo de críticas das mais diversas estirpes. O nome do político sempre estará em qualquer veículo midiático e “na boca” de qualquer cidadão.

Aspecto importante da política linguística é trazida à baila por Rajagopalan (2013); trata-se do papel da agência. Em sua explanação, ele diferencia sujeito e agente. O primeiro está condicionado por uma estrutura que determina suas ações ou conduta, em que perde sua autonomia e voz próprias. Diferente do primeiro, o segundo exerce um papel influente na esfera das decisões. Esse, é capaz de penetrar na estrutura da linguagem e conduzir suas ações desprendido das regras que engessam os improvisos que ocorrem a todo o tempo na vida real e cotidiana. O *meme* sobre a

proibição pelo Presidente reflete exatamente esse papel ativo, participante, na construção dos enunciados. O autor desse *meme* enfrenta a figura que detêm a posição política de maior autoridade do país. O que houve foi o enfrentamento diante da ação do Estado em tentar exercer seu poder de vetar a decisão dos que querem falar, é a contestação contra aqueles que querem calar a voz indignada do povo. O enunciado no *meme* da proibição extrapola um pouco mais o enfrentamento em si, ao continuar produzindo o *meme*; o autor ainda o faz, parte em português, parte em inglês. A atitude do *mememaker* é completamente autônoma, o que coincide com a função de agente sustentada por Rajagopalan.

O *meme* da proibição concorre, acreditamos, com a construção do monolinguismo na formação dos estados nacionais. Concordamos com Maher (2013), quando relata que “sempre existiram mais línguas do que estados constituídos” (MAHER, 2013, p. 118). De acordo com essa autora,

No Antigo Testamento (GÊNESIS, 11), narrar a construção da Torre de Babel – o nosso castigo histórico – já é possível encontrar indícios de que a existência de muitas línguas implicaria caos, confusão. Instaurada a crença de que é contraproducente, na Revolução Francesa, ela vai ser re-asseverada com a emergência do conceito de Estado-Nação (MAHER, 2013, p. 119).

O *meme* da produção resgata, presumimos, a ideia de caos da Babel dos templos bíblicos, porém não pretende confundir os leitores, mas sim, desafiar a abstração da construção do monolinguismo e, além disso, trazer um tom anárquico diante do veto presidencial.

Como muito bem define Clay Shirky, Professor do Programa de Telecomunicações Interativas da Universidade de Nova York, nós vivenciamos “a cultura da participação”. As gerações passadas cresceram com as tecnologias pessoais como o rádio, a televisão e os primeiros computadores, porém, não era possível interagir uns com os outros. Hoje, a *internet* possibilitou que as pessoas participem e compartilhem dos eventos em tempo real. A evolução da *internet* e das redes sociais desbancou os antigos aparatos tecnológicos como substitutos sociais porque esses não permitiam a conectividade dos indivíduos (SHIRKY, 2011).

Ao elucidar sua ideia de transmissão cultural por meio das réplicas produzidas pelos indivíduos, Dawkins parece adentrar no que Bakhtin/Volochínov (2014) chama de “A interação verbal”. No capítulo com esse nome, Volochínov trabalha a “ideologia do cotidiano”, que seria o domínio da palavra interior e exterior através “sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião”. Esses sistemas se “cristalizam a partir da ideologia do cotidiano” construindo as características dessa ideologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego de estrangeirismos, em especial no caso dos memes, por um conjunto tão corpulento de pessoas, evoca as palavras de Bakhtin/Volochínov (2014):

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. *Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece.* Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (p. 45).

Há a conformidade dos entes sociais para com o surgimento do aparato tecnológico e sua relação de uso. A sociedade pós-moderna se transforma com todas as alterações, evolução das coisas, dos bens com a vida dos indivíduos e, reorganiza a maneira do homem interagir com o mundo, trazendo novas possibilidades comunicativas.

Não podemos negar que vivemos num mundo globalizado e por consequência, as vidas das pessoas estão mais interconectadas do que antes. A globalização promoveu um “rompimento de barreiras”, colocando-nos próximos (virtualmente falando) de pessoas em outras partes do globo. A velocidade da informação e acesso aos mais diversos tipos de produtos e serviços nos deixou cara a cara com os propósitos de outras nações (RAJAGOPALAN, 2003, p. 57).

A linguagem e suas mudanças são atravessadas pelos inúmeros fenômenos surgidos com o conjunto de eventos produzidos pela globalização. A economia e a política tiveram suas barreiras sucumbidas e, com isso, um complexo de temas da vida social passou a ser mensurado pela lógica mercadológica. Os aspectos cognitivos da coletividade foram afetados pela compressão do espaço-tempo que, fragmentou e levou a uma percepção mais célere dos episódios que compõem a vida. A contemporaneidade passa pela diluição das fronteiras nacionais assim como as tradições, cultura

e língua. A comunicação via internet acelerou e integrou as vidas das pessoas (FABRÍCIO, 2006; KAMARAVADIVELU, 2006).

Tudo o que é não oficial, fronteiro e informal passou a exercer função ativa no mundo da linguagem. A “praça pública” (BAKHTIN, 2008) da contemporaneidade representada pelas redes sociais e, em nosso trabalho, pelos *memes*, trazem à baila o amálgama das multiplicidades identitárias e linguísticas que traspassam nosso cotidiano. Esse cotidiano é sempre marcado pela heteroglossia dialogizada, ou seja, práticas linguísticas repletas de carga ideológica e, pluralência e pluralidade de vozes atuantes nos diversos contextos sociais existentes (LACAPRA, 2010).

Nos capítulos apresentados, podemos entender como as línguas sempre estiveram em contato umas com as outras, influenciando e sendo influenciadas. Vimos, também, como decisões da política oficial ocasionaram em atos nocivos aos mais diversos povos que no Brasil se instalaram no decorrer da história. Conseguimos compreender como os processos da globalização impulsionaram a mudanças na mentalidade e, por consequência, promoveram transformações políticas, culturais e linguísticas.

Finalmente, por meio do presente trabalho nós, usuários da língua, devemos ter a ciência de que todas as decisões da política oficial que ambicionam regular as vozes do povo devem ser debatidas e/ou discutidas pelo próprio povo, suas instituições representativas e a política oficial e, também, devem levar em consideração a quais são os anseios, necessidades das mais distintas comunidades que compõem nosso país. Um exemplo atual que sugere e merece mais atenção e discussão? A chamada ‘Escola sem partido’, projeto que, para ser bem sucinto, intenta impedir que professores e alunos debatam temas importantes que atravessam nossa realidade social. Nosso trabalho se encaixa no que diz respeito ao direito à voz por todos indivíduos de uma comunidade. No caso dos anglicismos ou estrangeirismos em geral, aguardemos para ver quando surgirá o próximo alucinado representante da política oficial a lançar projetos de lei de cunho semelhante.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Youssef; AGUILERA, Vanderci de Andrade. **A influência da língua árabe no português brasileiro: a contribuição dos escravos africanos e da imigração libanesa.** Entretextos, Londrina, v.10, n.2, p.5-29, jul./dez.2010. Disponível em: <

ALVAREZ, M.L. Ortiz. **A presença das línguas ameríndias e das línguas africanas no espanhol e no português falado no continente latino-americano.** Revista Eletrônica Intercâmbio dos Congressos Internacionais de Humanidades, 2005 – ISSN 1982-8640.

AMORIM, Marília. A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica. *In*: FREITAS, Maria Teresa – JOBIM e SOUZA, Solange – KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências e humanas e pesquisa: leituras de Bakhtin.** – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v. 107).

AMORIN, Marília. Por uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. *In*: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia.** São Paulo: Contexto, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AOQUI, Cássio. **Banzai!** Revista Discutindo Língua Portuguesa. Ed. Escala Educacional. Ano 2, nº 11, 2008.

BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. *In*: FARACO, Carlos Alberto (organizador). **Estrangeirismos: guerras em torno da língua.** São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

BAKHTIN, Mikhail M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.** (Trad.: Yara Frateschi Vieira), 2008.

_____. **Estética da criação verbal.** Trad.: Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad.: Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2014, 16 ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BAUGH, Albert C. & CABLE, Thomas. **A history of the English language.** London: Routledge, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. **Modernidade e ambivalência.** Trad.: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida.** Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Identidade:** entrevista a Benedetto Vecchi. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Tempos líquidos.** Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERNARDI, Rosse Marye. Rabelais e a sensação carnavalesca do mundo. *In:* BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia.** São Paulo: Contexto, 2016.

CÁNOVAS, Marília. **A fome de terra dos Espanhóis.** Revista História Viva. Ano IX, n. 97, 2011.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede.** Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Nelly. **Francês e português:** raízes comuns e contribuições. *Ci. & Tróp.*, Recife; v.32, n. 2, p.221-239, 2008.

CRYSTAL, David. **A revolução da linguagem.** Trad.: Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DAWKINS, Richard. **O gene Egoísta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEZEM, Rogério Akiti. **Os embaixadores de grande Japão.** Revista História Viva. Ano IX, n. 97, 2011.

DIAS, Vanessa Martins. **“Inserção às avessas”:** a imigração espanhola em Franca-SP (1900-1955). Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010.

DIETRICH, Ana Maria. **Alemães em busca do eldorado.** Revista História Viva. Ano IX, n. 97, 2011.

EMERSON, Caryl. Palavra exterior e fala interior: Bakhtin, Vygotsky e a internalização da linguagem. *In:* **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia.** São Carlos: Pedro & João, 2010.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem: redescrições em curso: *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (organizador). **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FÁVERI, Marlene de. **Tempos de intolerância**: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. REVISTA ESBOÇOS Volume 16, Nº 22, pp. 91-109 — UFSC

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

_____. Guerras em torno da língua: questões de política linguística. *In*: FARACO, Carlos Alberto (organizador). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

FIORIN, José Luiz. Prefácio. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FREIRE, José R. Bessa. **Índio falou, tá falado**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 9, nº 100, janeiro, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49ª ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. *In*: FREITAS, Maria Teresa – JOBIM e SOUZA, Solange – KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências e humanas e pesquisa**: leituras de Bakhtin. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v. 107).

FRIEDRICH, Fabiana Helma. **Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul**: colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX). 2015. 152 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. **Estrangeirismos**: desejos e ameaças. *In*: FARACO, Carlos Alberto (organizador). **Estrangeirismos**: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

GARCEZ, Pedro de Moraes; SCHULZ, Lia. **Do que tratam as políticas linguísticas**. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens: estudos bakhtinianos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, 176 p.

_____. A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética. *In*: FREITAS, Maria Teresa – JOBIM e SOUZA, Solange – KRAMER, Sônia (Orgs.). **Ciências e humanas e pesquisa: leituras de Bakhtin**. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção questões da nossa época; v. 107).

GIBLIN, Rémi. **O inglês por meio da música**. *In*: LACOSTE, Yves [org.] & RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Cadernos Adenauer XIV (2013) edição especial.

GUISAN, Pierre. A criação de uma norma-padrão em francês: Entre planejamento político e mito. *In*: LAGARES, Xoán Carlos, BAGNO, Carlos (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. Trad.: Carlos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Couto. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HIRSCHKOP, Ken. Bakhtin, discurso e democracia. *In*: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). **Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 430p.

HORTA, Natália Botelho. **O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica**. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

KAMARAVADIVELU, B. A linguística aplicada na era da globalização. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LACAPRA, Dominick. Bakhtin, o marxismo e o carnavalesco. *In*: **Mikhail Bakhtin: linguagem cultura e mídia**. São Carlos: Pedro & João, 2010.

LACOSTE, Yves; RAJAGOPALAN, Kanavillil [org.]. **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LIMA, Ana Cristina Paula. **V!sual, Coloquial, Virtu@I: o uso da expressão gráfica na conversação em redes sociais**. 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LUCCHESI, Dante. História do contato entre línguas no Brasil. *In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Organizadores). O português afro-brasileiro.* Salvador: EDUFBA, 2009.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. *In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico.* São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural. *In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico.* São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

MACEDO, Janaina Santos de. **Campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo.** 2007. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MALTA, Pedro Paulo. **Bem-vinda baderna.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 6, nº 72, setembro, 2011.

MARCHEZAN, Renata Coelho. **Diálogo.** *In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos chave.* Beth Brait (Org.). 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil.** Brasília: FUNAG, 2012.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (organizador). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico.** São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

_____. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (organizador). Por uma Linguística Aplicada indisciplinar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NOBRE, Wagner Carvalho de Argolo. **Introdução à história das Línguas Gerais no Brasil: Processos distintos de formação no período colonial.** 2011. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). 2011. 233p. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OSMAN, Samira. **Na trilha dos mascates árabes.** Revista História Viva. Ano IX, n. 97, 2011.

PAYER, M. O.; BOLOGNINI, C. Z. (2005) **Línguas de imigrantes.** *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 2, ano 57, p. 42-46.

PAYER, Maria Onice. **Memória da língua, imigração e nacionalidade**. 1999. Tese (doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PETRILLI, Susan. **Em outro lugar e de outro modo: filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin**. (Trad.: Daniela M. Mondardo; Ana Beatriz Dias; Radamés Benevides; Valdemir Miotello). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. 415p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva**. In: LACOSTE, Yves [org.] & RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, Christine; SILVA, Kleber Aparecido da; TÍLIO, Rogério; ROCHA, Claudia Hilsdorf [organizadores]. **Política e políticas linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930**. Tese (doutorado). 2002. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias de Sul e Santa Maria**. ANTROPOLÍTICA. Niterói, n. 27, p. 21-41, 2. Sem. 2009.

SANTIAGO, Silviano. **Presença da língua e da literatura francesa no Brasil (Para um história dos afetos culturais franco-brasileiros)**. Letras, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 11–25, jul./dez. 2009.

SCHMITZ, John Robert. **A língua portuguesa e o polêmico Projeto de Lei nº 1.676, de 1999**. Todas as Letras n.2, p.59-66, 2000.

SHIRKY, Clay. **Cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Trad.: Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SIGNORINI, Inês. Política, língua portuguesa e globalização. *In*: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SPOLSKY, Bernard. **Para uma Teoria de Políticas Linguísticas**. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Trad.: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de M. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ANEXOS

Diretório dos Índios do Marquês de Pombal
Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Lingüística

Diretório dos Índios do Marquês de Pombal
(versão reduzida)

6 - *Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, * que conquistáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idioma, * por ser indisputavel, * que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; * e ter mostrado a experiencia, * que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da lingua do Principe, * que os conquistou, * se lhes radica tambem o affecto, a veneraçãõ, e a obediencia ao mesmo Principe. * Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e solido systema, * nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, * que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, * que chamarãõ geral; * invençãõ verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Índios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, * permanecessem na rustica, e barbara sujeiçãõ, * em que até agora se conservá vaõ. * Para desterrar este perniciosissimo abuso,* será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçõens o uso da Lingua Portugueza, * não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, * que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Índios, * que forem capazes de instrucçãõ nesta materia, * usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; * mas unicamente da Portugueza, na forma, que Sua Magestade tem recõmendado em repetidas ordens, * que até agora se não observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.676-E, DE 1999

(Do Sr. Aldo Rebelo)

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.676-C, DE 1999, que "Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências"; tendo pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. ÁTILA LIRA); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal e pela inconstitucionalidade do art. 6º e respectivo parágrafo único (relator: DEP. FLÁVIO DINO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

I – Autógrafos do PL 1.676-C/99, aprovado na Câmara dos Deputados em 05/06/01

II – Substitutivo do Senado Federal

III – Na Comissão de Educação e Cultura:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

IV – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

**AUTÓGRAFOS DO PL 1.676-C/99,
APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 05/06/01**

Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Nos termos do caput do art. 13, e com base no caput, I, § 1º e § 4º do art. 216 da Constituição Federal, a língua portuguesa:

I - é o idioma oficial da República Federativa do Brasil;

II - é forma de expressão oral e escrita do povo brasileiro, tanto no padrão culto como nos moldes populares;

III - constitui bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Parágrafo único. Considerando o disposto no caput, e seus incisos, deste artigo, a língua portuguesa é um dos elementos da integração nacional brasileira, concorrendo, juntamente com outros fatores, para a definição da soberania do Brasil como nação.

Art. 2º Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, no intuito de promover, proteger e defender a língua portuguesa, incumbe:

I - melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional;

II - incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro;

III - realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV - incentivar a difusão do idioma português, dentro e fora do País;

V - fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

VI - atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas no aportuguesamento e na inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

§ 1º Os meios de comunicação de massa e as instituições de ensino deverão, na forma desta Lei, participar ativamente da realização prática dos objetivos listados nos incisos do caput.

§ 2º À Academia Brasileira de Letras incumbe, por tradição, o papel de guardião dos elementos constitutivos da língua portuguesa usada no Brasil.

Art. 3º É obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros natos e naturalizados, e pelos estrangeiros residentes no País há mais de um ano, nos seguintes domínios socioculturais:

I - no ensino e na aprendizagem;

II - no trabalho;

III - nas relações jurídicas;

IV - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica oficial;

V - na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica em eventos públicos nacionais;

VI - nos meios de comunicação de massa;

VII - na produção e no consumo de bens, produtos e serviços;

VIII - na publicidade de bens, produtos e serviços.

§ 1º O disposto no caput, e seus incisos, deste artigo não se aplica:

I - a situações que decorram da livre manifestação do pensamento e da livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, nos termos dos incisos IV e IX do art. 5º da Constituição Federal;

II - a situações que decorram de força legal ou de interesse nacional;

III - a comunicações e informações destinadas a estrangeiros, no Brasil ou no exterior;

IV - a membros das comunidades indígenas nacionais;

V - ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras;

VI - a palavras e expressões em língua estrangeira consagradas pelo uso, registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa;

VII - a palavras e expressões em língua estrangeira que decorram de razão social, marca ou patente legalmente constituída no seu país de origem.

§ 2º A regulamentação desta lei cuidará das situações que possam demandar:

I - tradução, simultânea ou não, para a língua portuguesa;

II - uso concorrente, em igualdade de condições, da língua portuguesa com a língua ou línguas estrangeiras.

Art. 4º Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira, ressalvados os casos excepcionados nesta Lei e na sua regulamentação, será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, considerar-se-á:

I - prática abusiva, se a palavra ou expressão em língua estrangeira tiver equivalente em língua portuguesa;

II - prática enganosa, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder induzir qualquer pessoa, física ou jurídica, a erro ou ilusão de qualquer espécie;

III - prática danosa ao patrimônio cultural, se a palavra ou expressão em língua estrangeira puder, de algum modo, descaracterizar qualquer elemento da cultura brasileira.

Art. 5º Toda e qualquer palavra ou expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional ou em repartição brasileira no exterior a partir da data da publicação desta Lei, ressalvados os casos excepcionados nesta Lei e na sua regulamentação, terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de noventa dias a contar da data de registro da ocorrência.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, na inexistência de palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa, admitir-se-á o aportuguesamento da palavra ou expressão em língua estrangeira ou o neologismo próprio que venha a ser criado.

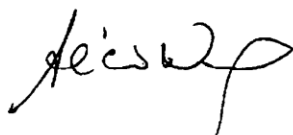
Art. 6º O descumprimento de qualquer disposição desta Lei sujeita o infrator a sanção administrativa, na forma da regulamentação.

Art. 7º A regulamentação desta Lei tratará das sanções premiais a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se dispuser, espontaneamente, a alterar o uso já estabelecido de palavra ou expressão em língua estrangeira por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa.

Art. 8º À Academia Brasileira de Letras, com a colaboração dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, de órgãos que cumprem funções essenciais à justiça e de instituições de ensino, pesquisa e extensão universitária, incumbe realizar estudos que visem a subsidiar a regulamentação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 08 de JUNHO de 2001



SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (PL nº 1.676, de 1999, na Casa de origem), que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A língua portuguesa, considerando o disposto no *caput* do art. 13, e com base no *caput*, inciso I, e nos §§ 1º e 4º, do art. 216 da Constituição Federal, integra o patrimônio cultural brasileiro, concorrendo para a definição da soberania do País.

Art. 2º Incumbe ao Poder Público, no intuito de promover, difundir e valorizar a língua portuguesa, mediante a alocação de recursos específicos e com a colaboração da comunidade:

I – melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os níveis e modalidades da educação nacional;

II – incentivar o estudo e a pesquisa sobre as variedades lingüísticas do português brasileiro;

III – realizar campanhas e certames educativos sobre o uso da língua portuguesa, destinados a estudantes, professores e cidadãos em geral;

IV – criar comissões para operacionalizar os parâmetros curriculares da língua portuguesa, visando à renovação do ensino do idioma no Brasil;

V – criar, no rádio e na televisão, cursos de língua portuguesa que tratem do uso e funcionamento do idioma;

VI – incentivar a criação de leitorados em universidades estrangeiras para a promoção da língua portuguesa;

VII – promover a criação e a ampliação de programas de treinamento e pesquisa, no País, para professores estrangeiros de língua portuguesa;

VIII – estimular a criação de centros de estudos de língua portuguesa em países não-lusófonos;

IX – estimular a divulgação e o intercâmbio de livros de escritores dos diversos países lusófonos;

X – estabelecer um sistema de rodízio cultural, educacional e lingüístico de professores de língua portuguesa, lingüística e literatura das nações lusófonas;

XI – apoiar a realização de espetáculos baseados em obras de valor universal, apresentados no Brasil com texto traduzido para a língua portuguesa;

XII – fomentar a participação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

XIII – incentivar a melhoria dos cursos de formação de professores de língua portuguesa;

XIV – incentivar a criação de bibliotecas escolares, com acervo de obras literárias em língua portuguesa em número de títulos e quantidade de exemplares suficiente para atender a clientela estudantil;

XV – dotar as bibliotecas escolares de bibliotecários especializados no atendimento de crianças e jovens;

XVI – fomentar a criação de bibliotecas públicas em todos os Municípios brasileiros, com acervos adequados, numérica e qualitativamente, para atender a demanda da população.

Art. 3º É obrigatório o uso da língua portuguesa nos documentos emanados da administração pública direta, indireta e fundacional dirigidos ao conhecimento público.

§ 1º Além do previsto no *caput*, os documentos de domínio público elaborados pelo Poder Judiciário e as normas jurídicas deverão ser escritos em linguagem acessível à compreensão de todos os brasileiros.

§ 2º As palavras e expressões em língua estrangeira atualmente em uso nos documentos de que trata o *caput* deverão ser substituídas por palavras ou expressões equivalentes em língua portuguesa, no prazo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 4º Toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público no Brasil, ressalvados os casos excepcionados nesta Lei, virá acompanhada, em letra de igual destaque, do termo ou da expressão vernacular correspondente em língua portuguesa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos seguintes domínios:

I – relações comerciais, sobretudo às informações contidas nos produtos de origem estrangeira comercializados no País;

II – meios de comunicação em massa;

III – mensagens publicitárias;

IV – informações afixadas nos estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços.

Art. 5º Para as áreas de intensa inovação tecnológica e científica, em que há o predomínio do léxico de língua estrangeira, serão formadas comissões específicas com a finalidade de elaborar os respectivos glossários contendo sugestões de termos equivalentes no vernáculo ou resultantes do processo de aportuguesamento.

§ 1º As comissões de que trata o *caput* contarão, obrigatoriamente, com especialistas técnicos da área, lingüistas, lexicólogos e filólogos, conforme o disposto na regulamentação desta Lei.

§ 2º Os glossários referidos no *caput* receberão ampla divulgação e terão seu acesso facilitado ao público, por todos os meios disponíveis.

§ 3º Os meios de comunicação de massa impressos poderão utilizar palavra ou expressão estrangeira de qualquer das áreas tratadas no *caput* pelo período máximo de 1 (um) ano após a elaboração do respectivo glossário, desde que também utilizem o termo correspondente em língua portuguesa.

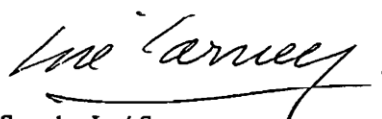
§ 4º Decorrido o prazo estabelecido no § 3º, o emprego de palavra ou expressão em língua estrangeira será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro e punível na forma da lei.

Art. 6º A regulamentação desta Lei tratará das sanções administrativas cabíveis no caso de descumprimento desta Lei, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata o *caput* será subsidiada por um conselho formado por representantes da Academia Brasileira de Letras, da Associação Brasileira de Lingüística, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística, do Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa e da Associação de Lingüística Aplicada do Brasil.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de Maio de 2003



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO III
DA NACIONALIDADE**

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

**CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS POLÍTICOS**

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**Seção II
Da Cultura**

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Seção III Do Desporto

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

- I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
 - II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
 - III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
 - IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
- § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
- § 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.
-
-

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999, de autoria do eminente Deputado ALDO REBELO, “que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”, foi remetido ao Senado Federal em 2001 (PLC nº 50/01) para efeito de revisão nos termos constitucionais, após tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposição original (PL 1676/99) foi aprovada na então Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, após receber duas emendas: uma de parlamentar, com vistas a restringir a extensão de uma das exceções no tocante a palavras estrangeiras (art. 3º, § 1º, VII); outra de relator, no sentido de remeter para a regulamentação da lei as sanções administrativas a serem aplicadas aos infratores. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação a matéria foi aprovada com uma nova emenda, supressiva, da cláusula de regulamentação, por inconstitucional.

Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi objeto de discussão, inclusive por meio de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, em dezembro de 2002. Com a aprovação naquela Casa, - nos termos de um Substitutivo de autoria do ilustre Senador AMIR LANDO, que contou com a Redação do Vencido, para o turno suplementar, por parte da Comissão Diretora, a partir de Parecer do nobre Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS -, o Projeto de Lei (Substitutivo) retornou à Casa de origem neste ano, por força de disposição constitucional, onde ora se encontra, sem novas emendas, na Comissão de Educação e Cultura, para reexame da matéria quanto ao mérito educacional e cultural, sendo sua tramitação sob rito ordinário (art. 52, R.I.).

II - VOTO DO RELATOR

Desejo destacar, preliminarmente, a excelência do texto original do nobre Deputado ALDO REBELO, tanto quanto ao conteúdo como também quanto à forma e técnica

legislativa do Projeto de Lei. Contudo, cabe também reconhecer que as emendas recebidas pela proposta nesta Casa foram positivas, pois que refletiram não apenas o desejo parlamentar de aprimorar a proposição original, mas também de responder a verdadeiro clamor popular, encabeçado pelos meios de comunicação de massa, no sentido de atenuar pontos considerados excessivos, e por isso inócuos, numa iniciativa legislativa de cunho educacional e cultural, a saber: a severa restrição a estrangeirismos e o grau das sanções penais, como defendidos pelo autor no seu texto original.

Com o Substitutivo do Senado Federal, ora em exame, a proposta oriunda da Câmara dos Deputados, com as já mencionadas emendas, passou por nova depuração, pode-se dizer aperfeiçoamento, que espelhou novas polêmicas e discussões suscitadas pelo assunto, inclusive nas opiniões de especialistas em língua portuguesa, que se manifestaram em documentos escritos e durante a audiência pública realizada no Senado Federal.

Mesmo assim, o Substitutivo do Senado Federal, em apreço neste Parecer, preserva, nos seus sete artigos, o espírito da proposta original: reconhecer a língua portuguesa, a partir de provisão constitucional, como bem do patrimônio cultural brasileiro que concorre para a nossa soberania como nação (art. 1º); estabelecer o rol das incumbências do Poder Público no intuito de promover, difundir e valorizar a língua portuguesa (art. 2º); definir as situações de obrigatoriedade no uso da língua portuguesa, bem como as condições e as limitações de uso de estrangeirismos (arts. 3º, 4º e 5º); conceder autorização para o estabelecimento de sanções administrativas pela via da regulamentação (art. 6º); indicar cláusula de vigência a partir da data de publicação (art. 7º).

Reconheço que o texto original do ilustre Deputado ALDO REBELO, após toda essa trajetória entre as duas Casas do Congresso Nacional, permeada de polêmicas, discussões e contribuições diversas, e que culmina com o presente Substitutivo, sofreu modificações e até mesmo algumas restrições no seu escopo inicial. Todavia, devo também reconhecer que o Substitutivo ora em exame, oferecido pelo Senado Federal, é uma proposição que resultou do consenso que foi possível alcançar em meio a todas as questões e

controvérsias geradas pela idéia de se editar uma lei sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa.

Posto isso, quero registrar com veemência que ao conceder meu voto favorável ao Substitutivo objeto deste Parecer, não estou apenas reconhecendo o enorme e indiscutível mérito educacional e cultural de uma iniciativa legislativa sobre a língua portuguesa, mas, sobretudo, sinto que estou concorrendo para pavimentar o caminho em prol da "Lei Aldo Rebelo da Língua Portuguesa".

De fato, estou seguro de que a proposição em pauta, quando cristalizada em diploma legal, será um marco para o crescimento da auto-estima nacional no tocante à nossa língua pátria, e assim à nossa cultura. Mais ainda: terá grande impacto no ensino da língua portuguesa em todos os níveis e modalidades da educação nacional. Afinal, a proposta do ilustre Deputado ALDO REBELO, agora consubstanciada nos termos do Substitutivo do Senado Federal, enseja que a língua continue viva, em evolução, como é de desejar em resposta às mudanças sociais e culturais do nosso tempo, mas enseja também que se tenha no País uma relação mais inteligente, sobretudo crítica, em relação aos estrangeirismos.

Assim sendo, recomendo ao meus ilustres pares nesta Comissão a leitura da justificção do Projeto de Lei nº 1676, de 1999. Essa peça que fundamenta a oportuna iniciativa legislativa do nobre parlamentar ALDO REBELO, além de bem escrita, é um convite à reflexão sobre a língua como fator de integração e soberania nacional. Não hesito, portanto, em também recomendá-la como leitura a todos os brasileiros que se interessam pela promoção da cidadania e da brasilidade no seio do nosso povo.

Voto, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1676-D, de 1999, do eminente Deputado ALDO RABELO, nos termos do Substitutivo que nos chegou do Senado Federal após a revisão constitucional da proposta original.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2003.

Deputado Átila Lira
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.676-C/1999, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Átila Lira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gastão Vieira - Presidente, Jonival Lucas Junior e Lobbe Neto - Vice-Presidentes, Alice Portugal, Antônio Carlos Biffi, Átila Lira, Carlos Abicalil, Celcita Pinheiro, César Bandeira, Chico Alencar, Clóvis Fecury, Costa Ferreira, Eduardo Seabra, Fátima Bezerra, Gilmar Machado, Humberto Michiles, Iara Bernardi, Ivan Valente, João Matos, Miriam Reid, Neyde Aparecida, Paulo Kobayashi, Paulo Lima, Paulo Rubem Santiago, Rogério Teófilo, Severiano Alves, Eduardo Barbosa, Luiz Bittencourt, Márcio Reinaldo Moreira e Rafael Guerra.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2003.

Deputado GASTÃO VIEIRA
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I – RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências.

Nesta Casa, o projeto foi aprovado com duas emendas, após apreciação pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação.

O texto referendado na Câmara estabelece a obrigatoriedade da utilização do vernáculo em uma miríade de domínios socioculturais, excluídas as situações que especifica, tais como as manifestações decorrentes do exercício dos direitos insertos nos incisos IV e IX da Constituição Federal. A proposição considera “lesiva ao patrimônio cultural brasileiro” e “punível na forma da lei” qualquer utilização de palavra ou expressão estrangeira, ressalvados os casos que excepciona. Determina, ainda, a substituição de todas as expressões estrangeiras em uso no país por equivalentes ou neologismos na língua portuguesa, no prazo de 90 dias. Comete ao regulamento o estabelecimento de sanções administrativas pelo descumprimento de suas prescrições.

No Senado, submetida ao crivo da Comissão de Educação, a proposição recebeu Substitutivo de autoria do Senador Amir Lando. Preservando alguns fundamentos da original, a proposição derivada comporta inovações sensíveis e proficuas, oriundas de sugestões colhidas em audiência pública e de consultas a especialistas.

O Substitutivo restringiu sua abrangência às palavras e expressões escritas, além de minorar as situações em que é obrigatório o uso do vernáculo pelos particulares. Fundamentalmente, o projeto torna forçosa a utilização da língua portuguesa nos documentos emitidos pela Administração. Determina, ainda, que os administrados aponham a seus documentos escritos as expressões vernaculares correspondentes às expressões estrangeiras que eventualmente utilizem. Também obriga os meios de comunicação de massa impressos a utilizarem apenas a versão aporuguesada de expressões técnicas, contidas em glossários publicados por comissões específicas. Assim como a proposição originária, a proposição derivada transfere o estabelecimento de sanções à regulamentação.

Em virtude da apresentação de Substitutivo, o projeto retornou a esta Casa, sendo novamente distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça. Integralmente aprovada naquela Comissão, a nova proposição passa a ser analisada por esta.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos regimentais, apreciar o Substitutivo em exame quanto aos critérios da constitucionalidade, da jurisdição, da técnica legislativa.

Inicialmente, cremos não haver óbices em relação à constitucionalidade da proposta, vez que seu conteúdo material está incluído no dispositivo relativo à competência legislativa concorrente, qual seja, o art. 24 da Constituição Federal, especificamente em seu inciso VII. Também foram adimplidos os ditames relativos à iniciativa legiferante, previstos na cabeça do art. 61 da Constituição da República.

Ainda quanto à constitucionalidade, reputamos louvável a iniciativa do proponente, que concorre para a satisfação de princípios insertos na Constituição Federal, notadamente os contidos nos arts. 13, 215 e 216 § 1º.

Do ponto de vista da juridicidade, também não há condicionantes, posto que a proposição não colide com princípio de direito, norma legal ou entendimento jurisprudencial.

Quanto à técnica legislativa empregada na proposição, entendemos que se trata de texto adequado às imposições estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 2001.

Quanto ao mérito, escusamo-nos de propor emendas, em atendimento à competência regimental desta comissão (art. 32, IV, do RICD). Contudo, denotamos que o art. 6º e respectivo parágrafo único ferem o princípio constitucional da legalidade administrativa, inserto no art. 37 da CF.

Maculando o princípio constitucional da legalidade administrativa, inserto no art. 37 da CF, o art. 6º da proposição derivada comete à regulamentação infralegal o estabelecimento de sanções administrativas, aplicáveis quando inadimplidas as prescrições legais. O princípio da legalidade administrativa, na visão doutrinária dominante, encerra o preceito de que a Administração Pública somente pode agir quando a lei autorizar a atuação.

Ao tornar obrigatória a utilização do vernáculo em determinadas situações, o Substitutivo restringe a liberdade dos administrados, em benefício do interesse público, consubstanciado na proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Portanto, a proposição em análise regula hipóteses de exercício do **poder de polícia da administração**.

O poder de polícia encontra sua razão no interesse social e seu fundamento na supremacia geral que exerce o Estado sobre os administrados. É conceituado por Hely Lopes Meireles como "a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado."¹ Nesta seara, o atendimento ao princípio da legalidade administrativa é ainda mais impositivo, consoante o magistério de Lucas Rocha Furtado:

De todas as atividades desenvolvidas pelo Estado, a de polícia é a que mais requer a observância da legalidade administrativa. De acordo com os postulados básicos do Estado constitucional, qualquer medida restritiva da liberdade dos cidadãos pressupõe a competência administrativa outorgada não apenas por lei, mas por lei específica, sendo voltada a outorga de competência genérica de poder de polícia para adotar, por exemplo, qualquer medida necessária à manutenção da ordem pública.

O exercício do poder de polícia pressupõe 1. lei específica; 2. órgão especificamente indicado para o exercício da potestade pública; 3. situações que justifiquem a intervenção estatal; e 4. **As medidas de intervenção definidas em lei.**

(...)

Não pode o regulamento prever novas hipóteses de intervenção ou de sanção não previstas em lei, mas pode, dentro dos limites ou parâmetros fixados em lei, indicar como a Administração Pública deve agir em determinadas situações².

¹ MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 22ª edição, Malheiros: 1995. Pág. 115.

² FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Direito Administrativo. Belo Horizonte. Editora Forum: 2007. Pág. 657-659

É inconstitucional, portanto, prever que o estabelecimento de sanções administrativas, decorrentes do exercício do poder de polícia, será realizado mediante regulamento.

Em função do exposto, manifesto-me pela aprovação do Substitutivo do Senado, tendo em vista a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, ressalvado o art. 6º e o respectivo parágrafo único, na forma de emenda supressiva a ser apresentada em Plenário.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2007.

Deputado FLÁVIO DINO
PC do B/MA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.676-B/1999 e pela inconstitucionalidade do art. 6º e respectivo parágrafo único, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Flávio Dino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Leonardo Picciani - Presidente, Marcelo Itagiba - Vice-Presidente, Benedito de Lira, Cândido Vaccarezza, Colbert Martins, Edmar Moreira, Edson Aparecido, Felipe Maia, Flávio Dino, Geraldo Pudim, Gerson Peres, José Genoíno, Maurício Rands, Mauro Benevides, Mendonça Prado, Moreira Mendes, Nelson Pellegrino, Odair Cunha, Paulo Teixeira, Professor Victorio Galli, Renato Amary, Sérgio Barradas Carneiro, Silvinho Peccioli, Vital do Rêgo Filho, André de Paula, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Arnaldo Faria de Sá, Dilceu Sperafico, Eduardo Cunha, Hugo Leal, Humberto Souto, Iriny Lopes, José Carlos Aleluia, Odílio Balbinotti, Pinto Itamaraty, Rubens Otoni, Severiano Alves, Veloso e William Woo.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 2007.

Deputado LEONARDO PICCIANI
Presidente

Projeto de Lei nº 156 /2009
Deputado(a) Raul Carrion

Institui a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa, sempre que houver em nosso idioma palavra ou expressão equivalente, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Art. 1º Institui a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa, em todo documento, material informativo, propaganda, publicidade ou meio de comunicação através da palavra escrita no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, sempre que houver em nosso idioma palavra ou expressão equivalente.

§ 1º – Nos casos excepcionais, em que não houver na língua portuguesa palavra ou expressão equivalente, o significado ou tradução da palavra ou expressão estrangeira deverá estar escrito, com o mesmo destaque, subseqüentemente a sua utilização no texto.

§ 2º - A tradução a que se refere o caput deste artigo deve ser do mesmo tamanho que as palavras em outro idioma expostas no documento, material informativo, propaganda, publicidade ou meio de comunicação em questão.

Art. 2º Todos os órgãos, instituições, empresas e fundações públicas deverão priorizar na redação de seus documentos oficiais, sítios virtuais, materiais de propaganda e publicidade, ou qualquer outra forma de relação institucional através da palavra escrita, a utilização da língua portuguesa, nos termos desta lei.

Art. 3º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir sua execução e fiscalização e para definir as sanções administrativas a serem aplicadas àquele, pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que descumprir qualquer disposição desta lei

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 03 de agosto de 2009.

Deputado(a) Raul Carrion